



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**JOSÉ HAROLDO MATOS MACHADO**

**Nos “confins da cidade”:  
subalternidade, espaço urbano e a República recente em São Luís-MA**

**São Luís - Maranhão  
2024**



**JOSÉ HAROLDO MATOS MACHADO**

**Nos “confins da cidade”:  
subalternidade, espaço urbano e a República recente em São Luís-MA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História,  
da Universidade Federal do Maranhão, visando a aquisição do grau de mestre em  
História e Conexões Atlânticas: Culturas e Poderes.

**Prof. Dr. Alírio Carvalho Cardoso**  
Orientador

**São Luís - Maranhão  
2024**

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Matos, José Haroldo M.

Nos "confins da cidade" : subalternidade, espaço público e a República recente em São Luís / José Haroldo M Matos. - 2024.

175 p.

Orientador(a): Alírio Carvalho Cardoso.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em História/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2024.

1. Geo-história. 2. São Luís. 3. Rugosidade. 4. Marginalização. 5. Subalternidade. I. Cardoso, Alírio Carvalho. II. Título.

# JOSÉ HAROLDO MATOS MACHADO

## Nos “confins da cidade”: subalternidade, espaço urbano e a república recente em São Luís-MA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História,  
da Universidade Federal do Maranhão, visando a aquisição do grau de mestre em  
História e Conexões Atlânticas: Culturas e Poderes.

Aprovada em 25 de outubro de 2024.

### BANCA EXAMINADORA

**Prof. Dr. Alírio Carvalho Cardoso**  
DEHIS/PPGHis | Universidade Federal do Maranhão  
Orientador

**Prof. Dr. Barthon Favatto Suzano Júnior**  
Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Monterrey, Mexico  
Arguidor Externo

**Prof. Dr. Luiz Eduardo Neves dos Santos**  
Coord. Licenciatura em Ciências Humanas – Pinheiro | Universidade Federal do Maranhão  
Arguidor Externo ao PPGHis UFMA

**Prof. Dr. Rafael Ivan Chambouleyron**  
Universidade Federal do Pará | Programa de Pós-Graduação em História - UFMA  
Suplente

O Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Maranhão, certifica que esta é a versão final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para a obtenção do título de mestre em História e Conexões Atlânticas: Culturas e Poderes.

Documento assinado digitalmente  
 **ALIRIO CARVALHO CARDOSO**  
Data: 24/02/2025 10:24:46-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. Alírio Carvalho Cardoso  
Orientador



Dedico este trabalho ao meu irmão,  
Otávio Augusto Matos Machado,  
que se despediu às vésperas  
de minha entrada no mestrado.

Teu legado serão sempre a firmeza e a retidão, meu irmão!  
Até a próxima vez!



## AGRADECIMENTOS

Há sempre que buscar seguir, em meio às turbulências e incertezas, o que minha família entende por melhores escolhas; os caminhos tendem a ser menos tortuosos e são sempre repletos de afeto. A eles irá sempre o meu primeiro agradecimento: obrigado, portanto, à minha mãe, Aura; meus irmãos Daniel, Ricardo, Otávio e Lívia; a meu cunhado, Fabrizio; à Fabiana, com quem dividi momentos de forte parceria durante a seleção para o mestrado.

E não posso esquecer de minhas tias Marildes, Lúcia e Maria Francisca, alicerces que têm dado sustento e direção ao meu núcleo familiar materno.

Inesquecível é aquela que, junto àqueles com quem compartilho os laços sanguíneos, cada dia mais, tem estado: a minha companheira Raissa. A ti dedico todo o meu amor e gratidão por estar ao lado quando eu mais preciso, por me alegrar e deixar tudo mais leve.

Também registro forte sentimento de gratidão aos meus primos, Armando e Gilson, e, ainda, ao meu sobrinho Gabriel, grandes amigos que fazem da experiência da vida algo mais prazeroso.

O resultado deste trabalho só se tornou possível graças ao apoio financeiro vindo da CAPES - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, que financiou por 23 meses minha pesquisa. Que a outros futuros pesquisadores seja possível a oportunidade de dedicação à ciência sem muitas atribulações financeiras.

Registro que ao Programa de Pós-Graduação em História da UFMA devo os mais sinceros agradecimentos por ter sido, desde 2016, um ambiente de enriquecimento profissional e de oportunidade de conhecer a fundo conceitos como os de competência e comprometimento com a causa da ciência no Brasil.

Gratidão, portanto, aos professores e parceiros de trajeto: Soraia Dornelles e Alírio Cardoso, responsáveis por encabeçar a coordenação do Programa nestes oito anos em que pude colaborar com meus conhecimentos em outras áreas que não a História. Agradeço a ambos pela confiança no que posso fazer para que o

PPGHIs se torne ainda mais destacado no cenário científico local, regional, nacional e internacional. Para além, são grandes referências profissionais para mim!

Deixo registrada a gratidão aos demais docentes e corpo técnico com quem também nutri convivência saudável e produtiva.

Novamente, reforço a gratidão ao Prof. Dr. Alírio Cardoso que, para além de parceiro profissional, orientou este trabalho com zelo e competência que lhe são característicos. Parabenizo-o pela metodologia precisa que, tenho certeza, auxiliou e auxiliará outros e outras discentes sob sua responsabilidade.

Aos docentes Luiz Eduardo Neves dos Santos e Barthon Favatto Suzano Júnior quero agradecer a simpatia e generosidade; parabenizo-os, ainda, por sua competência ao escrever trabalhos inspiradores e orientar outros que pretendem crescer à ciência. A oportunidade de qualificar ouvindo suas colocações tornou positiva a tarefa que gerou como resultado este trabalho.

Este mestrado foi ainda mais proveitoso por me apresentar colegas de turma tão admiráveis! Registro agora meu carinho e profundo respeito às pessoas de Welleson, Elisandra, Alissoney, Darlene, Ana Beatriz, Ravenna, Beatriz Ohana, Jean Paulo, Karla, Janaína, Tatiana e Jonatan. Já é inesquecível esse tempo! Sucesso sempre em suas caminhadas!

Demarco agora meu carinho aos colegas Júlio, Ana Carolina e Mateus Henrique. Pessoas que conheci durante a graduação em História e a quem dedico profundo respeito e admiração. Obrigado pelo companheirismo!

A todo o corpo de autores que, antes de mim, viram na cidade de São Luís uma possibilidade de estudo e, para além, o ambiente urbano como objeto científico. Suas análises e escritos foram de fundamental importância para este trabalho que ora apresento para aproximar-se de suas competências.

Às muitas forças que sustentam este mundo, mas principalmente àquelas voltadas à solidariedade, justiça e humanidade, dedico este texto que, espero, contribua com a ciência histórica.

Esse é o grande mistério das cidades:  
elas crescem e se modificam, guardando, porém,  
sua alma profunda apesar das transformações  
do seu conteúdo demográfico, econômico e da  
diversificação de suas pedras.

*Milton Santos*

## RESUMO

Estudo dedicado ao entendimento de processos de conformação de espacialidades dentro do território da cidade de São Luís, capital do Maranhão. Como cidade de um país historicamente periférico, São Luís tem características históricas específicas que auxiliam no entendimento de sua geografia. Assim, são considerados aqui processos históricos que permitam compreender processos espacializantes; mais especificamente, a ocupação de áreas das cidades consideradas marginais se tomada como central a região primeira de colonização e expansão da urbanização. Tomou-se como recurso geo-histórico a área da cidade em que se situam os bairros da Madre Deus, Goiabal e Lira, que têm como marca histórica o protagonismo dos subalternos da cidade de São Luís nos primeiros anos do regime republicano. A observação desses bairros na cidade contemporânea foi entendida como um vestígio, uma rugosidade, segundo a geografia crítica de Milton Santos, que entende serem as configurações espaciais contemporâneas carente de um estudo histórico para que seja possível obter a compreensão de determinada realidade geográfica. Segundo Milton Santos, é preciso reaver nas marcas mais ou menos visíveis do espaço os processos históricos característicos de uma organização social.

**Palavras-chave:** Geo-história; São Luís; rugosidade; marginalização; subalternidade.

## **ABSTRACT**

Study dedicated to understanding the processes of spatialization within the territory of the city of São Luís, capital of Maranhão. As a city in a historically peripheral country, São Luís has specific historical characteristics that help to understand its geography. Thus, historical processes that allow for the understanding of spatializing processes are considered here; more specifically, the occupation of areas of the city considered marginal if the first region of colonization and urban expansion is taken as central. The geo-historical resource was taken as the area of the city where the neighborhoods of Madre Deus, Goiabal, and Lira are located, which have as their historical mark the protagonism of the subaltern groups of the city of São Luís in the first years of the republican regime. The observation of these neighborhoods in the contemporary city was understood as a vestige, a roughness, according to the critical geography of Milton Santos, who understands that contemporary spatial configurations are lacking in historical study to obtain an understanding of a given geographical reality. According to Milton Santos, it is necessary to recover in the more or less visible marks of space the historical processes characteristic of a social organization.

**Keywords:** Geo-history; São Luís; roughness; marginality; subalternity.



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b>	- Localização de São Luís em relação ao mundo, à América, ao Brasil e ao Maranhão	28
<b>Figura 2-A</b>	- Vista área da ilha de Upaon-Açu, onde se localiza a cidade de São Luís	28
<b>Figura 2-B</b>	- Vista aérea da região “central” da cidade de São Luís, área da urbanização inicial	28
<b>Figura 2-C</b>	- Recorte espacial a ser analisado	28
<b>Figura 3</b>	- Vista de satélite da área de interesse desta pesquisa subdividida a partir dos bairros atuais	35
<b>Figura 4</b>	- Planta da cidade elaborada por Justo Jansen	38
<b>Figura 5</b>	- Recorte da planta da cidade elaborada por Justo Jansen	39
<b>Figura 6</b>	- Fotografia produzida pelo Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural do Maranhão	41
<b>Figura 7</b>	- Mapa descritivo da pobreza em Londres (1889)	49
<b>Figura 8</b>	- Detalhe do “Plano de la ciudad de Buenos Aires”, elaborado em 1882	53
<b>Figura 9</b>	- Avenida Central, no Rio de Janeiro, à época de sua construção	61
<b>Figura 10</b>	- Perímetro da cidade de São Luís, conforme o Código de Posturas de 1893	75
<b>Figura 11</b>	- Via definidora do perímetro da cidade, em 1893, sobre a cidade atual	76
<b>Figura 12</b>	- Mulher fotografada em São Luís, 1921	87
<b>Figura 13</b>	- Fonte do Apicum	89
<b>Figura 14</b>	- Localização das fontes de distribuição de água em São Luís, 1912	90
<b>Figura 15</b>	- Depósitos de lixo designados pelo Código de Posturas de 1893	94

<b>Figura 16</b>	– Concentração de lixo na quinta Belira	95
<b>Figura 17</b>	– Carta epidemiológica da peste em São Luís, 1903-1904	97
<b>Figura 18</b>	– Rotas dos bondes de tração animal implementados em 1872	100
<b>Figura 19</b>	– Linhas de bondes elétricos	101
<b>Figura 20</b>	– Mapeamento das fábricas instaladas na região central de São Luís nos anos finais do século XIX	102
<b>Figura 21</b>	– Vista da fachada do palácio Cristo Rei	111
<b>Figura 22</b>	– Vista externa do Hospital Militar	113
<b>Figura 23</b>	– Vista do Hospital de Isolamento em 1923	116
<b>Figura 24</b>	– Ilustração da região de interesse da pesquisa em 1912	138
<b>Figura 25</b>	– Imagem contemporânea de satélite mostrando a área de interesse da pesquisa	139
<b>Figura 26</b>	– Panorama do lugar Codozinho, em 1923	143
<b>Figura 27</b>	– Rua no lugar Codozinho, em 1923	143
<b>Figura 28</b>	– Arranjo habitacional do lugar Codozinho, em 1923	144
<b>Figura 29</b>	– Avenida Maranhense	153
<b>Figura 30</b>	– Praça Benedito Leite	154
<b>Figura 31</b>	– Antigo chafariz, localizado na praça João Lisboa	155
<b>Figura 32</b>	– Avenida Gomes de Castro	156
<b>Figura 33</b>	– Avenida Silva Maia	156

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b>	– População de São Luís comparada a outras cidades do Brasil	67
<b>Tabela 2</b>	– Fábrica e quantitativo de operários no ano de 1895	107
<b>Tabela 3</b>	– Recenseamento da zona do Codozinho	142



## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b>	– Legenda da Figura 18, com algumas das fábricas operantes em São Luís no ano de 1912	103
<b>Quadro 2</b>	– Legenda da Figura 23	140



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	15
<b>1 NO ESPELHO, QUERIA O BRASIL VER-SE EUROPA</b>	36
1.1 TEMPOS DE OTIMISMO NA EUROPA	36
1.2 BUENOS AIRES: BREVES NOTAS SOBRE ASPECTOS CULTURAIS E URBANÍSTICOS	42
1.3 BRASIL: A URBANIZAÇÃO E SUAS CONTRADIÇÕES NOS ANOS INICIAIS DA REPÚBLICA	45
<b>1.3.1 Breves apontamentos sobre aspectos econômicos e políticos e seus reflexos no setor urbano durante os anos iniciais da República</b>	46
1.4 O RIO DE JANEIRO REFORMANDO SUA IMAGEM	48
<b>1.4.1 Marginalização e estigmatização dos despossuídos da cidade</b>	52
<b>1.5 SÃO LUÍS NOS PRIMEIROS ANOS DA REPÚBLICA</b>	54
1.5.1 SÃO LUÍS: ESCRITOS SOBRE A CIDADE E SEUS TEMPOS	57
<b>2 A CONSTRUÇÃO DE UM OBJETO GEO-HISTÓRICO</b>	62
2.1 SÃO LUÍS: QUESTÕES URBANAS DURANTE AS PRIMEIRAS DÉCADAS DO REGIME REPUBLICANO	62
<b>2.1.1 O Código de Posturas, de 1893, e o Código Sanitário, de 1904, como instrumentos de controle da classe subalterna</b>	63
<b>2.1.2 Serviços públicos de saneamento</b>	71
a) Abastecimento de água e sistema de esgotos	75
b) A coleta de lixo	80
2.2 TRANSPORTE VIA BONDES	84
2.3 “EM NOME DO ‘PROGRESSO’ ERGUERAM-SE AS CHAMINÉS”	87
2.4 NOS “CONFINES DA CIDADE”, ALGUNS SERVIÇOS INDESEJADOS NO PERÍMETRO URBANO	93
a) Hospital Militar	93
b) Hospital de Isolamento (Isolamento do Lira)	97
c) Leprosário do Gavião (Hospital dos Lázaros)	100
d) Matadouro Público	104
e) Cemitério Municipal (Cemitério do Gavião)	107
<b>3 MORADIAS-PROBLEMA: CORTIÇOS, BAIXOS DE SOBRADOS E PALHOÇAS</b>	109
3.1 ESPACIALIZAÇÃO DA SUBALTERNIDADE EM SÃO LUÍS NOS ANOS INICIAIS DO REGIME REPUBLICANO	118
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	137
<b>REFERÊNCIAS</b>	140



## INTRODUÇÃO

Milton Santos (1906-2001), nordestino, baiano, doutor em Geografia, é considerado um dos expoentes da ciência brasileira<sup>1</sup>. Autor de relevante número de obras e internacionalmente premiado, sobretudo, por renovar a epistemologia do campo de conhecimento geográfico<sup>2</sup>, tratou de delimitar e operacionalizar o conceito de **espaço** dialogando com outras ciências sociais e com a Filosofia. Nesse sentido, o autor afirma, resumidamente, que a História possui indispensável papel na interpretação do espaço. Assim, segundo Milton Santos:

Se a Geografia deseja interpretar **o espaço humano como o fato histórico que ele é**, somente a história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da **realidade espacial** e permitir a sua transformação a serviço do homem. Pois **a História não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço é, ele mesmo, social.**<sup>3</sup>

Demarque-se, desde já, a concordância deste trabalho com o trecho acima, colhido do livro *Espaço e Sociedade* (1979) e aponte-se a recorrência do uso do termo **espaço** em seu teor. Para além, a também evidente inclusão da “História” no excerto, em relação dialógica com a Geografia, o que conduz à percepção, por conseguinte, da eleição, como destaque, da variável **tempo**, condição para que o geógrafo atinja a consecução de uma melhor crítica e consequente compreensão da realidade global e das organizações espaciais possíveis em distintas cronologias, característica epistemológica da abordagem do cientista brasileiro<sup>4</sup>.

---

<sup>1</sup> Milton [de Almeida] Santos é, até então, o único cientista latino-americano a receber o *Vautrin Lud*, honraria máxima da ciência geográfica no mundo. Mais sobre o autor pode ser visto em <http://miltonsantos.com.br/site/>.

<sup>2</sup> Ver mais em: <https://encurtador.com.br/Qi9Ac>. Acesso em: 23 dez. 2023.

<sup>3</sup> SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade - Ensaios**. Petrópolis: Editora Vozes, 1979, p. 9-10.

<sup>4</sup> É possível encontrar trabalhos contemporâneos de grande fôlego que tratam da relação epistemológica convergente entre História e Geografia e, por extensão, das noções de *tempo* e *espaço* como variáveis importantes ao estudo das ações humanas. Destaquem-se dois deles, que serão de grande valia neste trabalho: SUZANO JÚNIOR, Barthon Favatto. **Milton Santos, o espaço e as rugosidades**: contribuições da Geografia Renovada à História. 2022. 240 f. Tese (Doutorado), Assis, 2022; e BARROS, José D’Assunção. **História, Espaço, Geografia**: diálogos interdisciplinares. Petrópolis: Vozes, 2017.

O acordo estabelecido com o preceito epistemológico de Milton Santos neste trabalho de historiografia torna obrigatória a consideração da variável **espaço** para a obtenção de análise pertinente sobre um **tempo** decorrido na história da cidade de São Luís.

Para o intuito do trabalho ora apresentado, faz-se necessário, desde já, apontar que o conceito de **espaço** a ser aqui instrumentalizado e ora debatido é fruto das reflexões propostas pela Geografia Crítica<sup>5</sup>, corrente epistemológica surgida durante a década de 1970, fundamentada no materialismo histórico-dialético, e que tem como um de seus pensadores expoentes o próprio Milton Santos. O espaço, dentro desta corrente, é entendido como fator social e histórico ante a fluidez do tempo, um registro de processos passados e presentes, racionalizado, condicionado pela sociedade e condicionante da sociedade, dotado de intencionalidades, e que expressa muito sobre as relações sociais de produção a que é vinculado<sup>6</sup>.

Milton Santos não delimitou, em uma sentença apenas, o seu entendimento sobre o espaço; por toda extensão de suas obras, durante a construção do seu edifício epistemológico, instrumentalizou conceitos que reforçam a vinculação entre as instâncias **espaço** e **tempo**, tecendo concepções derivadas para a feitura de uma análise geográfica verdadeiramente crítica – pois historicizante –, com importante carga social e, por isso, capaz de dar conta da descrição e interpretação<sup>7</sup> de fenômenos espaço-temporais, em geral, mas, especificamente, os pertinentes aos países subdesenvolvidos que, segundo ele, caracterizam-se por serem “mais complexos e menos homogêneos”<sup>8</sup>. Enquanto elemento da realidade, o autor afirma

---

<sup>5</sup> É possível ver mais sobre a Geografia Crítica em CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Geografia: conceitos e temas**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p 23-30.

<sup>6</sup> SUZANO JÚNIOR, Barthon Favatto. **Milton Santos, o espaço e as rugosidades**: contribuições da Geografia Renovada à História. 2022. 240 f. Tese (Doutorado), Assis, 2022.

<sup>7</sup> SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006, p. 9.

<sup>8</sup> Suzano Júnior, *op. cit.*, p. 167.

que a análise do fator espacial é primordial ao conhecimento desenvolvido dentro da Geografia Humana.<sup>9</sup>

Sendo os fenômenos espaciais trabalhados pela Geografia, portanto, registros de processos passados e presentes, Milton Santos incorpora à sua epistemologia o conceito de **rugosidade**.<sup>10</sup> Através de tal conceito, o autor buscou destacar a historicidade característica do espaço geográfico, bem como apontar sua construção social, exigindo do pesquisador interessado na atuação humana sobre a natureza, uma genuína preocupação com os seus processos histórico-formativos.

A **rugosidade** remete, por extensão, à ideia de vestígio<sup>11</sup>, de marcas impressas e que se superpõem<sup>12</sup> no espaço ao longo do tempo. Um relato, através de materializações ou formas, da complexidade dos variados modos de relações existentes em sociedade.

As rugosidades conferem densidade e profundidade temporal ao espaço, permitindo, ao observador atento, o resgate, através de uma abordagem diacrônica, dos fenômenos históricos que conformaram uma organização espacial definida no

---

<sup>9</sup> A “Geografia Humana é a parte da Geografia Geral que trata dos homens e suas obras desde o ponto de vista de sua distribuição na superfície terrestre”. Linhas adiante, complementa que a mesma “Geografia Humana é uma descrição científica das paisagens humanas e de sua distribuição no globo”. [SORRE, Max. A geografia humana (Introdução). *Geographia*, [S.L.], v. 5, n. 10, p. 137-143, 2 dez. 2009. Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação - UFF. <http://dx.doi.org/10.22409/geographia2003.v5i10.a13461>].

<sup>10</sup> O termo deriva da influência que teve o geomorfologista francês Jean Tricart, orientador de Milton Santos durante o doutorado, e que seria o “grande introdutor do pensamento dialético na Geografia Física”. [MOREIRA, 2003 *apud* SUZANO JÚNIOR, *op. cit.*, p. 55].

<sup>11</sup> O historiador José D’Assunção Barros afirma: “a expressão ‘vestígios’ – uma palavra que parece aproximar da historiografia a investigação criminal ou a prática arqueológica – é bastante adequada para lançar luz sobre o fato de que muitas fontes são efetivamente produtos ou resíduos de sociedades e processos que já desapareceram ou findaram; mas deixa-se de iluminar o fato de que outro enorme setor de fontes históricas possíveis é constituído por textos e objetos que ainda estão em uso e se beneficiam de releituras ou reapropriações nas sociedades contemporâneas”. [BARROS, José D’Assunção. **Fontes históricas**. Introdução aos seus usos historiográficos. Petrópolis: Vozes, 2019].

<sup>12</sup> A ideia de “superposição”, evocada por Milton Santos como característica das rugosidades do espaço, é correlata ao uso que faz Reinhart Koselleck em *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos* (2006) e deve ser entendida a partir da propriedade da Física de mesmo nome, significando que “a força resultante de dois ou mais estímulos acaba sendo a soma vetorial das forças empregadas à produção de cada estímulo individualmente”. Assim, tempos distintos e suas forças acumulam-se no espaço, superpondo-se, somando as modificações que impõem. [SUZANO JÚNIOR, *op. cit.*, p. 141-142.].

presente do pesquisador, identificando, ainda, agentes sociais e suas performances. Não perceber as rugosidades do espaço seria, conforme o Favatto (2021, p. 139-159), “lisificar” a realidade espacial, notar apenas a aparência sem perceber a essência do espaço geográfico<sup>13</sup>, localizada, mormente, em suas camadas mais profundas.

Neste trabalho a cidade é vista como um grande arquivo repleto de vestígios duradouros de diferentes temporalidades; cada espacialidade, cada conformação geográfica, como uma fonte histórica, é passível de interpretação à luz das metodologias geográfica e histórica. São Luís é, então, um acervo de incontáveis fontes demarcadas pelas rugosidades do espaço.

Enquanto recorte espacial, é a cidade de São Luís entendida aqui como uma totalidade<sup>14</sup>. Isto posto, fez-se necessário um recorte mais restrito de seu território, ampliando-se a *escala de observação*, por outro lado<sup>15</sup>. Através de um recurso tecnológico, o sistema *Google Earth*<sup>16</sup>, foi extraída uma imagem contemporânea de uma região da cidade (ver Figura 1), originando uma visão de tipo urbana, objeto de pesquisa tanto geográfico como histórico, um objeto de pesquisa do tipo *sócio-espacial*, de acordo com o que afirma Marcelo Lopes de Souza:

[...] a pesquisa sócio-espacial engloba os esforços de investigação científica, filosoficamente embasada e informada, em que as relações sociais e o espaço

---

<sup>13</sup> Suzano Júnior. *op. cit.*, p. 139-159.

<sup>14</sup> A totalidade é o espaço maior de onde é retirada uma fração para análise. Afirma Milton Santos: “O espaço, como realidade, é uno e total. É por isso que a sociedade como um todo atribui, a cada um de seus movimentos, um valor diferente a cada fração do território seja qual for a escala de observação, e que cada ponto de espaço é solidário dos demais, em todos os momentos. A isso se chama a totalidade do espaço”. [SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2014].

<sup>15</sup> A escala de observação ou de representação de um espaço consiste em diferentes patamares ou perspectivas a fim de alcançar maior ou menor monta de espaço a ser abarcado pela observação ou representação e, conseqüentemente, maior ou menor quantidade de detalhes perceptíveis naquele espaço objetificado. Quanto maior o espaço a ser observado ou representado, menor a escala e, quanto maior a escala, menor o espaço. Ver mais em BARROS, *op. cit.*, p. 85-97.

<sup>16</sup> *Google Earth* é um software para visualização de partes do globo terrestre através de imagens captadas por satélites. Disponível em: <https://earth.google.com/web/>. Tecnologias como *Google Earth*, ArcGIS e *Maply* têm permitido, por exemplo, observar as organizações no espaço através de patamares aéreos únicos, manobráveis em seus ângulos, perspectivas e escalas. Baseadas em imagens de satélites ou obtidas por aparatos voadores (drones, por exemplo), oferecem aos interessados alguns modos de ver a Terra como um todo e seus recortes espaciais, ampliando alcances, promovendo a identificação de padrões, maximizando detalhes e, conseqüentemente, possibilitando análises por parte de estudiosos com repertórios variados.

são, ambos, devidamente valorizados e articulados entre si com densidade no decorrer da construção do objeto e da própria pesquisa.<sup>17</sup>

Tomando, assim, uma configuração espacial como objeto de pesquisa, tem-se a pretensão de “iluminar o espaço recorrendo às relações sociais”<sup>18</sup>. De modo preciso, a intenção é explicar o processo de conformação espacial do presente, recorrendo a um contexto social pretérito, através da busca das marcas do passado impressas na paisagem<sup>19</sup>, no vasculhar entre suas rugosidades, na caça pelos vestígios presentes no recorte espacial. Foi empreendido, para tal intuito, um regresso temporal objetivando, também, iluminar as relações sociais recorrendo-se ao espaço<sup>20</sup>.

A organização espacial urbana sob análise neste texto está hoje consolidada no território da cidade de São Luís, capital estadual do Maranhão, cidade de origem colonial portuguesa<sup>21</sup> e maior centro urbano<sup>22</sup> de um dos Estados mais pobres do Brasil.<sup>23</sup>

Estudiosos sobre a cidade, como o italiano Leonardo Benévolo, apontam que em cidades do chamado “Terceiro Mundo”, não há uma ocupação equilibrada do território das cidades se comparadas suas urbanizações com as cidades dos países considerados “desenvolvidos”. Planos públicos preservam e consideram modos de expansão que garantem controle e razoabilidade e respeito a exigências estabelecidas. Aspectos como o valor dos imóveis, o deslocamento das pessoas, o tráfego motorizado e

---

<sup>17</sup> SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013., p. 46.

<sup>18</sup> Souza, *op. cit.*, p. 18.

<sup>19</sup> Milton Santos diferencia os conceitos de *espaço geográfico* e *paisagem*. Este último seria como um instante, um recorte na temporalidade do espaço geográfico. O espaço, assim “cristalizado”, como pontua Suzano Júnior (2021, p. 131), nos serve à abstração para compreensão do espaço enquanto totalização (pois este é movimento). A paisagem seria, por conseguinte, totalidade (pois esta é movimento do movimento). [BERNARDES, Antonio. Milton Santos: os conceitos geográficos e suas concepções. **Formação (Online)**, v. 27, n. 50, p. 275-299, 2020].

<sup>20</sup> *Idem*.

<sup>21</sup> Sobre os tempos iniciais da cidade de São Luís ver, por exemplo: MEIRELES, Mário Martins. **História de São Luís**. São Luís: Faculdade Santa Fé, 2021.

<sup>22</sup> FERREIRA, Antônio José de Araújo. **A produção do espaço urbano em São Luís do Maranhão: passado e presente; há futuro?** São Luís: EDUFMA, 2014.

<sup>23</sup> Dados oficiais apontam que o Maranhão apresenta índices de desenvolvimento que o posicionam nas últimas colocações, se comparado a outros estados do Brasil. Em 2021, por exemplo, o Maranhão ocupa a última posição no levantamento do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Ver mais em: <http://www.atlasbrasil.org.br/ranking>.

a distribuição dos serviços urbanos são acessíveis e garantidos, praticamente, à maioria das pessoas instituindo, portanto, noção maior do que se pretende quanto à cidadania.

Benévolo considera que aquela dimensão do mundo, oposta a dos países “desenvolvidos”, promove crescimento com déficit de oferta de uma cidade mais justa. Assim, somente uma parte da população se serve de condições de fruição dos benefícios urbanos, do acesso aos serviços públicos de conforto e comodidade. Os assentamentos irregulares, com protagonismo construtivo e de ocupação do solo pelas classes menos favorecidas, costumam ter como característica a precariedade, seja da propriedade mesma, seja dos modelos construtivos e dos recursos à disposição para edificar; a disposição dos serviços públicos acontece em tempo posterior à edificação e sob critérios distintos que tornam ainda mais díspares as estratificações nas sociedades urbanas do “Terceiro Mundo”.

Surge daí uma marginalização caracterizada seja pela posição geográfica desses espaços de ocupação relacionados que são a um centro servido dos benefícios característicos de uma cidade. Nas franjas das cidades, as ocupações marginais dos territórios urbanos crescem de modo mais acelerado que as ocupações que seguem a ordem e as normativas urbanas; os empobrecidos, mais numerosos, demarcam a cidade irregular. O autor traz os seguintes dados para ilustrar seu argumento:

Segundo um relatório das Nações Unidas, em 1962, metade da população a Ásia, da África e da América Latina não tinha uma casa, ou tinha uma casa insalubre, abarrotada e indigna.

Uma parte cada vez maior dessa população se transferiu dos campos para as cidades; calcula-se que, enquanto a população da Ásia, da África e da América Latina cresceu 40% nos últimos quinze anos, a população urbana dobrou (de 750 milhões para 1,5 bilhão). Mas apenas uma pequena parte foi aceita nas cidades regulares: a grande maioria foi engrossar os estabelecimentos irregulares que, de fato, crescem com uma velocidade maior. Por exemplo, na Venezuela, 60% da população vivem nas cidades com mais de 10.000 habitantes e desses, 50% moram nos chamados bairros marginais; os programas mais ambiciosos de intervenção pública se propõem a manter inalterada essa proporção, que tende a crescer. Cada nação denomina esses bairros irregulares de modo diferente: *ranchos* na Venezuela, *barriadas* no Peru, *favelas* no Brasil, *bidonvilles* nos países de língua francesa, *ischisch* no

Oriente Médio. Onde o clima permite, nem casas nem bairros são necessários: 600.000 pessoas dormem nas ruas de Calcutá.<sup>24</sup>

Benévolo, para além do termo “marginal” faz uso da expressão “construções abusivas” para entender e explicar a situação das edificações e espacialidades da cidade que não seguem as normativas arquitetônicas dos países desenvolvidos. Tais edificações e espacialidades, dentro dos países “desenvolvidos” seriam “menos pitorescas que as asiáticas e sul-americanas”, mas que acentuam-se num panorama sobre a cidade, diferenciando-se da cidade “regular” e avolumando-se, dando mostra que não são um fenômeno efêmero<sup>25</sup>.

Levando-se em consideração a preocupação epistemológica de Milton Santos, em desenvolver dispositivos de análise social voltados para realidades “subdesenvolvidas”, tem-se um quadro passível de estudo. Vale destacar que, para Milton Santos, as espacialidades urbanas, especialmente as captáveis em países considerados subdesenvolvidos, são mais “rugosas”. Explique-se: as implementações de objetos e técnicas, em grande parte importadas, conformou organizações espaciais de complexidade ímpar, donde seria possível notar recorrentes alterações de formas e funções – adaptações – para atender a demandas ou acompanhar tendências culturais, ideológicas, sociais e econômicas vindas, principalmente, de países líderes dentro do sistema de produção capitalista<sup>26</sup>. Ações espacializantes e espacialidades tendem a guardar características singulares, retratando de maneira incisiva o trabalho humano sobre os territórios de países chamados *periféricos*<sup>27</sup>.

---

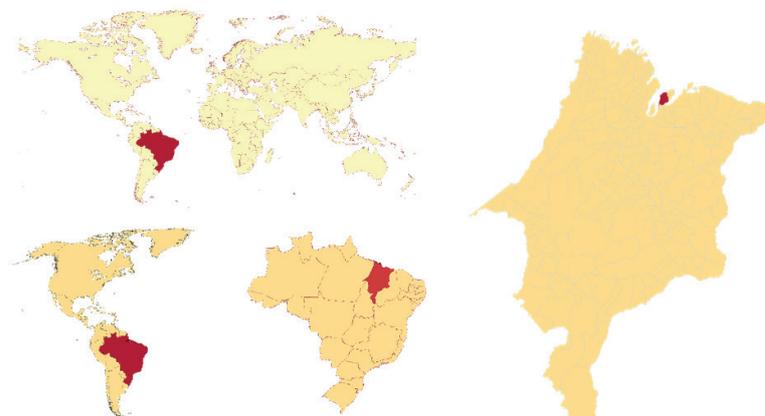
<sup>24</sup> BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. 7. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2019, p. 828-859.

<sup>25</sup> Idem, p. 858.

<sup>26</sup> SANTOS, Milton. **O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo**. São Paulo: Edusp, 2013.

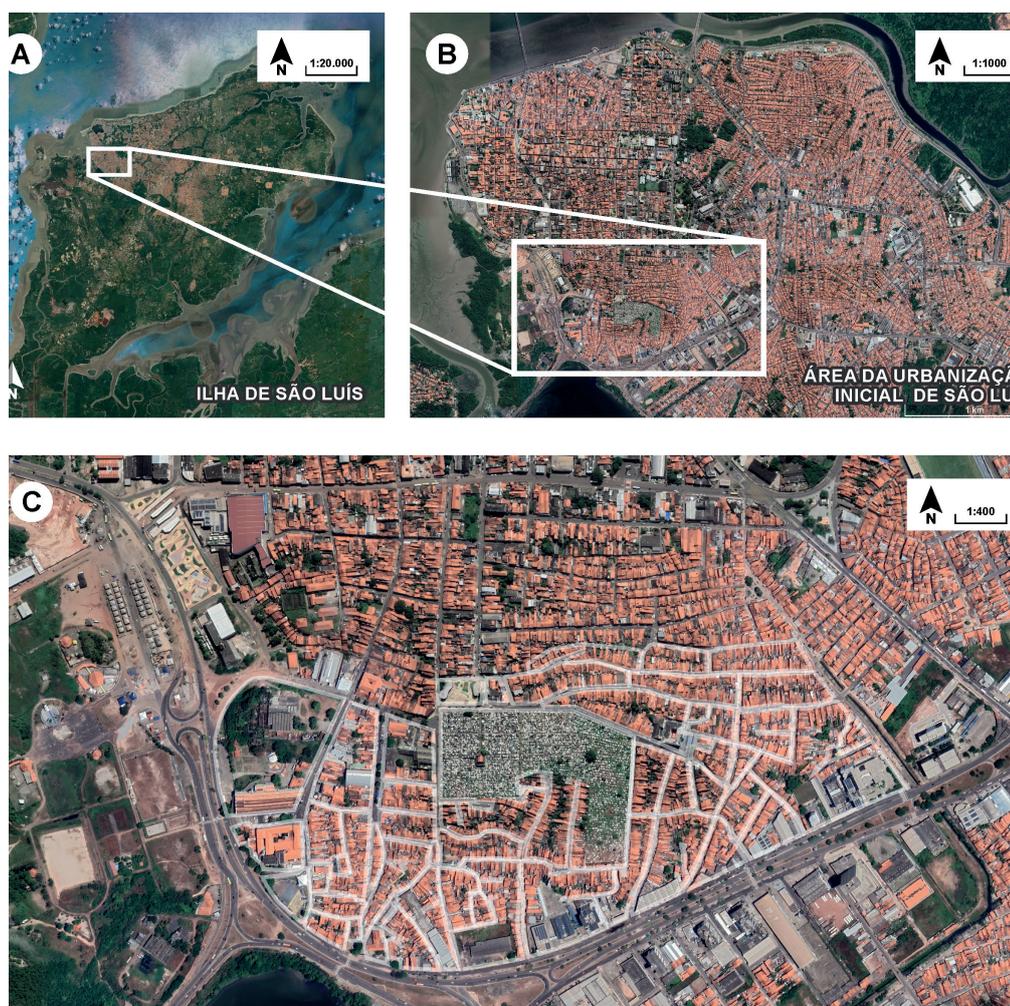
<sup>27</sup> Consideram-se periféricos, dentro do sistema de produção capitalista, os países com maior dependência das decisões tomadas pelos países chamados “centrais”. Os países da América Latina, África e Ásia são ditos, quase em sua totalidade, como periféricos. Ver mais em: SOUZA, Angelita Matos. **Estado e dependência no Brasil (1889-1930)**. São Paulo: Annablume: 2001.

**Figura 1** – Localização de São Luís quanto ao mundo, à América, ao Brasil e ao Maranhão.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir do *website* <https://www.mapchart.net>.

**Figura 2** – A: Vista área da ilha de Upaon-Açu, onde se localiza a cidade de São Luís. B: Vista aérea de região “central” da cidade de São Luís, área da urbanização inicial. C: Recorte espacial a ser analisado.



Fonte: Google Earth, 2023.

O eixo temporal que demarca este trabalho é estabelecido nas primeiras décadas após a instituição do regime republicano no Brasil – assim, a partir de 1889 – e busca dar conta, mais especificamente das implicações dos ideais de república em uma cidade como São Luís, capital do Maranhão. Precisamente, este trabalho considera o intervalo de vigência do Código de Posturas instituído no ano de 1893, que foi revogado no ano de 1936 para a promulgação de novo conjunto normativo urbanístico da capital maranhense.

Tal temporalidade se faz por ser esta época marcada por renovações políticas e sociais confrontadas com os modos de fazer do anterior modo imperial de governança. O Brasil de então era um imenso espaço em que se chocavam constantemente pretensões de civilidade e modernidade contra realidades “anormais”, ditas retrógradas por aqueles que encabeçavam o novo projeto político e social da República.

As cidades deveriam ser expressão da nação, marco da ordem e do progresso estampados no pavilhão; o espaço urbano, abrigando as importantes decisões políticas, econômicas e servindo de farol que norteava o modo de experimentar o novo regime, teriam sustentação sobre bases de civilidade, controlando ou expulsando de suas demarcações, quaisquer comportamentos vestigiosos de barbárie, de selvageria, de descontrole, indisciplina.

Um dos instrumentos institucionais demarcadores dos ideais civilizatórios republicanos eram os chamados códigos de posturas municipais. Instituídos pelas câmaras municipais, vigoravam até que suas normativas fossem vistas como obsoletas e carentes de reformulações para dar conta de novas experiências no ambiente urbano.

A cidade de São Luís instituiu seu primeiro código de postura republicano em 1893 tendo este vigorado até 1936<sup>28</sup>. Dispositivos jurídicos deste tipo têm como característica representar o tipo ideal de sociedade urbana, e de comportamento do indivíduo cidadão esperado em contextos espaciais e temporais determinados. No século XIX, seu principal objetivo era coibir comportamentos que provocassem, por exemplo, a disseminação de doenças nas suas circunscrições – geralmente,

---

<sup>28</sup> SÃO LUÍS. Lei nº 8, de 23 de julho de 1893.

aglomerações urbanas em vias de modernização, com incremento populacional e políticas públicas de desenvolvimento urbano e saúde deficitárias – e a desordem no aproveitamento do solo urbano. Outrossim, regulavam atividades urbanas corriqueiras como os sepultamentos, os comércios de gêneros de primeira necessidade, a exploração do mercado farmacêutico e a ocupação do solo urbano; neste último caso, os códigos de posturas operavam indicando para áreas mais remotas do território da cidade as atividades nocivas aos espaços de grandes fluxos de pessoas.<sup>29</sup>

O Código de Postura de 1893 faz parte de um conjunto de ideais postos em prática pelo poder público de São Luís na tentativa de sanar os problemas urbanos locais, de implementar uma noção de ordem na sociedade local. Conjuntamente, ações de infraestrutura, campanhas de erradicação ou abrandamento de doenças de grande impacto social (epidemias) e incentivos a empreendimentos que visassem dinamizar a economia urbana foram práticas corriqueiras para fazer a cidade viável para os habitantes<sup>30</sup>.

Interessa a este trabalho delimitar o impacto que grupos de indivíduos e relações sociais internas à sociedade ludovicense, durante anos iniciais da República, tiveram sobre a o espaço total da cidade. A parcela da cidade resultante das ações desses grupos subalternos, afirma-se, desde já, deve ser entendida como sendo de tipo *periférica*<sup>31</sup>, já que foi se conformando a partir do protagonismo da classe

---

<sup>29</sup> Para ver mais sobre Códigos de Posturas, suas instituições e vigências em algumas cidades, consultar os trabalhos de SÁ, Tânia Regina Braga Torreão. Códigos de Posturas Municipais como instrumentos normativos da produção de novas lógicas territoriais: estudo de caso do Centro Histórico de Salvador. **Percursos**: Sociedade, Natureza e Cultura, v. 1, n. 11, p. 273-289; SCHMACHTENBERG, Ricardo. Códigos de Posturas e Regulamentos: Vigiar, Controlar e Punir. In: XI Encontro Estadual de História. Associação Nacional de História. Seção Rio Grande do Sul – ANPUH-RS, **Anais...** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008, v. 1, p. 1-13; AGUIAR, Patrícia Figueiredo. Conduzindo condutas: a transformação do ambiente urbano de Cuiabá a partir do Código de Postura de 1932. **Revista Espacialidades** [online], v. 4, n. 3, Natal, 2011; CARVALHO, Heitor Ferreira de. **Urbanização em São Luís**: entre o institucional e o repressivo. 2005. 180 f. Dissertação (Mestrado), São Luís, 2005.

<sup>30</sup> CORREIA, Maria da Glória Guimarães. **Nos fios da trama**: quem é essa mulher? Cotidiano e trabalho do operariado feminino em São Luís na virada do século XIX. São Luís: Edufma, 2006. p. 28.

<sup>31</sup> O conceito será apresentado com maior detalhe no decorrer do texto. Por ora, afirma-se que a periferia é a região da cidade que envolve a região central, costumeiramente mais valorizada quanto a seu solo e para onde são direcionados investimentos públicos. “Enquanto agregado social, a periferia define-se [...] pela dependência, pela subalternidade face às áreas centrais e aos locais de destino dos habitantes-pendulares”. [DOMINGUES, Álvaro. (Sub)úrbios e (sub)urbanos – o mal

empobrecida da cidade, em caráter de *subalternidade* – reforce-se – de resistência, de transgressão.

A noção de *subalternidade*, a partir dos escritos de Antonio Gramsci<sup>32</sup> – e, ainda, pelo grupo de historiadores indianos que formaram nova etapa dos Estudos Subalternos naquele país, como Ranajit Guha, Gayatri Chakravorty Spivak e Dipesh Chakrabarty<sup>33</sup> – sustenta o entendimento de uma história protagonizada por aqueles postos à margem tanto nas relações sociais de poder como na espacialidade em que a história se materializa.

Nos chamados “confins” da cidade de São Luís, onde residiam aqueles subordinados aos ditames das classes dirigentes, foi possível notar um processo de exclusão tanto das posições de poder como, por consequência, em suas forças de trabalho, o que gerou periferização quanto ao centro dominante representado pelas localidades da cidade onde residiam os poderosos e detentores dos postos de poder.

Contudo, dentro desses processos que impuseram aos empobrecidos da cidade, operários nas fábricas e dedicados aos mais diversos trabalhos urbanos, surge um protagonismo, uma ação que molda o espaço às necessidades habitacionais prementes dos que pouco possuíam além de suas próprias forças e desejos.

Os bairros afastados da centralidade urbana, aproximados das margens para onde foram as fábricas do ramo têxtil, são mostras da capacidade de ultrapassar a barreira da própria subalternidade. A resistência sócio-espacial, visível ainda na cidade contemporânea, mostra que é possível contar uma história em que seja

---

estar da periferia ou a mistificação dos conceitos? **Revista da Faculdade de Letras – Geografia**, v. 10, Porto, 1994, p. 5-18.]

<sup>32</sup> GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: Volumes 1-6. Organização e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

<sup>33</sup> A segunda fase importante da teoria da subalternidade ocorreu no contexto dos Estudos Subalternos na Índia, a partir dos anos 1980. O grupo, formado por historiadores como Ranajit Guha, Gayatri Chakravorty Spivak e Dipesh Chakrabarty, se inspirou no pensamento gramsciano para analisar a história colonial e pós-colonial da Índia, focando na agência dos grupos sociais marginalizados. Esses acadêmicos buscavam redescobrir a história “de baixo”, a história dos camponeses, trabalhadores, mulheres e outros grupos subordinados que não eram bem representados nas narrativas tradicionais da história, dominadas pelas elites coloniais e nacionalistas. Ver mais em: CHAKRABARTY, Dipesh. “Una pequeña historia de los Estudios Subalternos”. **Anales de desclasificación**. Disponível em: [www.desclasificacion.org](http://www.desclasificacion.org), p. 1-27.

possível vislumbrar atitudes de desafio ante os ditamos institucionalizados das normas jurídicas e sanitárias.

Outro intuito é fazer reconhecidas, tanto a dimensão temporal do espaço, quanto a dimensão espacial do tempo, perfazendo, a partir do prescrito na Geografia Crítica de Milton Santos, um trajeto que alie História e Geografia, que informe sobre a sociedade através de uma expressão material – o espaço urbano – composta por suas relações e contradições internas. Este objetivo se faz concreto conjugando instrumentos epistemológicos e metodológicos das duas áreas de conhecimento.

Para a consecução dos objetivos norteadores, utilizou-se como referência uma zona da cidade sobre a qual se formaram alguns bairros, hoje consolidados, mas que guardam em suas morfologias vestígios do que pode ser identificado como áreas autoconstruídas: ruas estreitas e sinuosas denotam a ausência da planificação e o adensamento demonstra que o terreno da cidade, na região sob análise crítica, fora *ocupado*<sup>34</sup> à revelia do que preconizava o Código de Posturas de 1893 e sem a característica da posse legal, aproveitando-se ao máximo a terra para tantos quantos habitantes fossem necessários.

Veremos, a partir das fontes consultadas, que a área urbana ocupada pela classe subalternizada acabou por configurar uma verdadeira área de risco para seus próprios moradores e, conforme o discurso oficial, para toda a cidade. Registros oficiais, como relatórios sanitários e suas fotografias; bem como textos nos periódicos da época são mostras definitivas de um modo de vida afastado do que preconizava a nova república e o que se idealizava como “civilização”.

---

<sup>34</sup> O IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – dispõe de uma categoria para identificação de espaços urbanos com configuração correlata ao que se analisa neste trabalho. O Instituto os denomina como *aglomerados subnormais* e assim conceitua: “Aglomerado Subnormal é uma forma de ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia – públicos ou privados – para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas com restrição à ocupação. No Brasil, esses assentamentos irregulares são conhecidos por diversos nomes como favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, loteamentos irregulares, mocambos e palafitas, entre outros”. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 17 maio 2023.

Portanto, nosso tema-problema tem relação franca com a *cidade* enquanto fenômeno sócio-espacial, histórico e geográfico<sup>35</sup>. Variados campos do conhecimento tomaram a *cidade* por tema de estudo, assim como intelectuais dedicaram esforços para elaborar entendimentos sobre este fenômeno histórico, sócio-espacial. Sua conceituação não é linear. Há, inclusive, quem defenda que a palavra “cidade” não seja suficiente para expressar organizações espaciais tão distintas espalhadas pelo globo<sup>36</sup>.

Aqui, são utilizados entendimentos sobre a cidade que busquem dar conta da relação espaço x sociedade. Mesmo provenientes de áreas de conhecimento distintas e seguindo caminhos epistemológicos com valores diversos, é possível evocar, para ilustrar o intuito deste trabalho, por exemplo, o filósofo Henri Lefebvre, que indica que a cidade é uma expressão da sociedade que abriga<sup>37</sup>; David Harvey, geógrafo, argumenta que a complexidade da cidade acumula os resultados da relação dialética entre sua morfologia e a socialização ao longo do tempo;<sup>38</sup> para a geógrafa Ana Fani Alessandri Carlos, a cidade se faz e se refaz desigual e contraditoriamente, gerando “desigualdade espacial” a partir da “desigualdade social”<sup>39</sup>; Raquel Rolnik, arquiteta, define a cidade como um repositório das experiências humanas<sup>40</sup>; e cite-se, ainda, a historiadora Sandra Jatahy Pesavento, para quem tempo e espaço desafiam o entendimento, pois tendem a unir-se nas constantes transformações, destruições, desgastes e renovações por que passa a cidade. Afirma, ainda, a autora:

---

<sup>35</sup> José D’Assunção Barros afirma que “História e Geografia, nos seus primórdios, eram como que gêmeas univitelinas.” Acionando o trabalho de diferentes autores passados, mostra a relação íntima entre as duas ciências existida até o século XIX, quando a especialização entre discursos científicos que tratassem, um, das ações dos homens no tempo, e outro, das ações do homem no espaço, acabou por cindi-las em áreas que, hoje, operam academicamente separadas, mas que ainda guardam, como é o intuito deste trabalho mostrar, similaridades e afinidades profícuas. [BARROS, *op. cit.*, p. 17-22].

<sup>36</sup> “Seria a mesma coisa a cidade medieval com seus muros separando do campo e a metrópole atual sem limites definidos? Seria a mesma coisa a dispersa cidade norte-americana, a concentrada cidade europeia, a desigual cidade brasileira, sem falar das cidades africanas e asiáticas?” [VASCONCELOS, Pedro de Almeida. As metamorfoses do conceito de cidade. **Mercator**, Fortaleza, v. 14, n. 4, p. 23, dez. 2015.]

<sup>37</sup> LEFEBVRE, 2001, p. 62. *apud* VASCONCELOS, *op. cit.*, p. 20.

<sup>38</sup> HARVEY, 1980, p. 34; 174 *apud* VASCONCELOS, *op. cit.*, p. 20.

<sup>39</sup> CARLOS, Ana F. **A cidade**. 8. Ed. São Paulo: Contexto, 1992, p. 22-23.

<sup>40</sup> ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

O que chamamos de paisagem urbana é sempre uma paisagem social, fruto da ação da cultura sobre a natureza, obra do homem a transformar o meio ambiente. Neste espaço construído, a passagem do tempo altera as *formas*, seja pela destruição das mais antigas, entendidas como superadas, anacrônicas, não funcionais ou suficientemente desgastadas para serem substituídas, seja pela adaptação e composição com novas *formas* [...]

[...] a cidade, enquanto materialidade, é palimpsesto de formas [...] <sup>41</sup>

Pesavento aproxima-se, de certa maneira do entendimento de Milton Santos sobre a cidade – a paisagem urbana, – ao indicá-la como um *palimpsesto*<sup>42</sup> que, conforme argumenta a autora, é um aspecto metodológico fundamental para que o estudo sobre tal fenômeno sócio-espacial se dê de modo fidedigno e coerente com o projeto historiográfico de representar o passado e suas manifestações que não mais estão presentes, mas que exigem a aproximação maior possível do pesquisador com o conceito de verdade<sup>43</sup>.

Segundo, ainda, Pesavento:

[...] Superposição de tempos em um mesmo espaço, eis o palimpsesto tornado cidade; junção do cognitivo com a imaginação criadora, eis a síntese da atitude de um historiador disposto a resgatar do passado aquilo que não mais se vê, a partir das pegadas deixadas pelos homens de uma outra época, que apenas são perceptíveis a um olhar experimentado. E, neste ponto, não há como negar, que é somente com o esforço da imaginação, aliado à pesquisa de arquivo – quase arqueológica – que permitirá revelar e reconstruir a cidade do passado. [...]

[...] o palimpsesto como trama, que revela uma superfície observável, visível, dada a leitura de forma explícita, mas que deixa ver outras realidades implícitas e sugeridas.<sup>44</sup>

Da similaridade do que escreve Pesavento, aliada ao entendimento miltoniano sobre paisagem, é possível resgatar a anteriormente mencionada *rugosidade*, manifesto temporal do espaço e no espaço. As rugosidades podem ser percebidas

<sup>41</sup> PESAVENTO, Sandra Jatthy. Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto. **Esboços**: revista do Programa de Pós-Graduação em História, [Florianópolis], v. 11, n. 11, p. 25-30, jan. 2004.

<sup>42</sup> O *palimpsesto* é uma imagem arquetípica para a leitura do mundo. [...] veio a significar um pergaminho do qual se apagou a primeira escritura para reaproveitamento por outro texto. A escassez de pergaminhos [entre] os séculos [...] VII a IX generalizou os palimpsestos, que se apresentavam como os pergaminhos nos quais se apresentava a escrita sucessiva de textos superpostos, mas onde a raspagem de um não conseguia apagar todos os caracteres antigos dos outros precedentes, que se mostravam, por vezes, ainda visíveis, possibilitando uma recuperação. [PESAVENTO, *op. cit.*, p. 25-30.].

<sup>43</sup> PESAVENTO, *op. cit.*, p. 25-30.

<sup>44</sup> Idem.

somente no presente de quem observa, testemunhas que são do passado. A paisagem da cidade de São Luís, representada na Figura 1-C, e que inspirou o objeto de estudo da pesquisa, subdivide-se, atualmente, em três bairros: Madre Deus, Goiabal, Lira<sup>45</sup> (Ver Figura 2). Predominantemente residenciais, estes bairros são apontados pela historiografia local como tendo origem na ocupação de terreno público empreendida por trabalhadores de diferentes setores, como por exemplo o pesqueiro, o fabril (no fim do século XIX, foi instalado um parque industrial na cidade que acabou por impulsionar o movimento de ocupação de terrenos livres com vistas à moradia popular) ou das mais diversas possibilidades que existiram ao longo do tempo na urbe ludovicense<sup>46</sup>.

**Figura 3** – Vista de satélite da área de interesse desta pesquisa subdividida a partir dos bairros atuais.



Fonte: Google Earth, 2023 com edições do autor.

<sup>45</sup> É possível apontar, ainda, algumas localidades dentro dos três bairros, tais como Belira e Codozinho, mas que não são reconhecidas como bairros no Plano Diretor do Município de São Luís. [São Luís (MARANHÃO). Lei nº 7.122, de 12 de abril de 2023. Altera a Lei nº 4.669, de 11 de outubro de 2006 sobre o Plano Diretor do Município de São Luís e dá outras providências. São Luís, 12 de abril de 2023].

<sup>46</sup> CORREIA, *op. cit.* p. 255-271; LOPES, José Antonio Viana (Coord.). **São Luís, Ilha do Maranhão e Alcântara: Guia de Arquitetura e Paisagem**. 1. Ed. Sevilha: Consejería de Obras Públicas y Transportes, Dirección General de Arquitectura y Vivienda, 2008, p. 140; CHAGAS JÚNIOR, José de Ribamar de Sousa. **Madre Deus de Festejos e Festanças**. São Luís: José de Ribamar de Sousa Chagas Júnior/Lithograf, 2002.

Um dos motores da pesquisa é justamente a referida origem operária da ocupação desta parcela da cidade: a busca pelo entendimento do processo de conformação de uma espacialidade urbana não somente por agentes sociais<sup>47</sup> que tenham como aporte o poder político ou o poder financeiro – ou os dois ao mesmo tempo –, mas, também, por aqueles que não têm o planejamento acadêmico como modo de operação – “não paisagistas”<sup>48</sup> –, mas fazem uso de técnicas e táticas outras, atuam, na ocupação do solo urbano, através de práticas desviantes<sup>49</sup> que sinalizam resistências ante as ordens e seus dispositivos estabelecidos no cenário social.

À análise crítica da paisagem urbana, que tem como personagens importantes a classe operária – camada empobrecida, socialmente estigmatizada, subalternizada – cabe ver esta paisagem a partir de patamares e questionamentos que permitam clarificar práticas sociais de segregação, mas também de resistência e transgressão a normas instituídas vertical e até violentamente por outra classe detentora de poderes decisivos e ante um insistente ambiente nocivo à sobrevivência daqueles a quem quase tudo falta; seu usufruto da cidade é tolhido constantemente e a busca por soluções diárias é o modo de resistir. Fez-se necessário “ler” a paisagem a contrapelo<sup>50</sup>.

Analisar de modo crítico o espaço de tipo urbano, portanto, é analisar, concomitantemente, o contexto social dentro da qual ela se materializa e de que modo tais materializações interferem em espacialidades outras. O modo como vai se organizando a paisagem representa muito bem as relações sociais que materializam no espaço os problemas urbanos como a periferização, que historicamente tem determinado os lugares dos pobres na cidade. Lugares em que muito do básico falta ou, se existe, tende à ineficiência: esgotamento, disponibilidade de água potável,

---

<sup>47</sup> “[...] ‘agente social se entende um agrupamento de pessoas e/ou instituições que desenvolvem ações definidas, visando a defesa de seus interesses.’”. [FERREIRA, 1998 *apud* FERREIRA, Antônio José de Araújo. **A produção do espaço urbano em São Luís do Maranhão: passado e presente; há futuro?** São Luís: EDUFMA, 2014].

<sup>48</sup> SERPA, Angelo. Milton Santos e a paisagem: parâmetros para a construção de uma crítica da paisagem contemporânea. **Paisagem e Ambiente: Ensaio**, São Paulo, v. 1, n. 27, p. 131-138, jun. 2010.

<sup>49</sup> DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. Artes de fazer. 3. Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

<sup>50</sup> BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política**. 3. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 222-232.

drenagem, coleta de lixo, pavimentação, planificação do espaço, transporte público e oferta de moradias de qualidade em um mercado acessível.

O conceito de *periferização* é basilar neste trabalho. Conforme a geógrafa Rosali Braga Fernandes:

A periferização urbana é um processo de segregação residencial, expressa espacialmente os distorcidos mecanismos de distribuição de renda e de apropriação e uso do solo urbano, os quais, por promoverem a concentração de riquezas, acarretam o favorecimento de uma minoria privilegiada em detrimento da maioria espoliada. Esta maioria, dentro das questões urbanas atuais, busca “saídas” para seus problemas habitacionais em áreas distantes, espacialmente segregadas e extremamente carentes de infraestrutura e serviços urbanos.<sup>51</sup>

A autora adiciona, sobre o mesmo conceito:

[...] periferia constitui-se em aglomerados distantes dos centros, clandestinos ou não, carentes de infraestrutura, onde passa a residir crescente quantidade de mão-de-obra necessária para fazer girar a máquina econômica.<sup>52</sup>

A periferização, como descrita por Fernandes, é um fenômeno social histórico, que legou a habitantes empobrecidos da cidade de São Luís uma parcela do território que, desde longa data, era tido ermo, distanciado da região onde iniciou-se a urbanização da cidade ao ponto de, ao longo dos anos, transforma-se em repositório de serviços públicos (cemitério, hospital, matadouro, isolamento para acometidos de doenças infecciosas e fábricas) que não deveriam, pela comodidade e bem-estar dos habitantes em geral, coexistir próximo aos espaços de maior densidade demográfica, onde a população residia, trabalhava e comerciava.

Em 1883, o então presidente da Província do Maranhão, José Manuel de Freitas, tem um relato seu publicado no jornal Diário do Maranhão; no texto, a fala da autoridade joga luz sobre a condição sanitária delicada que caracterizava a região da cidade. Segundo o relato:

---

<sup>51</sup> FERNANDES, Rosali Braga. Relações e inter-relações do processo de periferização urbana. **Revista da FAEBA**, Salvador, v. 2, 1993, p. 205.

<sup>52</sup> Ibidem.

[...] O matadouro se acha em pessimas condições hygienicas, por sua collocação. Na vizinhança dele (a poucas braças) estão a casa dos lazarus e os hospitais militar e da misericordia, o cemiterio público, unico em que são feitos os enterramentos, e os armazens de couros secco e salgados da camara municipal, concorrendo tudo isso para que o bairro de Madre de Deus, em que demora, seja o mais insalubre e empestado da cidade.<sup>53</sup>

Por extensão dos entendimentos até aqui expostos, é possível afirmar que o conjunto de relações sociais havidos neste recorte temporal, deixou vestígios na paisagem tomada como objeto desta pesquisa. O olhar mais atento para suas formas e estruturas, tende a clarificar funções pregressas desempenhadas pelos diferentes objetos, conformando sistemas característicos da sociedade ludovicense das primeiras décadas do regime republicano. Nesse sentido, é útil resgatar, ainda, do ano de 1912, uma representação cartográfica da cidade de São Luís, elaborada em ocasião de celebração ao aniversário de fundação da cidade. A autoria da “Planta” é do geógrafo Justo Jansen Ferreira.

**Figura 4 - Planta da cidade elaborada por Justo Jansen.**



Fonte: Biblioteca Nacional Digital Brasil<sup>54</sup>.

<sup>53</sup> Diário do Maranhão, 7 jun. 1883, p. 1.

<sup>54</sup> Disponível em: <https://encurtador.com.br/j8lMb>. Acesso em: 3 jan. 2023.

Figura 5 – Recorte da planta da cidade elaborada por Justo Jansen.



Fonte: Adaptação do autor.

A partir do exposto na Figura 4, percebe-se que todos os serviços urbanos apontados pelo presidente da Província como causadores das más condições higiênicas no “bairro da Madre Deus”, em 1883, ainda estavam presentes a ponto de serem registrados na cartografia de 1912. Adicionaram-se fábricas do ramo têxtil (São Luiz e Cânhamo), inauguradas nos anos finais do século XIX, e, muito provavelmente já havia ali núcleos de habitações precárias, numa região pantanosa e de relevo acidentado, mas que não foram mapeadas, demonstrando, numa produção científica e comemorativa, um apagamento da realidade.

O estudo das fontes, conjuntamente ao manejo da paisagem – reforça-se: aqui utilizado como conceito geográfico dentro da categoria espaço e como fonte histórica – promoveu buscas por registros pretéritos sobre a cidade de São Luís, entre os anos de 1893 e 1936. Entre tais, puderam ser coletados periódicos como *Pacotilha*, de onde foi possível colher opiniões sobre a cidade e notícias que indicavam que tipo de espaço urbano a sociedade desejava e com a qual se confrontava realmente.

A busca em fontes oficiais, conduziu ao encontro de documentos das repartições de ordenamento urbano e, principalmente, das entidades que lidavam com a saúde pública. Em relatório sanitário,<sup>55</sup> entregue ao poder público no ano de 1925, o chefe interino do Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural do Maranhão, Cássio Miranda<sup>56</sup>, acusava vorazmente a classe operária de ser a responsável pelo estado dramático da saúde coletiva na cidade de São Luís. Tendo visitado áreas da cidade nas quais concentravam-se as habitações operárias, identificou suas construções de palha como “nefastas”, “rudimentares” que serviriam de abrigo a “bem primitivos seres”. Tidas como “uma verdadeira excrescência para nossos foros de civilidade”, as “palhoças” foram assim descritas:

São habitações levantadas completamente ao acaso, sobre depressões e socalcos de terreno, sem preparo prévio para recebê-las, orientadas ao sabor dos maiores absurdos em edificação, dispostas, geralmente, em séries para formar ruas e travessas estreitas, ora retas, ora mais ou menos sinuosas, ou então completamente isoladas e com as testadas voltadas para todos os lados.<sup>57</sup>

O relatório foi complementado por fotografias que retratavam os conjuntos de habitações resultantes das demandas da gente trabalhadora de origem mais humilde. Alternativa mais viável que a do aluguel em cortiços – há tempos malvistas por suas condições sanitárias degradadas –, as palhoças, que eram edificadas nas áreas mais próximas às fábricas, permitiam não somente o imediato teto onde se abrigar, mas, também, a proximidade com o posto de trabalho cotidiano e o usufruto, mesmo que precário, do solo urbano.

---

<sup>55</sup> DEPARTAMENTO NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA. **Serviço de Saneamento e Prophylaxia Rural do Maranhão**. Relatório apresentado pelo Dr. Cassio Miranda, Chefe Interino do Serviço, no ano de 1923, à Directoria do Serviço de Saneamento e Prophylaxia Rural. Tipogravura Teixeira, Maranhão, 1925.

<sup>56</sup> Cassio Miranda (1888-1966). Nascido em São Paulo, médico. Dirigiu o Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural em São Luís, durante a década de 1920, e o Instituto Oswaldo Cruz entre os anos de 1953 e 1954. (Disponível em: <https://basearch.coc.fiocruz.br/index.php/cassio-miranda-3>. Acesso em 15/03/2024).

<sup>57</sup> Ibidem.

**Figura 6** - Fotografia produzida pelo Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural do Maranhão.



Fonte: BRASIL, 1925, p. 120.

De fato, o aproveitamento de materiais disponíveis no ambiente foi a solução encontrada, por muitos, para a construção de suas casas. Paredes de barro e telhados de palha conformavam, no ajuntamento, uma paisagem da pobreza, da exclusão, de um problema urbano; mas, também, eram espaços de resistência. Ver a cidade, então, é encontrar expressões de controle em suas formas. Mas, também, de algumas resistências e insurgências por parte de agentes sociais historicamente inferiorizados ou estigmatizados e que também interferem significativamente no espaço urbano. Contradições de classe podem ser percebidas em áreas da cidade de adensado povoamento, por exemplo, onde é possível mirar padrões de ocupação compostos por características como habitações precárias, asfaltamento inexistente ou em destruição, acúmulos de dejetos por omissão do poder público. Espaços da cidade historicamente estigmatizados e abandonados consolidaram-se com arruamentos sinuosos, interrompidos abruptamente, com acentuados aclives e declives já que a autoconstrução característica não tem como arcar com os custos de aterramentos ou nivelamentos. Classes diferentes, assim, ocuparam áreas diferentes

das cidades e distinguiram-se pelo acesso a serviços públicos que beneficiam os que os recebem a contento.

Superpuseram-se tempos, suas manifestações e particularidades e, hoje, é possível notar uma paisagem que exhibe permanências da ocupação inicial: o arruamento sinuoso, o adensamento habitacional em terrenos estreitos são exemplos da ocupação empreendida pela própria população mais pobre. O passar dos anos incumbiu-se de cicatrizar as violentas restrições por que passaram os moradores em tempos remotos.

Entende-se que houve, no processo de formação dos bairros Madre Deus, Goiabal e Lira, um processo de *segregação socioespacial*<sup>58</sup>. Este conceito é de grande importância para este trabalho e pode-se entendê-lo a partir do fato de que à população operária coube uma área há tempos estigmatizada da cidade. Como visto na figura 5, o poder público destinou para aquela região alguns aparelhos urbanos como o matadouro municipal, duas casas de tratamento para acometidos por doenças altamente infecciosas, o cemitério e, posteriormente, duas grandes fábricas. Aos de menor poder aquisitivo não foi dada sustentação habitacional na cidade dentro do projeto de modernização que se tinha em vista. A ocupação foi tecendo-se apartada da estrutura de serviços urbanos como calçamento, iluminação pública, esgotamento e água potável; somente após aparecem os problemas comuns a espaços da cidade sem infraestrutura é que a gestão pública buscou muito lentamente soluções para solucionar o caótico quadro.

Citando o sociólogo Manuel Castells, Razente (2011) oferece um conceito de *segregação socioespacial*. Segundo o autor:

[...] tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas, sendo esta disparidade compreendida não só em termos de diferença, como também em hierarquia.

---

<sup>58</sup> Segundo Ana Fani Alessandri Carlos, a segregação socioespacial é a materialização da desigualdade social urbana, baseada na propriedade privada. A produção dos diferentes espaços dentro das cidades tende a refletir as hierarquizações existentes entre os distintos grupos sociais urbanos. Ver mais em: [CARLOS, A. F. A. Segregação socioespacial e o “direito à cidade”. *Geosp – Espaço e Tempo* (On-line), v. 24, n. 3, p. 412-424, dez. 2020. ISSN 2179-0892. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/177180>. Acesso em: 1 fev. 2023.

Os serviços públicos eram, geralmente, ofertados quase que a contento nas áreas onde residia a camada mais abastada da sociedade ludovicense: a região onde hoje assenta-se o bairro da Praia Grande, local dos casarões e sobrados de estilo pombalino de onde os ricos gozavam os prazeres das possibilidades ofertadas pelo grande volume de capital financeiro e político. Contudo, a cidade, ali, não era de todo confortável pois à administração pública careciam tanto poder econômico quanto capacidade técnica para sanar os diferentes problemas urbanos acumulados.<sup>59</sup>

Grupos com características aproximadas, então, tendem a conformar seus espaços característicos nas cidades e a esses espaços, historicamente, as entidades governamentais prestam atendimentos distintos reforçando hierarquias e reforçando inferiorizações de caráter social e econômico. A pobreza e a riqueza tendem a ser facilmente localizáveis na cidade, gerando suas conformações espaciais, suas paisagens características.

Para a realização da análise espacial geohistórica aqui pretendida, este trabalho foi estruturado do modo como descrito abaixo.

O capítulo intitulado “No espelho, queria o Brasil ver-se Europa” traz da contextualização histórica em conformidade ao recorte espacial e temporal aqui trabalhado: os anos iniciais do regime republicano no Brasil. Importará tratar dos contextos global, continental e nacional, buscando conexões, primordialmente, a partir da temática do desenvolvimento urbano.

No capítulo seguinte, cujo título é “A construção de um objeto geo-histórico”, é demonstrada a edificação, a partir de recursos documentais, da construção do objeto deste estudo. A cidade em seus registros históricos demonstra seus ajustamentos espaciais e as relações sociais a eles vinculados.

No último capítulo serão demonstradas através dos recursos documentais o problema das moradias e da espacialização da subalternidade em São Luís.

---

<sup>59</sup> Importante estudo sobre a atuação ou omissão do poder público no campo da infraestrutura urbana pode ser encontrado em PALHANO, Raimundo Nonato Silva. **A produção da coisa pública: serviços e cidadania na primeira república ludovicense**. 2. Ed. São Luís: Engenho, 2017. 428 p.



## 1 NO ESPELHO, QUERIA O BRASIL VER-SE EUROPA

Neste capítulo será discutido o contexto histórico a partir do qual a organização espacial urbana foi conformando-se de modo mais consolidado. Objetiva-se entender as conexões, em nível global, continental, regional e local – com o destaque aos aspectos urbanos. Portanto, entender o espaço urbano tendo em destaque os agentes presentes na cidade de São Luís, entre os anos de 1893 e 1936. Desta forma, detalhamos o intercâmbio de modelos advindos de países europeus e como acabaram por determinar experiências no Brasil e, mais especificamente, em São Luís. Modos de se comportar, de viver em sociedade passaram pelas noções em voga em grandes centros urbanos como Paris, cidade que emanava tendências culturais e urbanísticas, já que as obras de urbanização por que passara a capital francesa foram notadas como exemplos de modernização.

### 1.1 Tempos de otimismo na Europa

A região ocidental do continente europeu vivia período de bonança que duraria até 1914, com o início da Primeira Guerra Mundial<sup>60</sup>; o mundo parecia girar a partir do que acontecia ali, recebendo – muitas vezes à força<sup>61</sup> – influências econômicas, políticas e culturais.

As experiências humanas de tempo e espaço vividas em lugares como Grã-Bretanha, França e Alemanha não estavam disponíveis a todos no globo: a pujança econômica proporcionou o espraiamento de tecnologias que alteraram significativamente o cotidiano de indivíduos que, para além, habitaram cidades

---

<sup>60</sup> HOBBSAWM, Eric. **A era dos Impérios**. 1875-1914. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. *E-book*.

<sup>61</sup> Críticas ao chamado “imperialismo” estendem-se, ainda a países como Estados Unidos e Japão, de economias fortalecidas por processos de industrialização e que viam como potenciais mercados consumidores outros estados de economia subdesenvolvida. Segundo Pereira (2021), o motor dos movimentos imperialistas impetrados por nações industrializadas era a expansão do capital que, investindo em setores como transporte e infraestrutura de países da América Latina (obtendo grande adesão das classes dirigentes e de intelectuais) com vistas a vantagens futuras para exploração de riquezas naturais, por exemplo. [PEREIRA, Vinícius V. Manoel Bonfim e a crítica ao imperialismo no século XX. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, v. 58, p. 149-181].

bastante desenvolvidas em suas estruturas<sup>62</sup>, trabalharam em diversos setores da economia, experimentaram a possibilidade de influenciar decisivamente a política de seus países, a partir do fortalecimento do sufrágio popular.

Hábitos e ideias em voga na Europa entraram em contextos diversos, quase opostos, e conformaram dinâmicas com resultados únicos nas mais diferentes modalidades dentro das sociedades que os aninharam.

Nos anos 1880 a Europa, além de ser o centro original do desenvolvimento capitalista que dominava e transformava o mundo, era, de longe, a peça mais importante da economia mundial e da sociedade burguesa. Nunca houve na história um século mais europeu, nem tornará a haver.<sup>63</sup>

Estando o Brasil um país na periferia da economia global, entre 1875 e 1914, conforme o recorte temporal proposto por Eric Hobsbawm, em seu *A era dos impérios* (1987), podemos falar, também, em *belle époque* ao estilo local, à moda de um país que, há muito, absorvia massivamente ideias, práticas e objetos vindos da Europa. Cidades como Rio de Janeiro<sup>64</sup>, São Paulo<sup>65</sup>, Fortaleza<sup>66</sup>, Manaus<sup>67</sup> e Belém<sup>68</sup> alcançaram períodos de destacados crescimentos econômico e urbano de fortes

---

<sup>62</sup> Centros urbanos como Londres e Paris, destacadamente, buscavam implementar melhoramentos estruturais para dar conta de demandas impostas por seus numerosos habitantes. A planificação e ordenamento impostas pelos poderes nestas cidades influenciaram modos de gerir as cidades em diferentes países do globo. Ver mais em: BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. 7. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2019, p. 681-732.

<sup>63</sup> HOBBSAWM *op. cit.*, p. 29.

<sup>64</sup> Ver, por exemplo: NEEDEL, Jeffrey D. **Belle Époque Tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

<sup>65</sup> Ver, por exemplo: DANON, Diana D.; TOLEDO, Benedito L. de. **São Paulo – Belle époque**. 2. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010; e FOLLIS, Fransergio. **Modernização urbana na Belle Époque paulista**. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

<sup>66</sup> Ver, por exemplo: PONTE, Sebastião R. **Fortaleza Belle Époque – 1860-1930**. 4. Ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2009.

<sup>67</sup> Ver, por exemplo: SANTOS JÚNIOR, Paulo Marreiro dos. Manaus da Belle Époque: tensões entre culturas, ideais e espaços sociais. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH, 27., 2013, Natal. **Anais** [...] Natal: Anpuh, 2013. p. 1-16. Disponível em: [http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364530560\\_ARQUIVO\\_manausdaBelleEpoque\\_tensoesentreculturas\\_ideaiseespacosociais.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364530560_ARQUIVO_manausdaBelleEpoque_tensoesentreculturas_ideaiseespacosociais.pdf). Acesso em: 18 maio 2023; DAOU, Ana Maria. **A Belle Époque amazônica**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.

<sup>68</sup> Ver, por exemplo: SOARES, Karol Gillet. **As formas de morar na Belém da Belle Époque: (1870-1910)**. 2008. 247 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em História, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008. Disponível em: <https://pphist.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/Ms%202006%20KAROL%20GILLET%20SOARES.pdf>. Acesso em: 18 maio 2023; DAOU, *op. cit.*

influências europeias. Nestas cidades, aspectos de infraestrutura, ordenamento, legislação, planejamento, edificações e gestão buscaram, em muito do que era feito na Europa, o que implementar em suas administrações, alterando significativamente suas paisagens.

A ideia de *belle époque*, de modo mais sucinto, encerra em si a perspectiva mais otimista com o futuro, oriunda, fundamentalmente, dos avanços técnicos que sinalizaram o progresso por que passavam, então, países da Europa, “núcleo do capitalismo mundial”<sup>69</sup>. Sobre a *belle époque* na Amazônia, por exemplo, Ana Maria Daou argumenta que:

[...] Em diferentes pontos do globo, a crença na prosperidade, no progresso material e na possibilidade de que os “males sociais” pudessem ser equacionados tecnicamente coroou os ideais de liberalismo que marcaram todo o século XIX. A “bela época” é expressão eufórica e do triunfo da sociedade burguesa no momento em que se notabilizavam as conquistas materiais e tecnológicas, se ampliaram as redes de comercialização e foram incorporadas à dinâmica da economia internacional vastas áreas do globo antes isoladas.<sup>70</sup>

O modo capitalista de produção, expandindo-se geograficamente, teve sólida base na industrialização, também espalhada por diferentes lugares, alargando mercados e tendo como decisiva a influência britânica<sup>71</sup>. No Brasil, investidores originários do comércio de gêneros agrícolas arriscaram capitais acumulados em parques fabris<sup>72</sup> – mormente voltados ao ramo têxtil –, buscando melhor posicionamento no cenário econômico global, em uma cadeia produtiva transoceânica que definiu,

---

<sup>69</sup> HOBBSAWM, *op. cit.*, p. 39.

<sup>70</sup> DAOU, *op. cit.*, p. 7.

<sup>71</sup> “[...] toda visão nova da Grã-Bretanha exigia uma nova descrição; as melhorias que traziam avanço, os novos edifícios construídos, os antigos derrubados; novas descobertas em metais, minas, minerais; novos empreendimentos no comércio; invenções, motores, manufaturas, em uma nação progredindo e se aperfeiçoando como nós estamos fazendo; essas coisas abrem novas possibilidades todos os dias e tornam a Inglaterra particularmente capaz de mostrar uma face nova e diferente em muitos sentidos, em toda ocasião em que é examinada”. Este trecho, escrito por Daniel Defoe, fala dos avanços britânicos ainda durante o século XVIII e já mostra o ambiente que assentará a sua liderança no ramo industrial, que a fez influente em diferentes setores e regiões ao redor do globo. [DEFOE, Daniel. *A tour through England and Wales*, vol. 2. Londres: J. M. Dent & Sons, 1948, p. 133 *apud* CLYDESDALE, Greg. **Cargas**: como os negócios mudaram o mundo. Rio de Janeiro: Record, 2012, p. 175-176].

<sup>72</sup> Ver mais sobre o assunto em STEIN, Stanley J. **Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil – 1850/1950**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

hierarquicamente, os papéis no grande quadro de divisão internacional do trabalho. O Brasil consolidava-se em posição periférica neste cenário.

A maneira de lidar com o poder público passou por significativa alteração após a institucionalização de sistemas políticos baseados em amplo sufrágio mais abrangente e a representação de tipo mais popular trouxe inovações que preocupavam as antigas ordens de poder estabelecidas pela riqueza e/ou distinção social. O volume de operários, agora habitantes de cidades cada vez mais povoadas, ansiava por serem atendidas as suas expectativas e a ameaça de sublevações, atiçava, em paralelo, os receios das camadas políticas tradicionais: era preciso massificar o poder, mesmo que isto pusesse em risco os ideais liberais mais puristas. Para Hobsbawm, então, o controle das massas foi a alternativa viável para tentar conter o avanço colossal do eleitorado popular: retórica e meticulosidade eram a estratégia para não desagradar setores recém ingressados no jogo do poder.<sup>73</sup>

A camada social de trabalhadores avoluma-se com a industrialização: na lida cotidiana nas fábricas, nos redutos habitacionais operários, e em quaisquer outras partes onde era possível reunirem-se proletários, conformou-se uma perspectiva de vida em comum atrelada às condições, muitas vezes, difíceis para o sustento necessário. Encontrados geralmente nas cidades, núcleos do progresso capitalista, uma camada de excluídos não gozava plenamente das benesses localizadas nas “melhores” regiões urbanizadas; em maior, parte mantinham-se expostos a condições precárias de habitabilidade e, por extensão, de sobrevivência<sup>74</sup>. A “multidão”, sobre a qual escreveu Bresciani<sup>75</sup>, provocou “espanto e a geral preocupação ante a pobreza que a multidão nas ruas revela de

---

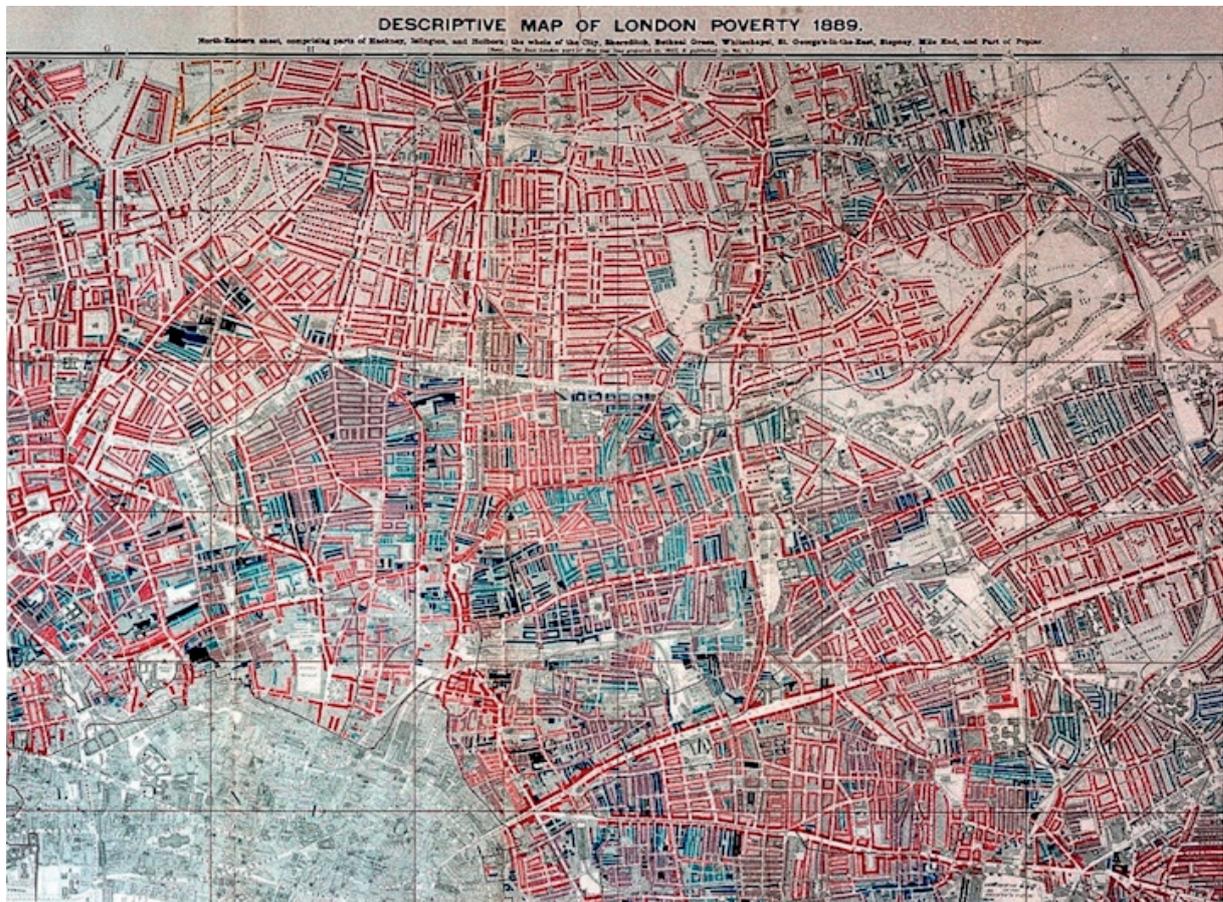
<sup>73</sup> HOBBSAWM, *op. cit.*, p. 120-157.

<sup>74</sup> É notável sobre este tópico o que escreve Friedrich Engels, no capítulo “As grandes cidades”, de sua obra *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Questionando a humanidade perdida ante um caótico e degradante ambiente urbano, o autor descreve as condições de moradia em centros urbanos industrializados como Londres e Manchester. [ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 67-116.]

<sup>75</sup> BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. 5. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Coleção Tudo é História), p. 9.

maneira insofismável”. A bela época, entre tantas máculas, expunha, talvez, a sua mais marcante contradição: progresso e pobreza nas cidades.

**Figura 7** - Mapa descritivo da pobreza em Londres (1889).



Fonte: *The History Press*<sup>76</sup>.

Já notado durante a Revolução Industrial no século XVIII, o desenvolvimento científico, segundo Hobsbawm, experimentou um período “em que o modo de aprender e estruturar o universo [...]” foi “transformado inteiramente num breve lapso de tempo”<sup>77</sup>. Os anos que antecederam o estourar da Primeira Guerra Mundial assentaram um conhecimento que trazia discussões sobre a relação homem/

<sup>76</sup> O site *The History Press* publicou o material intitulado *Five facts about London's Victorian slums* (Cinco fatos sobre favelas da Londres Vitoriana), no qual indica que, durante o período vitoriano (1837-1901), o desafio de viver na pobreza era gigantesco. No mapa, elaborado por Charles Booth, é possível notar indicações das áreas coloridas em tons mais escuros em que reinavam a “pobreza, o vício e a criminalidade”. Disponível em: <https://www.thehistorypress.co.uk/articles/five-facts-about-london-s-victorian-slums/>. Acesso em 8 mar. 2023.

<sup>77</sup> HOBBSAWM, *op. cit.*, p. 339.

natureza, sobre o desenvolvimento humano em si e de diferentes áreas da ciência como a Biologia e a Química, rebatendo em cheio em áreas como a indústria e a própria vida em sociedade: a teoria evolucionista foi interpretada por alguns segmentos como uma justificativa para a Europa ocupar posição “superior” no grande quadro mundial, por exemplo<sup>78</sup>.

Muitas cidades europeias eram o reflexo da sociedade que ali frutificou a partir destas conquistas e contradições, permitidas através do modo capitalista fortalecendo-se, cada vez mais, e espalhando-se aceleradamente. Abrigando parques fabris em suas zonas periféricas, muitos centros urbanos cresceram ainda mais as suas populações, seja de maneira natural – tendo em vista os melhoramentos na área da medicina<sup>79</sup> – seja por acolheram os fluxos migratórios vindos dos campos. E o crescimento populacional fez crescer a demanda por produtos e serviços, fez crescer muitos problemas de desordem urbana, característicos de grandes concentrações demográficas: “congestionamento do tráfego, a insalubridade, a feiura”<sup>80</sup>.

A camada mais carente de recursos era a maior vítima dos vícios urbanísticos e muitas vezes era responsabilizada pelas catástrofes coletivas como as diferentes epidemias muitas vezes mortais até que se controlasse o caos da cidade. Teóricos e políticos debatiam intensamente sobre soluções com vistas à cidade ideal, possível de ser praticada e controlada, em sua materialidade, via normativas, reformas e remoções violentas de comunidades pobres de centros urbanos industriais importantes na Europa<sup>81</sup>.

---

<sup>78</sup> Sobre as chamadas “teorias eugenistas”, ver SCHWARCZ, Lilia M. **O espetáculo das raças**. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 2005; especialmente, ver o capítulo *Uma história de “diferenças e desigualdades”*. *As doutrinas raciais do século XIX*.

<sup>79</sup> Sobre a relação entre crescimento populacional e avanços na medicina, ver YUNES, João. A dinâmica populacional dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos. **Rev. Saúde Publ.**, v. 5, São Paulo, p. 129-150, 1971.

<sup>80</sup> BENEVOLO, *op. cit.*, p. 658.

<sup>81</sup> É possível encontrar competentes comentadores acerca da reforma urbana de Paris, empreendida na segunda metade do século XIX, capitaneada por George-Eugène Haussmann, e sua influência para o urbanismo e arquitetura em diferentes lugares do mundo. Entre tantos, destaquem-se os que foram utilizados para este trabalho e que foram, todos, estudados a partir do conteúdo disponível portal Vitruvius (<https://vitruvius.com.br>): LIMA, Evelyn Furquim Werneck. **Uma arquitetura de transição na paisagem urbana do Rio de Janeiro**. Três obras de Alejandro Baldassini (1928-

A Paris reformada por Haussmann, prefeito da cidade entre 1853 e 1870, foi o principal palco da pujança econômica europeia que, internamente, buscava superar o passado visando um futuro mais científico e lógico, inclusive na estética urbana funcional: uma paisagem do progresso, pode-se dizer. A *belle époque*, de modo efetivo, deu-se no aspecto urbano francês a custo de demolições, desapropriações e investimento público altíssimo; Paris, então, tornar-se-ia a cidade modelo, desejada e a ser copiada ou reinterpretada por muitos gestores urbanos pelo mundo.<sup>82</sup>

## 1.2 Buenos Aires: breves notas sobre aspectos culturais e urbanísticos

A onda gerada pelo que ocorria na Europa percorreu o globo. O continente americano, de vinculações históricas com o Velho Mundo, embarcou na vaga – com algum atraso<sup>83</sup> – e adotou uma série de ideais e práticas associadas ao período profícuo pelo qual passavam muitas das nações colonizadoras de outrora. Jeffrey Needel nomeia como “neocolonial” a manutenção e renovação de certos vínculos – destacadamente o econômico – que países americanos como o Brasil mantinham duradouramente com nações europeias após seus movimentos de independência política.

Em cidades brasileiras como Rio de Janeiro, São Paulo, Belém e Manaus foi notável a implantação de políticas de urbanização voltadas para setores de infraestrutura, sanitização e embelezamento. Reformas amplas contaram com

---

30). 2019. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/20.232/7525>. Acesso em: 3 mar. 2023; COSTA, Thiago Augusto Ferreira da. **Art Nouveau, a arquitetura de Paris**. 2017. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquiteturismo/11.128/6763>. Acesso em: 3 mar. 2023; ENOKIBARA, Marta. **Jardins históricos no Rio de Janeiro, São Paulo e Oeste Paulista**. Itinerário de estudo. 2016. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquiteturismo/10.110/6017>. Acesso em: 4 mar. 2023; CASTILHO, José Roberto Fernandes. **A atuação do poder público no espaço urbano**. Os “direitos da cidade”. 2013. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.156/4798>. Acesso em: 5 mar. 2023; MORAIS, Marcele Trigueiro de Araújo. **Pacificação da cidade versus urbanidade**. O caso dos espaços públicos do grand ensemble Les Minguettes, na França. 2012. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.146/4430>. Acesso em: 5 mar. 2023.

<sup>82</sup> NEEDEL, *op. cit.*, p. 49-52; e BENEVOLO, *op. cit.*, p. 689-732.

<sup>83</sup> SUZANO JÚNIOR, *op. cit.*, p. 148-149, comenta que o uso do sistema de transporte via metrô, em cidades da América como Buenos Aires, Cidade do México, São Paulo, Rio de Janeiro e Caracas só se tornou realidade durante o século XX. Porém, em Londres, o sistema já havia sido implementado desde 1863.

investimentos advindos de setores produtivos baseados em recursos naturais como o café e a borracha, motores da economia nacional – durante o fim do século XIX e primeiras décadas do século XX – e das províncias onde estas cidades localizavam-se. Este tópico será mais amplamente elaborado à frente<sup>84</sup>.

Buenos Aires, capital argentina, desenvolveu-se em maior conta durante o século XIX e décadas iniciais do século XX graças à sua condição portuária e aduaneira; recebendo e remetendo produtos (principalmente trigo e carne bovina) via oceano Atlântico, a cidade também contou com forte fluxo migratório de europeus vindos para habitar o país que ansiava entrar na modernidade e nas dinâmicas do sistema produtivo mundial, cada vez mais aproximada do modelo europeu.<sup>85</sup> A cidade foi expandindo-se e planejada em etapas, conforme explicam Pintus e Fernández; entre 1887 e 1938 “*se desarrolló una corona de barrios periféricos dentro del área de la Capital, ligada a procesos de ascenso social de los sectores populares*”.<sup>86</sup> Nesse sentido, para a escritora argentina Beatriz Sarlo:

Erizada de torres, la ciudad proclama en la altura el vigor de un pueblo. Ya tiene la corona gris de las grandes metrópolis, gris de humo – fundido con gris de nubes –, como Londres, como París, como las gigantescas urbes del mundo; ese humo que se cierne hasta sobre las barriadas aristocráticas, hoy sacudidas también por el dinamismo característico del pueblo porteño.<sup>87</sup>

Prieto sustenta, ainda, que Buenos Aires

[...] es a menudo catalogada por muchos como una ciudad europea fuera de Europa. Y merece este calificativo, entre otros motivos por su urbanismo

---

<sup>84</sup> Para referências sobre o que foi exposto, ver as notas 64, 65, 66, 67 e 68.

<sup>85</sup> PRIETO, Gonzalo. La evolución de Buenos Aires a través de los mapas. 2018. Disponível em: <https://www.geografiainfinita.com/2018/06/la-evolucion-de-buenos-aires-a-traves-de-los-mapas/>. Acesso em: 8 mar. 2023.

<sup>86</sup> PINTUS, Ana Gómez; FERNÁNDEZ, Noelia. La formación del Gran Buenos Aires (Argentina) a través del análisis de las normativas y códigos vigentes (1910-1927). **Urbe**. Revista Brasileira de Gestão Urbana, [S.L.], v. 8, n. 2, p. 242-260, 8 abr. 2016.

<sup>87</sup> “Encrespada de torres, a cidade proclama na altura o vigor de um povo. Já possui a coroa cinza das grandes metrópoles, cinza da fumaça – fundida com o cinza das nuvens –, como Londres, como Paris, como as gigantescas urbes do mundo; tal fumaça paira até sobre os bairros aristocráticos, hoje sacudidos pelo dinamismo característico do povo portenho” [tradução do autor]. SARLO, Beatriz. **Una modernidad periférica: Buenos Aires 1920-1930**. 1. ed. Buenos Aires: Nueva Visión, 2003.

racionalista, muy en línea con el racionalismo empleado en los ensanches de las ciudades europeas del XIX.<sup>88</sup>

**Figura 8** – Detalhe do “Plano de la ciudad de Buenos Aires”, elaborado em 1882.



Fonte: Prieto (2018).

Nesse contexto, grandes teatros foram construídos como demarcações e aspirações de distinção, erudição e avanço humano e artístico em sociedades dos anos de transição, entre os séculos XIX e XX. Edificações imponentes, de arquiteturas prodigiosas, ergueram-se em diferentes cidades fora do continente europeu, mas de íntimo acordo com a vaga “civilizatória” oriunda dali. Em Buenos Aires, o *Teatro Colón* é um marco da aproximação da sociedade com a ópera, teatro musical de origem renascentista; o prédio atual, inaugurado em 1908, é assim descrito em seu *website* oficial:

El Teatro Colón de Buenos Aires es una de las salas de ópera más importantes del mundo. Su rico y prestigioso historial y las excepcionales condiciones acústicas y arquitectónicas de su edificio lo colocan al nivel de teatros como la Scala de Milán, la Ópera de París, la Ópera de Viena, el Covent Garden de Londres y el Metropolitan de Nueva York.

[...]

La sala principal, en forma de herradura, cumple con las normas más severas del teatro clásico italiano y francés.<sup>89</sup>

<sup>88</sup> “[...] muitas vezes é classificada por muitos como uma cidade europeia fora da Europa. E merece esta qualificação, entre outros motivos por seu urbanismo racionalista, alinhado com o racionalismo empregado em diversas cidades europeias do século XIX” [tradução do autor]. PRIETO, *idem*.

<sup>89</sup> Disponível em: <https://teatrocolon.org.ar/es/el-teatro/el-teatro>. Acesso em: 9 mar. 2023.

Não percamos de vista que teatros, também, foram edificados em cidades sul-americanas como São Paulo (*Theatro Municipal*, inaugurado em 1911)<sup>90</sup>, Rio de Janeiro (*Theatro Municipal*, inaugurado em 1909)<sup>91</sup>, Belém (*Theatro da Paz*, inaugurado em 1878)<sup>92</sup> e Manaus (*Teatro Amazonas*, inaugurado em 1896)<sup>93</sup> com o intuito de entreter e socializar as classes abastadas em seus exercícios de erudição e aspirações europeias.<sup>94</sup>

O desenvolvimento industrial da cidade de Buenos Aires trouxe consigo problemas urbanos vinculados à ordem sanitária, principalmente – consequência comum a todas as cidades em que se viam erguer parques fabris. Os *conventillos*, algo assemelhado aos cortiços, comuns em centros urbanos de população adensada do Brasil no século XIX, proliferaram e as condições higiênicas precárias impulsionaram projetos e atuações do poder público, para apaziguar as mazelas por que passava a massa operária da cidade argentina<sup>95</sup>.

Ruiz aponta que também as intervenções de sentido urbano em diversas cidades latino-americanas foram influenciadas por práticas e metodologias apropriadas e adaptadas da Europa – e as “reformas parisienses” empreendidas em Buenos Aires são uma mostra disso. O urbanismo enquanto disciplina e prática de planejamento e ordenamento de cidades entretecia, também, uma rede entre diferentes cidades do globo, muitas preocupadas em organizar a vida cotidiana para que o fluxo da produção econômica jamais parasse.

---

<sup>90</sup> Disponível em: <https://theatromunicipal.org.br/pt-br/theatro-municipal/>. Acesso em 9 mar. 2023.

<sup>91</sup> Disponível em: <http://theatromunicipal.rj.gov.br/apresentacao/>. Acesso em 9 mar. 2023.

<sup>92</sup> Disponível em: <https://www.theatrodapaz.com.br/>. Acesso em: 9 mar. 2023.

<sup>93</sup> Disponível em: <https://teatroamazonas.com.br/125-anos/>. Acesso em: 9 mar. 2023.

<sup>94</sup> “O Teatro Municipal de São Paulo nasceu correspondendo aos sonhos de uma cidade que crescia com a indústria e o café e que nada queria dever aos grandes centros culturais do mundo no início do século XX. Imponente e rebuscado, o Teatro foi construído para contentar os parâmetros europeus de cultura da então emergente aristocracia cafeeira”. Esse relato é mostra do que significavam os teatros dentro do conjunto de objetos urbanos em cidades que serviam de marcos do desenvolvimento econômico e das aspirações a patamares sociais de distinção. [PINHEIRO, Luís da.; RODRIGUES, Maria M. M. (orgs.) **A Belle Époque Brasileira**. Lisboa: CLEPUL, 2012, p. 197].

<sup>95</sup> ARAMAYO, Guillermo A. Mujeres migrantes, conventillos y conflicto social en la consolidación de un espacio de contrastes. Buenos Aires (1870-1915). **Geograficando**, v. 17, n. 2, 2001. <https://doi.org/10.24215/2346898Xe098>.

Las intervenciones en un primer momento surgieron para atender cuestiones de insalubridad, hacinamiento, disfuncionalidad, y mala imagen, entre otros; en un segundo, al incrementarse actividades y población, se sucedieron como materialización de los deseos de progreso entre grupos dominantes ante una nueva modernidad que con nuevas culturas se desplegaba.<sup>96</sup>

### 1.3 Brasil: urbanização e suas contradições nos anos iniciais da República

Problemas estruturais e sanitários são as marcas dos principais aglomerados urbanos no Brasil nas primeiras décadas do regime republicano. Outra característica de destaque é a periferização, cada vez maior, dos empobrecidos das cidades; estas, que foram tornando-se polos de aglomeração de indivíduos necessitados de atendimentos sociais básicos. Essa noção já havia sido problematizada pelo próprio Milton Santos, em sua obra, *A urbanização brasileira*, editada, pela primeira vez, em 1993.<sup>97</sup> No mesmo texto, afirma o autor:

A cidade, em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora da pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico de que é suporte como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias (e dos cortiços) pessoas ainda mais pobres. A pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas, também, do modelo espacial.

[...]

[...] o processo brasileiro de urbanização revela uma crescente associação com o da pobreza, cujo *locus* passa a ser, cada vez mais, a cidade, sobretudo a grande cidade.<sup>98</sup>

O objetivo deste tópico é introduzir as questões urbanas no Brasil a partir do contexto social em vigor: extinção do regime escravocrata, regime republicano, cenário econômico alterado com a predominância do café como produto principal da pauta de exportações e iniciativas de urbanização em algumas cidades do país.

São notáveis, na historiografia sobre o período, as referências às noções de *progresso e civilização*,<sup>99</sup> trazidas pelo novo regime que mirou, idealmente, em romper

---

<sup>96</sup> RUIZ, Gerardo G. Sánchez. Ciudades latinoamericanas entre mediados del siglo XIX y principios del XX: del higienismo al urbanismo. *Arquitectura y Urbanismo*, [S. L.], v. 22, n. 41, p. 31-45, maio 2020.

<sup>97</sup> SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

<sup>98</sup> SANTOS, *op. cit.*, p. 10.

<sup>99</sup> Importante para este trabalho apontar que, conforme escreveu Margarida de Souza Neves, quando comenta o que pensava o escritor Euclides da Cunha sobre as noções de *progresso e civilização*, “o primeiro termo está associado a uma *condenação* inexorável e o segundo constitui-se em um

com as tradições coloniais ainda presentes após a independência. Porém, a realidade é que permanências reivindicadas pelas classes dirigentes, como o próprio regime de exploração do trabalho de escravizados, mantiveram bem assentadas práticas e formas de vida que impediam materialmente o Brasil de acompanhar a *civilização* ou o *progresso*. Cidadania e democracia, ideais caros a sociedades mais “desenvolvidas”, encontram barreiras hierárquicas históricas que acabam por conformar ambientes urbanos demarcados por ações de resistência por parte da gente segregada.

### 1.3.1 Breves apontamentos sobre aspectos econômicos e políticos e seus reflexos no setor urbano durante os anos iniciais da República

A instituição do regime republicano no Brasil, em 1889, foi resultado de conflitos internos ao modelo monárquico nos âmbitos econômico e político, destacadamente<sup>100</sup>. Paralelamente, é possível afirmar que seguimos numa fileira republicana, mas bem próximos aos últimos lugares; acompanhamos uma tendência política, mais uma vez com atraso, e emulamos, precariamente, os modos, valores, instituições, códigos e modas praticados em partes distintas do Atlântico; improvisando, marchando tropeadamente, queimando processos e etapas. A república brasileira, assim, surgiu de contradições alojadas há muito nos cenários de poder, mas, sem gerar superações ou rupturas necessárias, como em uma legítima antítese<sup>101</sup>.

Nos centros urbanos, a camada abastada consumiu e adaptou ideais europeus, como já era costumeiro; entre tais, o liberalismo, já em voga durante a Monarquia, e que a partir do regime republicano viu campo mais fértil para frutificar fazendo-se valer,

---

ideal de *empréstimo*.” Ver: NEVES, M. de S. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o XX, p. 18, *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**: O tempo do liberalismo excludente. Da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v.1.

<sup>100</sup> Ver mais sobre a instituição do regime republicano em COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república**: momentos decisivos. 6. Ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999; FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**: O tempo do liberalismo excludente. Da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v.1; CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

<sup>101</sup> NEVES, *op. cit.*, p. 19-23.

por exemplo, das imperiais Lei de Terras (1850) e da Lei de Sociedades Anônimas (1882). “Investir” era, cada vez mais, a palavra de ordem: recursos acumulados, oriundos seja de grandes empreendimentos de muitos anos, seja de trabalhos na burocracia ou em profissões liberais de áreas urbanas, verteram para a compra de cotas e participações em projetos fabris; as esperanças eram depositadas em lucros vindos, agora, das indústrias – mormente do setor têxtil – edificadas em série em diversos centros urbanos espalhados pelo país<sup>102</sup> tentando aproveitar-se da massa de mão-de-obra ali disponíveis.

Desde a década de 1860, a competição imposta à agricultura enquanto principal fonte de capitais, tendo em vista o surgimento de possibilidades outras de investimento, tais como o setor de infraestrutura (transportes, energia e comunicação), novas indústrias ou instituições financeiras, ampliava a sensação de independência ante as antigas formas de pensar e gerir os destinos do Império. A economia havia se tornado “mais diversificada e complexa”<sup>103</sup>, desafiava-se, em ousadia, a ventilada vocação agrária do Brasil.

Um “novo liberalismo” exigiu que o país se vinculasse ainda mais às dinâmicas econômicas globais e à modernidade civilizadora do Ocidente. Gerido por uma crise política imperial, este novo modo de pensar de parte da classe dirigente fez fervilharem, nas discussões sobre os rumos do país, apologias pela abolição dos cativos, maiores investimentos públicos para a vinda de imigrantes, maior abertura democrática, republicanismo e industrialização.<sup>104</sup>

A extinção do sistema escravocrata, em 1888, também foi vista como um rompimento com antigas formas de dominação ligadas a um passado colonial e tomadas, então, como superáveis âncoras não só econômicas, mas sociais, que tornavam morosa a marcha rumo a um dinamismo produtivo do país: demandavam-se novas práticas neste setor.

---

<sup>102</sup> Para informações ampliadas sobre a implantação e desenvolvimento da indústria têxtil no Brasil, ver STEIN, Stanley *op. cit.*

<sup>103</sup> COSTA, *op. cit.*, p. 464.

<sup>104</sup> Ver mais sobre o contexto econômico do período no texto intitulado “Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização”, de José Miguel Arias Neto, *In: FERREIRA; DELGADO, op. cit.*, p. 191-230.

Nos mesmos centros urbanos em que se aspiravam ideais mais europeus – e americanos – na política, nos hábitos culturais, no comportamento, na moda e nas melhores práticas para controle do espaço da cidade, vivia uma massa muitas vezes exposta a perigos e privações característicos da realidade urbana brasileira: baixos investimentos públicos em serviços sanitários, precários sistemas de transporte, inexistência de políticas populares de habitação e loteamento privativo da cidade por aqueles que melhor podiam pagar pelos terrenos disponibilizados para venda; um quadro que deixava poucas alternativas à classe subalterna senão a ocupação das beiradas dos centros urbanos ou de áreas degradadas.

Ao longo do século XIX, a lógica brasileira de desenvolvimento urbano diferia do modo de conceber e expandir as cidades em centros de maior progresso do mundo capitalista. Segundo Costa, isto se dava por conta da

[...] sobrevivência da estrutura de produção colonial no Brasil depois da Independência: o trabalho escravo ou semi-servil, o latifúndio, a economia baseada na exportação de produtos tropicais, bem como a instituição de um sistema político paternalista baseado num sistema de clientela e na marginalização de extensas camadas da sociedade.<sup>105</sup>

#### **1.4 O Rio de Janeiro reformando sua imagem**

Após a mudança de regime, no Rio de Janeiro, capital da República, o que se viu foi um “rápido avanço de valores burgueses”, uma “febre de enriquecimento”. As discussões políticas e sociais avolumadas e um dito “romantismo”, peculiar aos anos anteriores a 1888 e 1889, foram substituídos pelos avanços das finanças sobre o campo político. Não se perdeu a regência dos postos de tomadas de decisão ante o novo quadro trazido pela República, apenas se removeu a figura despótica que já vinha cambaleando há anos; entrariam em cena, agora, os poderosos do café e da indústria que vinham dando seus primeiros passos conjuntamente: uma nova ordem que traria à atual região Sudeste o protagonismo econômico antes ocupado por lideranças do latifúndio do Nordeste açucareiro.<sup>106</sup>

---

<sup>105</sup> COSTA *op. cit.*, p. 233.

<sup>106</sup> CARVALHO, *op. cit.*, p. 42.

Muitas das cidades brasileiras que passaram por etapa de grande crescimento demográfico, entre o fim do século XIX e o início do século XX, implementaram modelos administrativos característicos de importantes centros urbanos da Europa ou dos Estados Unidos; soluções de infraestrutura e sanitização eram buscadas por estudiosos que viajavam através dos oceanos em busca de experiências positivas capazes de serem ajustadas às realidades locais e capazes de solucionar problemas locais. O historiador brasilianista Jeffrey Needel, em sua obra intitulada *Belle Époque Tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*, publicada em 1993, afirma que a elite carioca enxergou no modo de viver urbano típico da Europa uma forma de reafirmar seus interesses e manutenção de seu status; através de uma análise de instituições “tanto formais como informais.”<sup>107</sup>

Assim, grandes operações de planejamento e execução urbanísticas eram realizadas a fim de dar conta das demandas que pressionavam a vida nas cidades. Mas as reformas não se realizavam, apenas, pelas necessidades estruturais das cidades. Havia, em paralelo, uma carga cultural, aspirações de correlação com as aparências notáveis nas formas e funções urbanas de Paris, cidade-modelo naqueles tempos<sup>108</sup>.

A reforma urbana, empreendida pelo prefeito Francisco Pereira Passos entre os anos de 1903 e 1906 obteve apoio incontestado de Rodrigues Alves, presidente da República, que via o Rio de Janeiro como porta de entrada e modelo de imagem urbana no intuito de atrair investimentos, comércio e imigrantes vindos de fora do país; reformar aquela cidade de população adensada, carente de abastecimento de água regular, repleta de cortiços, sem estrutura sanitária, com um porto visto como potente foco de doenças infecciosas (como as recorrentes febre amarela, varíola e peste bubônica) e de ruas mal cuidadas fazia-se tarefa inadiável<sup>109</sup>.

---

<sup>107</sup> NEEDEL, *op. cit.*, p. 11-13.

<sup>108</sup> ROMERO, José Luiz. **América Latina**. As cidades e as ideias. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

<sup>109</sup> NEEDEL, *op. cit.*, p. 67-73.

Pereira Passos, engenheiro formado na Corte pela Escola Militar, de caráter politécnico, em 1856, pôde ir a Paris como assistente no consulado brasileiro naquele país no ano de 1857. Na capital francesa, frequentou a *École des Ponts et Chaussées* (Escola de Pontes e Estradas) aperfeiçoando seus conhecimentos e podendo observar *in loco* as reformas colossais por que passava a cidade tendo em vista o desordenado crescimento populacional e de tráfego promovido pela industrialização francesa<sup>110</sup>.

Entre 1853 e 1870, sob ordens de Napoleão III, o prefeito do Sena, Georges-Eugène Haussmann, empreendeu uma política urbana de caráter reformista responsável por inúmeras demolições, desocupações e expulsões de gente da classe operária que residiam em bairros adensados e insalubres nas áreas próximas ao centro de Paris. Grandes vias foram construídas para fazer fluir o trânsito, iluminar e arejar a cidade; em conjunto, uma nova rede de esgoto pôde dar vazão aos despejos produzidos diariamente na cidade. Sobre a reforma em Paris, Leonardo Benevolo escreve:

Haussmann procura engrandecer o novo ambiente urbano com os instrumentos urbanísticos tradicionais: a busca da regularidade, a escolha de um edifício monumental antigo ou moderno como plano de fundo de cada nova rua; a obrigação da uniformidade da arquitetura das fachadas nas praças e nas ruas mais importantes [...].<sup>111</sup>

A paisagem da cidade francesa em obras fertilizou em Pereira Passos o ímpeto de imaginar como centros urbanos de conformação medieval podem tornar-se modernos. O embelezamento e eficiência como objetivos técnicos da reforma parisiense encantaram as elites brasileiras que viam a visita à cidade como uma obrigação, espécie de formação da cultura, uma distinção entre as outras camadas sociais no Brasil.

Ficou conhecido como “bota-abaixo” o processo ditatorial de derrubada de grande parte dos prédios antigos, cortiços e vias no centro comercial velho e insalubre da cidade do Rio de Janeiro. Como em Paris foi preciso alargar e corrigir ruas para buscar fluidez, beleza, iluminação e arejamento. Um dos grandes marcos da reforma do prefeito foi a construção da Avenida Central: sua arquitetura de tipo *boulevard*

---

<sup>110</sup> Idem, p. 49-52.

<sup>111</sup> BENEVOLO, *op. cit.*, p. 709.

custou a derrubada de aproximadamente 600 edificações, além de partes dos morros do Castelo e de São Bento<sup>112</sup>. Pereira Passos buscou, inclusive, regulamentar e reordenar comportamentos dentro da cidade:

Proibiu a venda ambulante de alimentos, ato de cuspir no chão dos bondes, o comércio de leite em que as vacas eram levadas de porta em porta, a criação de porcos dentro dos limites urbanos, a exposição da carne na porta dos açougues, a perambulação de cães vadios, o descuido com as pinturas das fachadas, a realização do entrudo e os cordões sem autorização no Carnaval, assim como uma série de outros costumes “bárbaros” e “incultos”.<sup>113</sup>

**Figura 9** - Avenida Central, no Rio de Janeiro, à época de sua construção.



Fonte: Portal MultiRio<sup>114</sup>.

O simbolismo buscado na reforma da cidade e, mais especificamente, na Avenida Central ligava-se às estimadas ideias de civilização e progresso, fachadas de

<sup>112</sup> NEEDEL, *op. cit.*, p. 58-67.

um higienismo social e de uma vinculação a ideais europeus que deveriam irradiar pelo

<sup>113</sup> *Idem*, p. 55-58.

país inteiro a partir de sua capital federal. Romper com o atraso colonial, com o passado

<sup>114</sup> Disponível em: <https://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/historia-do-brasil/rio-de-janeiro/2913-a-avenida-central>. Acesso em 16 mar. 2023.

colonial e suas permanências visíveis em muitos lugares do país era o intuito da reforma empreendida no Rio de Janeiro. Para tanto, era preciso evocar novas perspectivas políticas e sociais às custas da marginalização de considerável parcela da população: os empobrecidos, os trabalhadores e, em especial, o povo de origem africana habitante das cidades. A invasão europeia do continente africano, baseado agora não na mitologia cristã, mas em um discurso racista de cunho científico, fazia com que a elite brasileira afrancesada refletisse sobre os rumos de um país com grande população negra<sup>115</sup>.

Além das reformas de infraestrutura urbana e portuária, o Rio de Janeiro carecia de políticas sanitárias com vistas a debelar as constantes epidemias que grassavam na cidade. A responsabilidade pela ação ficou a cargo do médico Oswaldo Cruz, especialista em microbiologia e que, assim como Pereira Passos, passou tempos em Paris, mais precisamente no Instituto Pasteur.

Enquanto diretor do Instituto Soroterápico Federal e, posteriormente da Diretoria-Geral de Saúde Pública, Cruz teve que enfrentar resistências durante o combate a males como a peste, a varíola e a febre amarela; obtendo sucesso e adesão em algumas campanhas, acabou por ver seus esforços combatidos de maneira alarmante com a Revolta da Vacina, movimento conflituoso contra as medidas de imunização obrigatória da população da cidade.<sup>116</sup>

#### 1.4.1 Marginalização e estigmatização dos despossuídos da cidade

Afastar a pobreza das áreas centrais das cidades industriais do Brasil era a meta dos governos; uma face menos tacanha era esperada em tempos de embelezamento e sanitização: os operários faziam parte da camada de detritos a ser varrida das paisagens de progresso. Como resultado quase que geral, os marginalizados nos subúrbios e periferias produziram seus próprios espaços na cidade através de ocupações irregulares, conformando bairros sem ordenação e hierarquia de ruas,

---

<sup>115</sup> Idem, p. 58-67.

<sup>116</sup> Para mais sobre a Revolta da Vacina, ver: CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996; SEVCENKO, Nicolau. **A revolta da vacina**: mentes insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Editora UNESP, 2018.

sem infraestrutura sanitária, de transporte, de conforto. Cercavam as fábricas onde trabalhavam e estas mesmas já eram legalmente impedidas de instalarem-se onde o fluxo de gente aquinhoada residia ou consumia.

O ambiente urbano é profícuo em promover encontros entre classes econômica e culturalmente distintas e isso não foi diferente nas cidades mais povoadas da República. Assim, a cada epidemia que surgia elaborações técnicas, textos jornalísticos e manifestações públicas culpabilizaram as condições de vida e moradia das classes “inferiores”, que se expunham aos males por não terem condições morais, higiênicas e, portanto, civilizatórias; o modo de vida dos despossuídos era um entrave ao progresso do país, um obstáculo à almejada aproximação da elite com os modos de vida europeus. Ex-escravizados, cidadãos empobrecidos, habitantes em cortiços e “favelas”<sup>117</sup>, imigrantes e até mesmo militares da marinha ou trabalhadores dos portos que ocuparam as cidades eram alcunhados como “brasileiros perigosos” (Schwarcz; Starling, 2015) e suas formas de habitar a deveriam, se não demolidas ou incendiadas, ao menos passar por controles legalmente estabelecidos.

A estigmatização de boa camada de população brasileira passava, também, por sua condição mestiça. Vistos como “degenerados” representavam, para além do perigo social, um perigo biológico. Schwarz e Sterling (2015) chama a atenção para o fértil campo que foi o país para teorias como o darwinismo racial e a antropologia criminal; Nina Rodrigues, médico brasileiro, sustentava a tendência natural para o crime e a loucura e deveriam ser enquadrados em categorias legais distintas já que evoluíram em grau distinto dos brancos.<sup>118</sup> As marcas da marginalização dos pobres da cidade eram vistas, ainda, em periódicos noticiosos que não hesitavam

---

<sup>117</sup> As favelas são um fenômeno espacial típico do contexto geo-histórico da cidade do Rio de Janeiro. Guardam profundas similaridades morfológicas com a ocupação da cidade empreendida em São Luís e aqui neste trabalho posta em debate. Autores como Lobosco (2011, p. 3) enxergam a favela “como um movimento de resistência dos pobres à segregação evidente na estrutura socioterritorial da cidade”; ainda, o mesmo Lobosco (2011), continua: “é o território da ação tática, percebida como uma possibilidade de adaptação às inescapáveis condições de precariedade urbana, estrutural, econômica e habitacional”. [LOBOSCO, Tales. A favela como reação à “descontextualização” da modernidade: práticas cotidianas e adaptação tática”. Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos. 2011].

<sup>118</sup> SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. **Dicionário da República**. 51 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 14-23.

em criar fatos ou elaborar em cima de acontecimentos com o objetivo de vender mais edições diárias<sup>119</sup>.

Em uma cidade “modelo”, que deveria rumar e ditar os rumos ao progresso do país, ser pobre significava, para a elite, condenação e danação, uma sina que tais desafortunados deveriam buscar redenção. A dedicação ao trabalho, o abandono da bebida, dos jogos de azar e demais vícios, a busca pela formação cultural seriam os aspectos a serem cultivados e, entre todos, o trabalho seria o de maior relevância; a disciplina durante a lida era vista como virtude entre os industriais da época – estes tinham a si próprios, muitos, como redentores –, que buscavam sempre operários – mulheres, homens e crianças – comprometidos com a assiduidade e com a eficiência e, quando assim não o fossem, estavam passíveis de punição pelos menores equívocos ou faltas durante a jornada diária extenuante.

A ordem capitalista avançava inexoravelmente sobre o destino do Rio de Janeiro e São Paulo, maiores beneficiários, junto a Minas Gerais, dos benefícios da produção cafeeira. Dali irradiavam para o restante da República, que deveria acompanhar a vaga para não se perderem durante o trajeto. Assim, cidades como São Luís, capital do Maranhão, que viveram épocas mais promissoras durante o período colonial e imperial, buscavam recolocar-se e nutriam esperança por dias melhores.

### 1.5 São Luís nos primeiros anos da República

Estabelecida em uma ilha, banhada pelo encontro do oceano Atlântico com os rios Anil e Bacanga, a capital do Maranhão, historicamente, teve grande relevância para o contexto dos novos centros urbanos construídos nas fronteiras entre os territórios de Portugal e Espanha, ao lado de outras cidades do antigo Estado do Maranhão e Grão-Pará, como Belém e Alcântara.<sup>120</sup> Dessa forma, houve uma rápida

---

<sup>119</sup> CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

<sup>120</sup> Ver, entre outros: CARDOSO, Alírio; CHAMBOULEYRON, Rafael. Cities and the expansion of the Portuguese colonial Amazon. São Luís do Maranhão and Belém do Grão-Pará (Seventeenth and early Eighteenth century). *In*: Sarita M. Mota; Claudia A. Atallah; Rodrigo C. Dominguez. (Org.). **Portuguese colonial cities: local dynamics, global flows** (c. 1500-1900). 1.ed. Buenos Aires: Editorial Teseo, 2022, v. 1, p. 217-235.

expansão do povoamento, condizente com objetivos militares e comerciais de então.<sup>121</sup> É bom lembrar que o movimento portuário conectava as produtivas terras do interior à economia-mundo<sup>122</sup>, sempre voltada para demandas externas de mercado, exportando gêneros agrícolas como o algodão, tabaco, e especiarias tintórias.<sup>123</sup> Após esse primeiro período, sem dúvida, o algodão se destacou como principal fonte de arrecadação do Maranhão nos períodos imperial e, em boa parte da república, e gerador dos fundos necessários para a administração pública.<sup>124</sup> Por outro lado, também, o porto conectava pessoas ao que acontecia ao redor do globo: aqueles a quem era possível viajar a outras cidades do país ou a outras cidades do mundo, era certa a noção de que a São Luís da entrada do século XX precisava embarcar no trem rumo ao futuro prometido pelos anos de progresso tecnológico trazido pela Revolução Industrial a cidades da Europa, por exemplo; era necessário acompanhar o ritmo da civilização que mostrou sinais, inclusive em outras aglomerações urbanas dentro do próprio país.

O algodão, exportado à Europa para suprir o superaquecido mercado têxtil, enriqueceu fazendeiros locais e promoveu na cidade uma expansão urbana exigida

---

<sup>121</sup> “Ao longo da história de São Luís, a cidade passou a centralizar diversos papéis especialmente durante o século XIX, quando, além de centro administrativo do poder político e jurídico da Província, afirmou-se como capital comercial e acumulou também um importante papel cultural e industrial, que, em alguns momentos destacou-se no cenário nacional e internacional”. [ZENKNER, Thaís Trovão dos Santos. **São Luís 1840 a 1912: a construção uma capital**. São Luís: EDUEMA, 2021].

<sup>122</sup> Fernand Braudel apresenta a ideia de economia-mundo para dar conta de uma organização econômica e social que extrapola as soberanias e fronteiras nacionais. Um sistema complexo de comercialização, mas também de produção e circulação produtiva de abrangência geográfica ampla. Há, conforme Braudel, um centro dominante, representando uma hierarquia e subordinações organizadas constituídas, por conseguinte, também, por periferias com distintas graduações. Regiões do mundo especializam-se visando integrar-se ao sistema de economia-mundo. Ver mais em BRAUDEL, F. *Civilização Material, Economia e Capitalismo: séculos XV-XVIII*. Editora Martins Fontes. São Paulo, 1995. [1979].

<sup>123</sup> CARDOSO, Alírio; CHAMBOULEYRON, Rafael. *Economia da Amazônia Colonial. Um balanço Historiográfico*. In: PESAVENTO, F.; LIMA, F. C. (Org.). **História Econômica do Brasil Colonial**. 1ed. Niterói/São Paulo: Eduff/Hucitec, 2022, v. 1, p. 21-48.

<sup>124</sup> Para mais dados sobre a economia algodoeira maranhense, ver, entre outras obras: MESQUITA, Francisco de Assis Leal. **Vida e morte da economia algodoeira do Maranhão: uma análise das relações de produção na cultura do algodão, 1850/1890**. São Luís: Edufma, 1987; ROLIM FILHO, Claudiomar Matias. **Formação econômica do Maranhão: de Província próspera a Estado mais pobre da Federação. O que deu tão errado?** 2016. 112 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade de Brasília, Brasília, 2016; TRIBUZZI, Bandeira. **Formação econômica do Maranhão: uma proposta de desenvolvimento**. 2. Ed. São Luís: Conselho Regional de Economia do Maranhão, 2011.

por proprietários de grandiosos casarões de estilo pombalino. Alguns melhoramentos na infraestrutura urbana foram instalando-se e foi possível à cidade experimentar um tímido crescimento concentrado na região de ocupação colonial primária: bairro da Praia Grande, largos do Palácio, Carmo e Remédios, além do bairro do Desterro<sup>125</sup>.

O setor agroexportador maranhense, navegando em ciclos positivos e negativos era marcado por dinâmicas pertinentes a outros lugares do mundo; assim, a economia maranhense, na época do Império, era “voltada para fora” e sofria com “forte vulnerabilidade às condições do mercado mundial de algodão”. À condição periférica do Brasil, como um todo, e do Maranhão – como marginal dentro da periferia –, em particular, somaram-se fatores internos como o manejo do algodão: as técnicas de plantio, de colheita e de beneficiamento tornavam o produto local pouco competitivo por sua baixa qualidade; a queda nas exportações e consequente crise econômica duradoura instalada na economia local ainda tinha na concorrência com os Estados Unidos e Egito um relevante obstáculo<sup>126</sup>. Para Mesquita,

[...] os anos de 1850 a 1890, que correspondem à época de declínio da lavoura do algodão, corresponde também ao período de depressão da economia maranhense em geral, em virtude de ser a cultura algodoeira, nesses quarenta anos, o seu centro dinâmico

São Luís, que concentrava o mecanismo administrativo coletor das riquezas geradas pelo comércio exportador no Estado, refletiu o declínio econômico com um tímido crescimento urbano percebido durante os anos iniciais do regime republicano. Mesmo a instalação de importantes empreendimentos fabris do ramo têxtil no território da cidade, alterando decisivamente a paisagem com as altaneiras chaminés e movimento rotineiro de operários, não foi suficiente para elevar a cidade ao patamar esperado por todos aqueles envolvidos na tentativa de diversificar o sistema produtivo local e rumar em direção ao progresso técnico e civilizatório<sup>127</sup>.

---

<sup>125</sup> Uma listagem de incrementos urbanos implementados em São Luís pode ser encontrada em MEIRELES, Mário Martins. **História de São Luís**. São Luís: Faculdade Santa Fé, 2021.

<sup>126</sup> MESQUITA, *op. cit.* p. 47.

<sup>127</sup> Estudo bem conhecido sobre o desenvolvimento urbano de São Luís agregando comentários sobre as funções exercidas pela cidade, além de pertinentes comentários baseados em dados econômicos

Ao findar o século XIX, a capital maranhense posicionava-se, inclusive, atrás de outros núcleos urbanos brasileiros: cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Belém e Manaus experimentaram incremento populacional e expansões infraestruturais que São Luís, até então, não alcançara; há certo tempo, a capital do Maranhão não via um fluxo econômico vultoso que gerasse aumento do número de habitantes e que oportunizasse a seu espaço urbano alguma ampliação estruturada através de investimentos públicos em moradias e/ou outros elementos característicos de zonas urbanas mais densamente povoadas. A população da cidade aferida em quatro censos promovidos pelo governo federal, comparada às das quatro cidades supracitadas, demonstra o que aqui foi exposto:

**Tabela 1** – População de São Luís comparada a outras cidades do Brasil.

<b>Cidade</b>	<b>1890<sup>1</sup></b>	<b>1900<sup>2</sup></b>	<b>1920<sup>3</sup></b>	<b>1940<sup>4</sup></b>
São Luís	29.303	36.798	52.929	86.546
Belém	50.064	96.560	236.402	208.706
Manaus	38.720	50.300	75.704	109.302
Rio de Janeiro <sup>128</sup>	522.651	811.443	1.157.873	1.781.567
São Paulo	64.934	239.820	579.033	1.318.539

Fonte: Elaborada pelo autor com base em: 1 – Recenseamento do Brasil em 1920 (Volume IV)<sup>129</sup>; 2 – Recenseamento do Brasil em 1920 (Volume IV); 3 – Recenseamento do Brasil em 1920 (Volume IV); 4 – Sinopse Preliminar dos Resultados Demográficos baseado no Recenseamento de 1940.

A alteração da base produtiva nos estados foi a responsável pelos acréscimos populacionais em cada aglomeração urbana posta em comparação a São Luís, como visto anteriormente neste capítulo. Investimentos na exploração de novos produtos naturais (como o látex da Amazônia) ou a implementação de parques fabris, o incentivo à imigração, além do burocrático domínio que tais cidades exerciam sobre as zonas rurais de base agrícola, alçaram as populações a montantes de destaque, capazes

---

e demográficos é o presente em RIBEIRO JÚNIOR, José Reinaldo Barros. **Formação do espaço urbano de São Luís**. São Luís: Edições FUNC, 1999.

<sup>128</sup> Os dados referentes ao Rio de Janeiro são divulgados como Distrito Federal por sua então condição de capital da República.

<sup>129</sup> Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html>. Acesso em 3 mar. 2023.

de fornecer tanto um excedente de mão-de-obra quanto fomentar um mercado interno mantenedor das demandas urbanas.

#### 1.5.1 São Luís: escritos sobre a cidade e seus tempos

Distintos autores, de diferentes áreas, descrevem a cidade em um constante enfrentamento de sérios problemas estruturais: a saúde pública deficiente, problemas com transporte público, esgotamento, coleta de lixo e distribuição universal de água potável são alguns dos pontos destacados como componentes de uma área urbana que via, ainda, uma série de enfermidades atacarem seus habitantes com alguma frequência.

Muitos estudos utilizaram jornais como recursos para acessar o passado. Nas páginas dos periódicos é possível coletar preciosos indícios e descrições objetivas de uma cidade em permanente estado de atenção e com olhos voltados tanto para um passado em que os recursos provenientes das lavouras transformaram o ambiente de modo marcante como para um futuro desejoso de novas aproximações com terras do além-mar: a Grécia antiga inspirou a alcunha de Atenas por conta de literatos prolíficos; Portugal, no sangue de muitos habitantes da cidade, evocava sempre uma nobreza já perdida; da Inglaterra a inspiração foi Manchester, cidade de onde se originou a Revolução Industrial e de onde foi retirada a controversa alcunha de “Manchester do Norte” em tempos de inaugurações recorrentes de fábricas; por fim, a França, símbolo maior de um requinte aspirado pela elite local, país da moderna Paris, reformada por Haussmann e mostra da superação de práticas antigas por ideais de progresso em um mundo cada vez mais repleto de mostras do que a ciência poderia promover.

Em importante obra sobre o operariado fabril feminino de São Luís na virada do século XIX para o século XX, a historiadora Maria da Glória Guimarães Correia, de modo cuidadoso, trata da cidade como o espaço onde mulheres performaram papéis distintos e complementares no trabalho e no lar; a cidade observada pela autora na documentação que consultou mostra, também, contradições: “sólidas construções em pedra e cal” dividiram o cenário urbano com edificações “sem a fidalguia do padrão arquitetônico reinol e mais ainda carentes de nobreza”, já que compostas por materiais

naturais, como a palha, ou por sobras encontradas em depósitos de lixo espalhados pela cidade<sup>130</sup>.

A autora destaca que o poder público empreendeu campanha jurídica contra as construções de palha sem “modificar as bases das desigualdades que ensejam a coexistência conflitante” entre edificações tão distintas quanto os casarões e as palhoças erguidas por aqueles não aquinhoados. Como em outros trabalhos de base teórica mais crítica, Maria da Glória Guimarães Correia percebe o esforço empreendido na cidade, como em tantas outras espalhadas pelo Brasil, de enquadrar os “habitantes subalternos [...] dentro de uma ordem supostamente [...] bela, higiênica, moral”. Contudo, numa cidade em que “o fausto convive com o fastio”, as fábricas, “símbolos da civilização e do progresso”, por “desejo de imitar os costumes europeus”, as “francesias”, os cidadãos de São Luís respiravam tanto os benéficos ares proporcionados pelos cursos fluviais do Anil e do Bacanga, “como também os perniciosos e miasmáticos” ares provenientes de praias repletas de dejetos, de ruas sem esgotamento, de lixões concentradores de diferentes podridões, de inúmeras latrinas espalhadas por quintais<sup>131</sup>.

Em *A produção da coisa pública: serviço públicos e cidadania na república ludovicense*, Raimundo Nonato Silva Palhano analisa a atuação dos agentes políticos “no exercício de sua tarefa ordinária de promotor do bem público e dos interesses da cidadania”. No estudo, o autor demonstra que, mesmo dotado da potência de ação e de recursos técnicos e financeiros, o poder público omitiu, principalmente aos mais carentes, um rol de serviços garantidores de cidadania no ambiente urbano<sup>132</sup>.

Sobre a saúde pública, mais especificamente, é importante evocar o trabalho da historiadora Maria de Lourdes Lauande Lacroix intitulado *História da Medicina em São Luís. Médicos, enfermidades e instituições*, publicado em 2015. Nele é possível encontrar informações de valor sobre as frequentes epidemias que se alastraram com

---

<sup>130</sup> CORREIA, *op. cit.*, p. 39-72.

<sup>131</sup> CORREIA, *Idem*.

<sup>132</sup> PALHANO, *op. cit.*

velocidade e faziam da vida na área mais povoada da cidade um constante perigo, principalmente para as populações componentes das camadas mais humildes<sup>133</sup>.

Em uma cidade de vínculos estreitos com o mar, a entrada de navios trazia tanto produtos, pessoas e ideias quanto males que causavam impactos à população e faziam o poder público agir em busca de soluções sanitárias para debelar as infecções generalizadas. Surtos de peste eram frequentes resultantes da entrada na cidade de ratos carregados de pulgas que transmitiam a doença às pessoas pelo contato com suas roupas.

O maior surto de peste que atingiu São Luís ocorreu a partir de 1903 e espalhou-se com velocidade por toda a zona mais densamente povoada: os sinais iniciais, vistos em ratos mortos, localizaram-se em um extremo da cidade, próximo ao rio Anil e, meses depois, já era possível notar pessoas adoecidas na outra ponta, nas imediações do rio Bacanga. Facilitou, segundo Lacroix (2015), “a população condensada daquele centro industrial em casas coladas umas às outras, com pouca ventilação e luminosidade”.

A obra *História de São Luís*, que compila em suas páginas alguns escritos produzidos pelo acadêmico Mário Martins Meireles, oferta a oportunidade de visualizar a cidade através de serviços aqui ofertados; na leitura de seus textos é possível coletar informações, por exemplo, sobre a instalação de cemitérios na cidade – inclusive o do Gavião, em volta do qual a região da cidade em estudo neste trabalho se desenvolve.

Meireles esboça o quadro urbano comentando sobre os serviços de água, esgotos, iluminação pública e transportes, mas sem estabelecer relações com quadros teóricos que sustentem uma crítica para além de uma narrativa de percepção das deficiências de todos os serviços por ele descritos; a obra de Lacroix (2015) também é narrativa, apenas expondo os acontecimentos, mas sem destacar um problema a ser debatido por uma base científica. São obras de relevância historiográfica, com peso, enciclopédico, por assim dizer, são referências, pois trazem o cuidadoso acesso

---

<sup>133</sup> LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **História da Medicina em São Luís: médicos, enfermidades e instituições**. São Luís: [S.N.], 2015.

a fontes sobre a cidade empreendido pelos dois autores, além de entregarem um precioso quadro urbano escrito em suas páginas, mesmo que não tragam um problema por trás de suas narrativas.

Este trabalho procurou, ainda, dialogar diretamente com a dissertação de Joana Barbosa Vieira da Silva, que põe luz por sobre a formação dos bairros Camboa, Liberdade e Fé em Deus, todos em zona periférica da cidade, às margens do rio Anil e com vinculação de sua formação a empreendimentos industriais, como a fábrica têxtil inaugurada em 1889, ao Matadouro Modelo e à Estrada de Ferro, além da ligação com o rio Anil, fonte de sustento para diversos moradores<sup>134</sup>.

Silva, arquiteta, identifica, com o auxílio de referenciais tanto históricos como urbanístico-arquitetônicos, a autonomia, por parte dos mais pobres, da construção daquela zona habitada da cidade; segundo ela, “longe dos olhos e dos interesses das instituições econômicas e políticas dominantes”. Assim como na região aqui em estudo, o tempo tratou de consolidar o espaço, acumulando no território da cidade as marcas da ocupação do território por aqueles que pouco podiam em relação a planejamento urbano, por exemplo, conformando, assim, um espaço marginalizado ou “anormal”, já que fora das regulações previstas pelos dispositivos legais municipais.

A dissertação de Joana Barbosa Vieira da Silva, tem como parte de seu título a expressão “Tudo isso era maré”, coletada em depoimento colhido de antigos moradores daquela região da cidade. Similar ao que publicou a historiadora Antonia da Silva Mota, em 2016, no livro *A luta por moradia popular em São Luís do Maranhão*; tópicos da estrutura da obra entregam o mote a que se dedicou a autora: a conquista do espaço de habitação pela gente da camada popular: “Era tudo roça”, e “Isso aqui era mato, hoje em dia tá tudo casa”, também colhidos em entrevistas a moradores, desta vez, do bairro Coroadinho que, segundo dados estatísticos levantados pelo

---

<sup>134</sup> SILVA, Joana Barbosa Vieira da. **Tudo isso era maré**: origens, consolidação e erradicação de uma favela de palafitas em São Luís do Maranhão. 2016. 146 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é a oitava maior *comunidade urbana*<sup>135</sup> do país e primeiro lugar entre as regiões Norte e Nordeste<sup>136</sup>.

Reforçando o exposto na Introdução, um diálogo com autores e a instrumentalização de conceitos geográficos, como o de *rugosidade*, será a maneira como demonstraremos a capacidade de autogestão e enfrentamento resistente ante a dificuldades econômica, social e juridicamente instituídas e que perduram no espaço urbano de São Luís como verdadeiras marcas do possível e evidente protagonismo dos subalternos da cidade.

---

<sup>135</sup> Segundo o IBGE, “Favelas e Comunidades Urbanas são territórios populares originados das diversas estratégias utilizadas pela população para atender, geralmente de forma autônoma e coletiva, às suas necessidades de moradia e usos associados (comércio, serviços, lazer, cultura, entre outros), diante da insuficiência e inadequação das políticas públicas e investimentos privados dirigidos à garantia do direito à cidade. Em muitos casos, devido à sua origem compartilhada, relações de vizinhança, engajamento comunitário e intenso uso de espaços comuns, constituem identidade e representação comunitária.

No Brasil, esses espaços se manifestam em diferentes formas e nomenclaturas, como favelas, ocupações, comunidades, quebradas, grotas, baixadas, alagados, vilas, ressacas, mocambos, palafitas, loteamentos informais, vilas de malocas, entre outros, expressando diferenças geográficas, históricas e culturais na sua formação.

Favelas e comunidades urbanas expressam a desigualdade socioespacial da urbanização brasileira. Retratam a incompletude – no limite, a precariedade – das políticas governamentais e investimentos privados de dotação de infraestrutura urbana, serviços públicos, equipamentos coletivos e proteção ambiental aos sítios onde se localizam, reproduzindo condições de vulnerabilidade. Estas se tornam agravadas com a insegurança jurídica da posse, que também compromete a garantia do direito à moradia e a proteção legal contra despejos forçados e remoções”. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, anteriormente, utilizava o termo “aglomerado subnormal”, que foi posto e debate por estudiosos e devidamente substituído. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 14 abr. 2024.

<sup>136</sup> Informação disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2023/03/5080449-sol-nascente-supera-rocinha-em-habitantes-e-se-torna-maior-favela-do-pais.html>. Acesso em: 23 mar. 2023.

## 2 A CONSTRUÇÃO DE UM OBJETO GEO-HISTÓRICO

Uma mirada curiosa sobre o espaço urbano de São Luís que inclui os bairros Madre Deus, Lira e Goiabal foi o pontapé para a sua posterior problematização a partir da história, em um primeiro momento. A atenção aos elementos visuais ali presentes que se destacaram no início dos questionamentos visando uma pesquisa – arruamentos percebidos como confusos para um deslocamento, quadras que não seguem um padrão geométrico esperado para um espaço dito “urbanizado”, casario de arquitetura e dimensões diversificados e com destaque às residências estreitas de tipo porta-e-janela – alimentou as reflexões sobre quais processos sociais seriam os responsáveis por aquele modo de ocupação do solo da cidade de São Luís.

O propósito dos dois capítulos que seguem é justamente este: evocar aspectos da cidade que trazem em si, em suas dinâmicas internas, possibilidades de explicações para os movimentos humanos que desenharam aquela área peculiar da cidade. Será possível notar, assim, que as formas resultantes das performances de grupos sociais e do poder público – principalmente das omissões deste – se cristalizaram, como marcas espaciais de tempos idos, mas marcantes, perenes.

Demarque-se que, na seção introdutória deste trabalho, já foram apresentadas as bases teóricas geo-históricas que sustentam as argumentações feitas no capítulo que agora segue para afirmar tal espaço da cidade como fruto de um contexto social que transformou um “subúrbio” numa periferia, segundo compreensões mais contemporâneas.

Destaquem-se, portanto, as noções de *espaço* e *rugosidade*, tomadas de empréstimo da geografia de Milton Santos, bem como os conceitos de *subalternidade* para demonstrar a construção do objeto desta pesquisa.

Questionamentos, por fim, se formaram: a cidade, como um conjunto, explicaria aquela configuração? Tal configuração, enquanto parte do todo, poderia explicar a cidade? Perguntas inquietantes para uma pesquisa pretendida histórica e socialmente comprometida com eventuais resultados profícuos à historiografia local.

## 2.1 São Luís: questões urbanas durante as primeiras décadas do regime republicano

Nas décadas iniciais da República, São Luís preocupava-se com diferentes problemas de caráter urbano: esgotamento praticamente inexistente, distribuição de água potável insuficiente e qualidade do líquido questionável, recolhimento e alocação do lixo produzido ineficaz, iluminação pública reduzida a pequenas áreas, ruas mal calçadas ou não calçadas, problemático transporte público de alto custo e serviços públicos de saúde, educação e segurança que cobriam muito pouco da demanda geravam um ambiente desafiador à sua população, estimada na faixa dos 30 mil habitantes<sup>137</sup> na década de 1890.

Entre tantos problemas, contudo, o poder público regularmente investia somas para o embelezamento de áreas pontuais da cidade, onde vivia e transitava a gente abastada. Alamedas e praças eram edificadas ou reformadas para dar um ar de civilidade espacialmente muito circunscrito, mas suficiente para ser registrado por fotógrafos a serviço da publicidade estatal. Veremos que esta contradição alarmava setores da opinião pública, como a imprensa, que não se eximia da responsabilidade de criticar as incompatibilidades indubitáveis.

Tal quadro contraditório mantinha a cidade em constante estado de alerta para problemas sanitários descendentes das condições de vida precárias por que atravessavam boa parte da população num espaço restrito em que se concentrava a maior parte dos cidadãos ludovicenses.

### 2.1.1 O Código de Posturas, de 1893, e o Código Sanitário, de 1904, como instrumentos de controle da classe subalterna

Conforme a Lei nº 8, de 20 de julho de 1893, votada pela Câmara Municipal e promulgada pelo intendente José Rodrigues Fernandes, e que instituiu um novo Código

---

<sup>137</sup> RODRIGUES, Zulimar M. **Geografia da saúde e o espaço urbano de São Luís – MA: interfaces da relação saúde e ambiente no período 1854 – 1954.** Dissertação de Mestrado. Centro de Ciências Biológicas e da Saúde – Mestrado em Meio Ambiente. São Luís, 2004, p. 171.

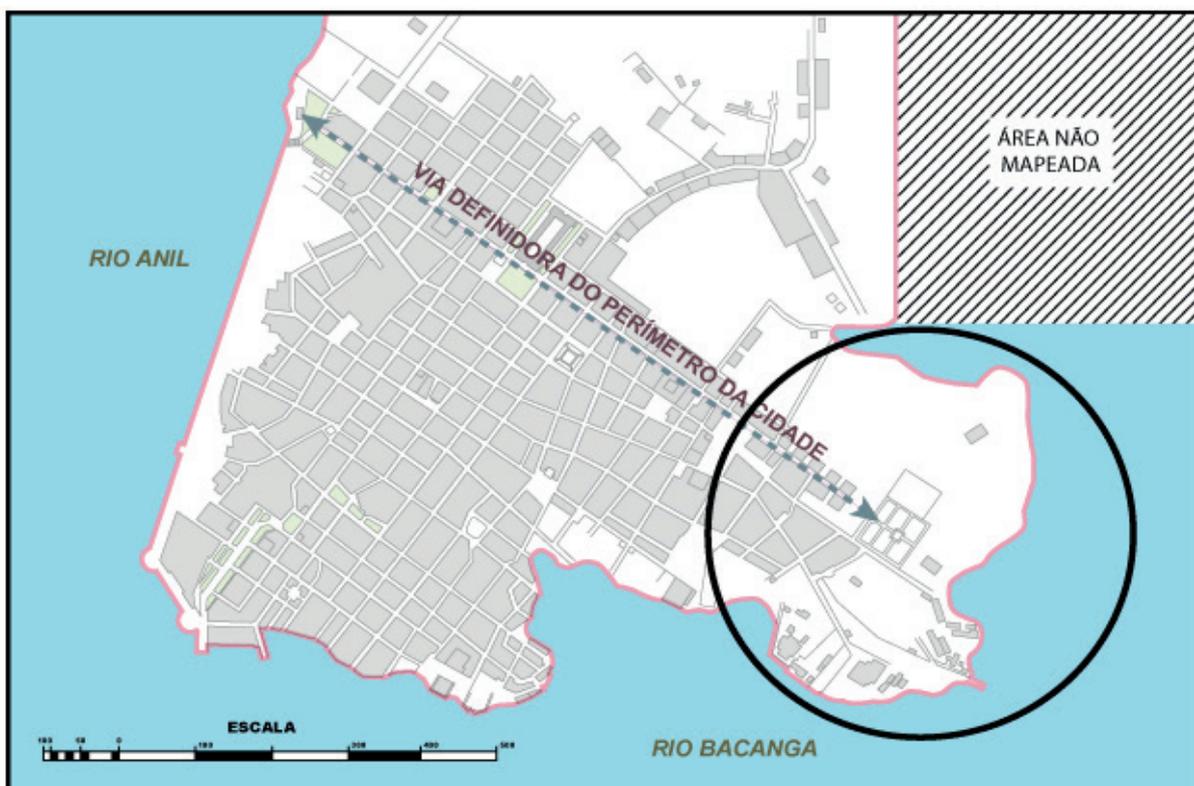
de Posturas para dar conta de atuais demandas da cidade, o chamado “perímetro urbano” estava definido entre a região do bairro dos Remédios e da Madre de Deus, em um trajeto de aproximadamente 1,8 km, que seguia, a partir do norte, da rua dos Remédios<sup>138</sup> em direção à rua do Passeio<sup>139</sup>, extremo sul da São Luís urbana de então.

Tal é a letra da lei e, em seguida, as Figuras 10 e 11, que ilustram o que definia o Código de Posturas:

Art. 35°. Não se poderão estabelecer vacarias dentro do perímetro da cidade, marcado pelas ruas do Remédio e Passeio. As atuais dentro deste perímetro continuam enquanto existirem seus proprietários.

§ Único. As vacarias não poderão funcionar sem que os lugares ocupados pelos animais e suas dependências ofereçam condições de asseio e higiene apropriadas, o que será julgado pelos médicos da Municipalidade. Ao infrator a multa de 50\$000.”

**Figura 10** – Perímetro da cidade de São Luís, conforme o Código de Posturas de 1893.



Fonte: Elaborado pelo autor; adaptado de Ferreira (1912).

<sup>138</sup> A rua dos Remédios é, atualmente, a rua Rio Branco.

<sup>139</sup> SÃO LUÍS, 1893, Artigo 35.

**Figura 11** – Via definidora do perímetro da cidade, em 1893, sobre a cidade atual.



Fonte: Google Earth, 2023.

O Código de Posturas do ano de 1893 possui uma estrutura baseada em 4 títulos, 25 capítulos e 237 artigos. Seus temas abrangem um espectro que parece ser o mais dilatado possível que alcance a diversidade de serviços e práticas urbanas da São Luís de então. Seus títulos oferecem uma ideia de sua abrangência:

1. **Disposições preliminares:** composta de 1 capítulo que trata das infrações previstas para serem penalizadas com multa de até 50 mil réis ou prisão por até 15 dias. Possui 8 artigos.
2. **Higiene e Saúde Pública:** em 12 capítulos trata, por exemplo, do comércio de gêneros alimentícios, de cemitérios, de esgotos, hospitais, escolas, cortiços, asseio da cidade, vacinação, farmácias e drogarias, exercício da medicina. Possui 102 artigos.
3. **Polícia, Comodidade e Segurança Pública:** seus 10 capítulos têm como temas o fabrico e comércio de armas de fogo, o tratamento que deve ser dado a “loucos” e “bêbados”, veículos, obscenidades e ofensas, negócios fraudulentos, pedintes, “vadios”, toponímia, incêndios e outros. Possui 89 artigos.

4. **Aformoseamento e decoração da cidade, arrabaldes e povoações, estradas e caminhos públicos do Município. Construção e Reconstrução:** em 2 capítulos, este título objetivava estabelecer padrões para a expansão da urbanização normatizando a abertura e largura de novas ruas, praças e estradas; além, orientava sobre conservação das vias, cursos de água e prédios públicos. Possui 26 artigos.

O Título 2 – Higiene e Saúde Pública toma boa parte do Código de Posturas de 1893 e, em seus doze capítulos, busca regular desde o comércio de gêneros alimentícios, passando por normativas sobre cemitérios, hospitais, cortiços e vacinação, e segue até o funcionamento de farmácias e drogarias, finalizando com regulações sobre o exercício da Medicina na cidade.

Em seguida à publicização do Código de Posturas surgiram cobranças pelo cumprimento de suas normatizações com denúncias expostas nos periódicos que circulavam pela cidade. O Pacotilha era um dos que mais trazia a realidade cotidiana:

[...] O órgão clerical chama a atenção da Intendência para o mau cheiro da rua do Alecrim.

Monsenhor monta vacaria, contra expressa postura municipal no seu quintal [...].

A Intendência que feche a vacaria de monsenhor [...].<sup>140</sup>

...

Os moradores do beco da Alfândega, e seu prolongamento até o armazém da ponte, se estão queixando do abuso que praticam alguns negociantes estendendo na calçada, para secar, grande número de couros de veado, que lançam de si fétido nauseabundo, concorrendo para viciar o ambiente em prejuízo da higiene e saúde pública.

Nos tempos ominosos da monarquia a Câmara Municipal proibia que fossem estendidos pelas ruas couros salgados.

Parece-nos que tal postura não foi revogada, existe ainda; e no entretanto o abuso ergue-se com grande prejuízo para a população.

Sem dúvida que tão prejudicial desprezo às leis sanitárias pode ser proibido, assim o queiram os incumbidos desse serviço.<sup>141</sup>

A proibição à criação de gado bovino dentro da cidade, como cita a primeira nota do periódico Pacotilha, era uma das muitas normativas que visavam estabelecer novas práticas no espaço urbano. A partir da República, a cidade deveria conduzir

---

<sup>140</sup> Pacotilha, 11/09/1893, p. 3.

<sup>141</sup> Pacotilha, 04/03/1896, p. 3.

a marcha civilizacional rumo ao progresso. Desenvolver a cidade e seus cidadãos significava extirpar alguns comportamentos rurais, pensados, então, como avessos às boas práticas cidadinas.

Enquanto instrumentos para o estudo histórico os códigos de postura municipais, se constituem como fonte profícua a partir da qual se pode ler a cidade; aos olhos críticos desta pesquisa geo-histórica, materializa-se em seu teor expressiva parte da estrutura de serviços, os equipamentos de um ambiente de tipo urbano e o zoneamento esperado pela municipalidade.

Materializam-se, ainda, os diferentes problemas por que passa um aglomerado urbano. Não foi diferente em São Luís. A cidade, que vivia em constante crise sanitária, se ressentia, ainda mais, após a promulgação da Lei nº 8, de 20 de julho de 1893. O quadro caótico, com constantes assaltos de moléstias mortais, saltou aos olhos ante o texto normativo. Não foram poucas as demonstrações na imprensa da inoperância dos serviços de higiene pública:

[...] Que tem sido feito até agora em favor da população?

Que nos conste, apenas visitas a casas de famílias, ficando em plena liberdade, em inteira paz os moradores dos cortiços e dos baixos de sobrados, focos pestilenciais por excelência, de onde se desprendem gases mefíticos, que incessantemente viciam o ar respirado nesta capital!

De sorte que a repartição de higiene receia mais das classes educadas e conhecedoras da necessidade e utilidade da fiel observância dos preceitos higiênicos que das classes ignorantes, que não compreendem a inconveniência que resulta da falta de asseio nas habitações.

[...]

Em todos os países civilizados muito preocupa o poder público as habitações das classes menos favorecidas. E razão de sobra há para tanto.

Geralmente, é nelas que as moléstias epidêmicas e contagiosas primeiramente se manifestam, propagando-se com facilidade, não só pela falta de cautela necessária como pela falta de exame e conselho médico.

Foi dos baixos de um sobrado que saiu a última epidemia de varíola, que tantas vidas ceifou entre nós.<sup>142</sup>

Os códigos de postura, enquanto instrumentos normativos de caráter público, estabeleciam-se como responsáveis por parte do controle da sociedade urbana<sup>143</sup> cerceando hábitos indesejados, delimitando áreas de ocupação para as

---

<sup>142</sup> Pacotilha, 22/01/1895, p. 2.

<sup>143</sup> CARVALHO, Heitor Ferreira de. As posturas e o espaço urbano comercial: ocupação e transgressão na são luís oitocentista. **Caderno Pós-Ciências Sociais**, São Luís, v. 1, n. 1, p. 31-42, jul. 2004.

diversas funcionalidades cidadinas, estabelecendo padrões construtivos e punindo as contravenções eventuais. Nesta condição, cindia ainda mais o espaço urbano a partir das distintas classes sociais provenientes de suas dinâmicas internas.

Setores e objetos da cidade específicos das classes subalternas eram, regularmente, os alvos das legislações e, por consequência, das suas sanções. Entretanto, resistentes, e na via muitas vezes contrárias dos preceitos legais, a camada empobrecida, as “classes ignorantes” da cidade, como escreve o Pacotilha, firmavam-se ocupando, fazendo-se perceber por seus dilemas, mas por sua persistência que o tempo mostrou vitoriosa.

São certas as colocações de Silva quanto as expectativas da classe dirigente no que diz respeito à tríplice relação entre cidade, civilização e progresso:

A materialização do progresso se deu mediante a “urbanização” e “higienização” do país, como também da população, diante da preocupação em tornar as suas capitais “civilizadas” e “modernas”, segundo os padrões vigentes nos países europeus. Para tanto, a construção de um país urbano, moderno, civilizado, higienizado e/ou saneado passava, segundo suas elites, necessariamente, por uma “limpeza estética” que negasse as mazelas sociais evidenciadoras do caos urbano vivenciado por grande parte das cidades brasileiras.<sup>144</sup>

[...]

Desse modo, para a constituição de uma nação republicana “moderna” e “civilizada” à imagem da Europa, idealizada principalmente pela elite econômica e intelectual brasileira, havia a necessidade de a população, de modo geral, adquirir hábitos e comportamentos compatíveis com o propósito de “Ordem e Progresso” do Brasil: “ordenar o uso do espaço urbano, disciplinar os habitantes para utilizá-lo, regular a circulação, foram as questões centrais nas reformas empreendidas nas grandes cidades”. [...]<sup>145</sup>

A autora traz em seu texto importante colocação que demonstra o caráter de exceção imaginado para a modernidade de então:

[...] não será aceito qualquer homem como sujeito de participação no convívio social, mas apenas os civilizados, os de espírito cultivado, os instruídos e

---

Disponível em: <https://periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/184>. Acesso em: 5 maio 2023.

<sup>144</sup> SILVA, Camila Ferreira Santos. Normas do bem viver em São Luís na virada do século XIX. In: ABRANTES, Elisabeth Sousa e SANTOS, Sandra Regina Rodrigues dos. **São Luís do Maranhão: novos olhares sobre a cidade**. São Luís: Editora UEMA, 2012, p. 68.

<sup>145</sup> SILVA, 2012, p. 75-76.

educados. Somente será reconhecido apto a participar como sujeito social e político quem tiver vencido a barbárie, a ignorância, quem tiver aprendido a nova racionalidade, que tiver sido homem moderno.<sup>146</sup>

Nos periódicos, as cisões implementadas pelas normativas do Código de Posturas, transpareciam, contudo. Em nota do periódico Pacotilha, vemos a contradição existente entre a idealização da norma e a realidade cotidiana:

O “Diário do Maranhão” de sábado pede a efetividade da postura municipal que veda o plantio e venda da diamba por ser o uso desta planta nociva à saúde.

Tem razão de sobra a redação do decano da nossa imprensa; porém, perde o seu tempo e o seu latim, por isso que as nossas posturas são, como geralmente se diz, para inglês ver.

O artigo 86 do Código Municipal dispõe: “É proibida a moradia nos quartos inferiores dos sobrados, quando nas paredes inferiores deles não haja abertura para a remoção e circulação do ar”.

A maior parte, senão a totalidade dos quartos inferiores dos sobrados não tem a abertura de que fala o artigo 86; entretanto, o poder municipal consente, é conivente na infração do preceito que ele tem por obrigação fazer respeitar.

Verdade é que alguns vereadores, homens de grande prestígio na atualidade, violando a lei por eles mesmos votada, tem alugados para moradia os quartos inferiores, daí a tolerância da Intendência.

Se aqui as posturas municipais não são observadas, mas desrespeitadas por aqueles a quem corre o rigoroso dever de fazê-las respeitar, como exigir dos caboclos da Ilha que não cultivem a diamba?

Embora sem competência, entendemos ser a moradia em quartos inferiores, que não tem abertura para a renovação e circulação do ar, muito mais prejudicial à saúde pública que beber diamba. [...] <sup>147</sup>

A Lei nº 8, de 23 de julho de 1893, que institui o Código de Posturas, se fez em uma cidade sob as ordens republicanas e que vislumbra o cenário industrial promissor; as formas e conformações do centro urbano passavam por mudanças substanciais a partir do levantar-se de grandes prédios fabris e do movimento diário e intenso de operários, das suas necessidades de habitação e do seu avolumamento nas áreas mais afastadas do bairro comercial, área que era a mais estruturada e habitada de São Luís.

Era preciso ordenar um espaço que se preparava para o trabalho livre, uma nova lógica de produção substituindo a anterior, escravista, mas que ainda não havia considerado o espaço da cidade destinado àqueles, de alguma maneira, herdeiros

<sup>146</sup> BUFFA, Ester. Educação e cidadania burguesa. In: BUFFA, Ester; ARROYO, Miguel G; NOSELLA, Paolo. **Educação e cidadania**. 3. Ed. São Paulo: Editora Cortez, 1991.

<sup>147</sup> Pacotilha, 08/01/1895, p. 2.

das condições de cárcere. A norma urbana adaptava-se, portanto, ao fenômeno social, como é de se esperar.

A adaptação da norma ao ritmo que se impõe pelas dinâmicas sociais fica clara, por exemplo, nas linhas introdutórias do Código de Posturas do Município de São Luís, do ano de 1936<sup>148</sup>, quando já se passaram pouco mais de quatro décadas da promulgação do Código de 1893. Assinala, à época, José Otacílio Saboya Ribeiro, prefeito municipal:

Considerando que o Código Municipal, ora em vigor, datado de 1893, está obsoleto e não mais satisfaz as necessidades reclamadas pelo progresso da cidade,

Considerando que, daquela época a esta data, grande parte dos elementos que entravam na composição da cidade modificaram-se, quer na sua constituição, quer quanto à sua finalidade,

Considerando que o progresso da técnica pôs à disposição das cidades elementos inteiramente para os quais é necessário criar legislação,

Considerando que a prática nas capitais brasileiras tem forçado as Municipalidades [...] a adotarem novos Códigos compatíveis com a época atual,

Considerando que não basta revogar parcialmente atual Código Municipal, e os vários decretos que vieram criar novos direitos e deveres [...] e completá-los com elementos novos [...] assim, constituindo uma [...] difícil consulta, [...]

Considerando que a Municipalidade de há muito se ressentia de um Código que [...] de falhas que sua legislação atual, obsoleta e [...] oferece, é que é indeclinável a necessidade de [...] dotar a cidade de São Luiz de um novo Código, [...] com as exigências do progresso do Brasil<sup>149</sup>.

De modo similar, conclui-se, o texto de ordenamento urbano promulgado em 1893 aspirava dar conta da preparação do espaço da cidade para as exigências de um progresso da cidade esperado pelo poder público e, também, pela população de São Luís. Contudo, entre a letra da lei, que continha em si a cidade ideal, a cidade real, apresentada objetivamente, insistia em infringir as normativas do Código. Nos jornais, era comum verificarem-se apelos.

---

<sup>148</sup> SÃO LUÍS. Decreto nº 205, de 03 de novembro de 1936. Manda pôr em execução o novo Código de Posturas do Município de São Luís e dá outras providências. São Luís, MA.

<sup>149</sup> SELBACH, J. F. (Org.). **Códigos de Postura de São Luís**. São Luís: EDUFMA, 2010, p. 97-98. [O texto original foi adaptado para as normas de ortografia mais atuais.]

Em 1904, após aceitar trabalho para debelar grave surto de peste bubônica que afetou gravemente a dinâmica de São Luís, o médico Victor Godinho<sup>150</sup>, junto de sua comitiva vinda de São Paulo, fora decisivo para a promulgação, pelo poder público estadual, da Lei nº 358, de 9 de junho de 1904 que, dividida em duas partes, organizava o Serviço Sanitário e editava um Código Sanitário adaptado às realidades maranhenses.

O Código Sanitário buscava ampliar a segurança da saúde pública em todo o Maranhão através do foco em aspectos sensíveis que mereciam maior normatividade, cautela em sua administração/uso por parte das populações das diversas localidades do Estado e instrução técnica que garantissem as melhores práticas de higiene.

Dividido em 21 capítulos e 364 artigos, o Código Sanitário tem no aspecto técnico o seu diferencial. Assim sendo, não apresentava sanções às infrações cometidas por quem não seguisse suas diretrizes. Em relação ao Código de Posturas então vigente em São Luís, tornou ainda maiores as normativas sobre a construção e conservação de habitações, por exemplo; em 80 artigos, o Capítulo 2, *Das habitações em geral*, busca encerrar as condições precárias de salubridade observadas pelos técnicos da comitiva do médico Victor Godinho orientando desde as medidas ideais que deveria possuir o terreno onde o imóvel seria edificado<sup>151</sup> até a proibição da criação de porcos dentro do perímetro da cidade<sup>152</sup>.

Assim sendo, a ação dos agentes sanitários municipais passou a ser orientada por estas duas normativas que se complementavam e, em certa medida, reforçavam-se, já que com a insistência de ocorrências que infringiam normas pertencentes ao

---

<sup>150</sup> Nascido em 26 de dezembro de 1862, o carioca Victor Pereira Godinho formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1887. Depois, transferiu-se para São Paulo e ingressou no Serviço Sanitário do estado. Foi diretor do Hospital de Isolamento (1915-1919) e professor da Escola de Farmácia e Odontologia de São Paulo (1899-1922). Comissionado pelo governo paulista, liderou o combate à peste no Maranhão em 1904. Com Emílio Ribas, idealizou a construção da Estrada de Ferro Campos do Jordão (1911), concebida para facilitar o transporte dos pacientes de tuberculose que iam se tratar na região. Autor de um dos primeiros manuais de bacteriologia publicados no Brasil, foi também dos primeiros a defender a criação de uma cátedra nas faculdades de medicina para o estudo das enfermidades tropicais. Fundou e dirigiu a Revista Médica de São Paulo (1898-1914) e foi diretor da Liga Paulista contra a Tuberculose. Morreu no Rio de Janeiro em 26 de setembro de 1922. [<https://oswaldocruz.fiocruz.br/index.php/acervos/correspondencias/correspondencia-cientifica/victor-godinho>. Acesso em 14/01/2024].

<sup>151</sup> Código Sanitário, Artigo 26.

<sup>152</sup> Código Sanitário, Artigo 97.

Código de Posturas, este já vinha sendo posto em xeque, sendo apenas para “inglês ver”, como visto em edição do jornal Pacotilha do mês de janeiro de 1895, e citada anteriormente neste mesmo tópico.

Como exemplo, em paralelo ao Artigo 97 do Código Sanitário, que proibia a criação de porcos no perímetro da cidade, o Artigo 89 do Código de Posturas estipulava em 25 mil réis a multa para quem mantivesse chiqueiro dentro do espaço urbano. Os dois dispositivos, contudo, não impediam que a população da cidade insistisse em manter gado suíno em seus quintais, como se pode perceber através do que noticia o jornal Pacotilha, em 1921:

Os senhores Eudâmidas Guadalupe dos Reis Gomes e Alberto de Magalhães Braga, fiscais do município e do Matadouro Modelo, em obediência a um dispositivo do Código de Posturas, apreenderam, hoje pela manhã, 12 porcos, sendo 5 deles no quintal da casa à rua da Madre de Deus, 66; e 7 à mesma rua, 74, os quais foram enviados para o Matadouro.”

A intenção dos dois dispositivos normativos era estabelecer práticas combativas às constantes crises de saúde pública por que passava a capital do Maranhão. Aqueles responsáveis por suas composições viam, essencialmente, que comportamentos e modos de vida existentes dentro da cidade – como as formas de habitação das classes pobres – eram geradoras de problemas como o acúmulo de lixo e dejetos nas ruas.

Contudo, é possível perceber que muitos serviços prestados pelo poder público careciam da qualidade devida para o melhor atendimento de um espaço urbano condensado. Não eram poucas as reclamações nem eram poucos os defeitos apontados e nomes de autoridades evocados nas primeiras décadas da República. A administração teve responsabilidade direta sobre o cenário insalubre em que viviam todos na capital maranhense.

### 2.1.2 Serviços públicos de saneamento

É possível afirmar, sem incorrer em equívoco, que o maior problema da cidade de São Luís, nas primeiras décadas da República, era o seu quadro sanitário. As notas e notícias presentes nos periódicos, os relatórios técnicos – elaborados por acadêmicos

que tanto propunham melhorias quanto demonstravam resultados de campanhas sanitárias – e a historiografia local sustentam consistentemente esta afirmação.

Para além da sensível culpabilização à gente humilde habitante da cidade presente nos relatórios técnicos e notícias de periódicos, o debate público sobre o tema, bem como as consequências da má gestão da higiene e saúde urbana, enquanto responsabilidades dos governantes, eram perceptíveis nos jornais da cidade. As críticas à inoperância, muitas vezes, eram publicadas com doses de ironia:

A banda de música da Polícia tocou, ontem à tarde, à praça João Lisboa, executando o programa anteriormente publicado.

Vem a talho de foice reproduzir as palavras que seguem, de Carlos de Laet, publicadas no Diário do Comércio, do Rio de Janeiro, e que são uma confirmação dos conceitos há dias externados sobre o assunto pelo nosso ilustre colaborador D. Grotius.

Eis o que diz o brilhante jornalista fluminense:

“Urge embair os povos que não votam nem mais se governam.

Grassava uma epidemia em Marselha quando a municipalidade teve feliz ideia. Mandou que todos os dias as bandas dos regimentos saíssem à rua e tocassem nas praças públicas. Nunca Marselha foi mais alegre do que quando ali se morria de cólera!

Nós estamos a braços com a penúria e com a varíola. Não mais nos governamos. O Estado, porém, anda muito avisadamente. Regateia ao pobre a compensação dos seus casebres, porém manda fazer exposições. Toque a música do Governo!”<sup>153</sup>

Os relatórios técnicos faziam parte das ações que buscavam entender os problemas, eleger soluções possíveis e implementar soluções para amenizar um quadro sanitário que pode ser classificado como caótico.

Entre estas ações, merece ser apontado o investimento público em pesquisa de infraestrutura e serviços empreendida pelo engenheiro Palmério de Carvalho Cantanhede que, às custas do erário, viajou por diferentes países e suas cidades para conhecer as melhores práticas em saneamento. Após seu estudo, Palmério Cantanhede entregou, em 1902, o relatório intitulado *Saneamento das cidades e sua aplicação à capital do Maranhão* em que apresenta tanto os problemas vigentes quanto as soluções técnica e financeiramente possíveis de serem implementadas<sup>154</sup>.

---

<sup>153</sup> Pacotilha, 20/07/1908, p. 1.

<sup>154</sup> CANTANHEDE, Palmério de Carvalho. **Saneamento das cidades e sua aplicação à Capital do Maranhão**. Maranhão: Typ. - Frias, 1902. Para saber mais sobre a trajetória do engenheiro Palmério

Contudo, não foram notados na cidade os melhoramentos sugeridos pelo engenheiro maranhense. Afinal, entre aqueles que geriam os poderes estadual e municipal, havia um emaranhado de interesses, conflitos e mecanismos de poder que tornaram dificultosa qualquer política pública de sanitização ampliada e efetiva em São Luís num regime republicano ainda recente, a assentar-se. Tal quadro administrativo instável traduzia-se em morosidade na tomada de decisões e materializava-se em uma cidade que clamava por serviços públicos básicos e que perecia a cada época de chuvas, no calor intenso da estiagem e a cada novo ciclo de alguma doença aterrorizante para a adensada e exposta população<sup>155</sup>.

O Código de Posturas afirmou-se, assim, como uma tentativa primeira de regulação do setor sanitário da cidade durante o regime republicano. Em meio a seus preceitos normativos, instituiu-se, também, a diferença dentro da cidade. Diferença entre ordem e desordem, entre civilizados e bárbaros, entre incluídos e excluídos. Instituiu-se uma medida de cidadania entre aqueles que podiam gozar, mesmo que precariamente, dos serviços públicos de saúde, e outros, a quem tudo faltava.

Os excluídos<sup>156</sup> foram culpabilizados tanto por sua própria fortuna e situação precária quanto pelo quadro geral. Seus modos de existência, suas táticas, suas reações e modos de fazer foram hostilizados, ridicularizados, tomados como ameaçadores e impróprios ao caminhar da civilização. Um atraso ao progresso republicano, a novidade de então. Sua desventura – ou má sorte – era a real constatação de que o único caminho a seguir era o que o trabalho poderia promover: a inclusão na ordem, na disciplina do corpo, dos gestos e do pensamento, vinculando-se, em definitivo, ao social saudável, ao bem-estar.

---

de Carvalho Cantanhede, consulte-se MATOS, Haroldo. **Palmério de Carvalho Cantanhede 185? – 1907: trajetória pública e análise histórica de São Luís**. Monografia (Graduação). Curso de História, Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2021.

<sup>155</sup> PALHANO, Raimundo Nonato Silva. **A produção da coisa pública: serviços e cidadania na primeira república ludovicense**. 2. Ed. São Luís: Engenho, 2017. 428 p.

<sup>156</sup> Sandra Jatahy Pesavento, historiadora, escreveu importante trabalho sobre os excluídos do ambiente urbano. Trabalhando conceitos em pares opostos – cidadania x exclusão, identidade x alteridade, in x out, ordem x transgressão –, a autora desenvolve a ideia de que “o mundo dos excluídos se constitui em face daqueles que partilham da inclusão numa ordem dada” (p. 7).

O periódico *O Jornal*, em edição do ano de 1921, traz um quadro do quão excêntrica parecia, aos olhos de parte da população de São Luís, os modos e a gente que vivia às margens da cidade, mesmo que trabalhadoras – a quem tal a dignidade deveria alcançar quem sustentasse tal condição – e mesmo que, às vezes, habitando suas entranhas:

### Primitivos

Não vamos ocupar-nos dos pintores, segundo a terminologia dos técnicos desse gênero, mas dos costumes. A gravura apresenta-nos uma pobre mulher, na rua do Pespontão, preparando qualquer coisa, à porta da casa. O fotógrafo extasiou-a.

Talvez o ar livre lhe oferecesse mais condições de limpeza do que o interior da mansarda. Inabitáveis, numa grande parte, as moradias operárias desenrolam-se-nos em aspectos confrangedores.

Quem se não afasta das artérias centrais da cidade, mal imagina o que se alastra pelas outras, as que se inclinam para as margens do Bacanga e do Anil. E, naquelas mesmo – Sol, Paz e Grande –, quanta baiuca a pedir um archote purificador!

[...]

Há espaço, aí, de sobra, para se construírem umas tantas filas de casas modestas, em acordo com os ganhos de massa trabalhadora, proporcionando-lhe o necessário conforto. Seria uma bela obra a empreender. Aliviavam-se os bolsos da maioria de quantos aqui residem, e obrigava-se, pelo abandono, a demolir uma inumerável fileira de casebres, nas vias que formam a espinha dorsal de São Luís.

Não nos admira que se transporte a cozinha para o meio da rua. Não pejam diversos passeios com tabuleiros de rebuçados ou doces correlatos? E os vendedores de fruta, espalhando as cascas em redor, os que as compram, e nos sujeitam a quedas perigosas.

Hábitos primitivos, que se reprimem em todos os lugares policiados, tem de se lhes cerrar os olhos, aqui, contemporizando, porque faltam, a oitenta por cento dos prédios alugáveis, as regras mais elementares de um singelo bem-estar.

Edificando-se numa diminuta porcentagem, e crescendo sempre a população, dentro de meses, além da cozinha, ter-se-á de fazer dormitório *au clair de la lune*. Acontece pouco menos do que isso, em muitíssimos dos pardieiros que desolam esta velhíssima urbe, os quais se riem, escarninhos, da roda bastante rançosa dos tempos.

Não se trata, no caso da cozinheira, de um “baixo de sobrado”, espécie contra que bradam, sem discrepância, os severos dispositivos dos códigos sanitários, sempre esquecidos, por ser impossível cumpri-los. Parece fácil isto de cerzir leis. Mas quem as observa, se o costume as rejeita à nascença? Prepare, portanto, a boa velhota do Pespontão, os pitéus em descanso, à porta da rua, uma vez que, dentro da sua choupana, vive em apertos. Ninguém a prenderá por tão pequeno ataque às Posturas. E hão de até louvá-la por se livrar, assim, dos lumes internos, pois poderiam atear-lhe fogo à palhoça. Convenha-se em que merece elogios, como amiga dos bombeiros.

A fotografia abaixo, referida no primeiro parágrafo, ilustra o texto do periódico:

Figura 12 – Mulher fotografada em São Luís, 1921.



Fonte: O Jornal, 1921.

Merece destaque o teor do relatório produzido por Palmério Cantanhede: embasado em dados científicos, em observação minuciosa e técnica de *sciencia sanitaria* internacionais, ilustrado com cálculos e previsões de custos e efetividade e, também, ambicioso. A visão de Palmério Cantanhede era a de quem acreditava na

ciência como modificadora de um quadro social aviltante para camada considerável da população daquela cidade imperfeita: a camada operária.

É necessário descrever alguns dos serviços públicos, de cunho sanitário, que eram problemáticos na cidade de São Luís e que foram observados e estudados pelo engenheiro Palmério Cantanhede, comentados pela imprensa e, ainda, o que apresenta a historiografia local.

#### a) Abastecimento de água e sistema de esgotos

Da distribuição de água pela cidade utilizando a força animal ou a força dos escravizados até o não tão regular abastecimento em torneiras contemporâneo, muitos obstáculos foram transpostos.

O grande problema, nos primeiros anos da República, junto à distribuição deficitária, era a contaminação das águas, a sua má conservação nos reservatórios públicos ou particulares e o risco aos mananciais da cidade. A não estruturação de um sistema de água encanada ligava-se, diretamente, ao esgotamento inexistente ou precário que, por soma, prejudicava ainda mais o quadro sanitário de São Luís.

As fontes, espalhadas pelo perímetro urbano da cidade, eram o recurso principal para a população sem patrimônio suficiente para construir poços de alvenaria em seus quintais. Mamoim, Pedras, Apicum, Bispo e Ribeirão (ver Figura 11) eram as principais<sup>157</sup>, de onde carreiros retiravam litros para venderem de porta em porta<sup>158</sup>. Anos mais tarde, quando da instalação da estrutura de distribuição e taxação da água encanada pela Companhia das Águas de São Luiz, as fontes permaneceram como a alternativa viável junto aos referidos carreiros, ou “aguadeiros”, vendedores ambulantes de água que percorriam as vias da cidade e alcançavam as localidades mais distantes da Praia Grande, o bairro comercial, e arredores.

---

<sup>157</sup> Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrés indica a existência de outras 2 fontes: Marajá e Alecrim; além de chafarizes nas principais praças. Segundo ele, estiveram ativos durante o século XIX. Porém, não foi possível verificar se ainda funcionavam no período a que este trabalho se dedica. Ver: ANDRÉS, Luiz P. de C. C. **São Luís** – Reabilitação do Centro Histórico Patrimônio da Humanidade. São Luís: Foto Edgar Rocha, 2012.

<sup>158</sup> Pacotilha, 11/10/1900, p. 2.

**Figura 13 – Fonte do Apicum.**



Fonte: Revista do Norte, 1903, p. 135.

Entretanto, suspeitava-se da qualidade das águas disponibilizadas nas fontes públicas. O relatório de Palmério Cantanhede traz a informação de que, para a “alimentação”, não eram recomendadas, restando, apenas, a alternativa de utilizá-las para a irrigação de jardins públicos no período da estiagem<sup>159</sup>.

Os motivos desta desconfiança podem ser colhidos de algumas notas de jornais:

O largo da Fonte das Pedras está convertido em um verdadeiro monturo. Ali se lança toda sorte de imundícies, cujo feitió pestilencial obriga os transeuntes a bradarem aos povos que no Maranhão não tem Intendência. A ela damos a palavra para dizer alguma coisa sobre o caso.<sup>160</sup>

...

<sup>159</sup> CANTANHEDE, 1902, p. 12.

<sup>160</sup> Pacotilha, 04/05/1895, p. 2.

O largo da Fonte das Pedras reclama providências urgentes do poder municipal.

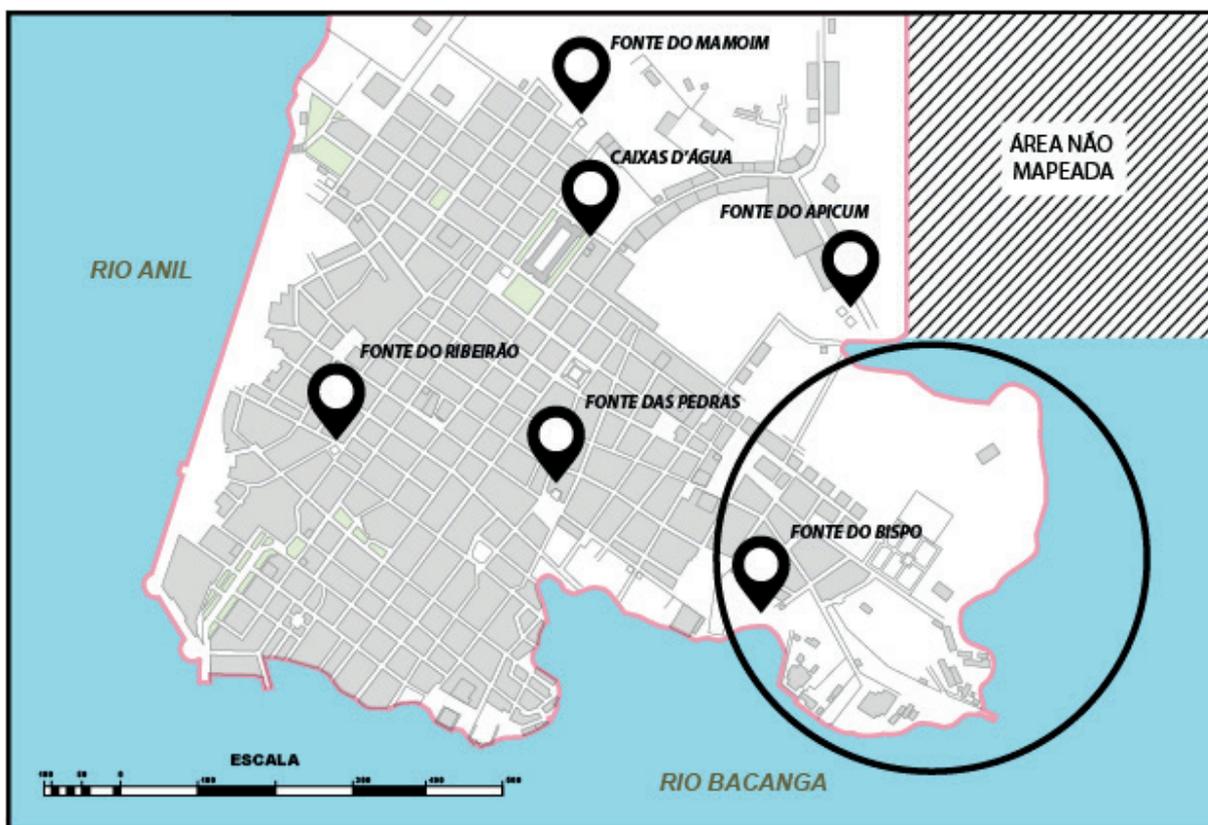
O largo está absolutamente intransitável: além de imundo, está inteiramente inundado.<sup>161</sup>

...

Ontem, às 10 horas do dia, dois indivíduos tomavam banho sentados na borda de um dos poços da fonte do Apicum, de onde é tirada água para o consumo dos habitantes daquele bairro.<sup>162</sup>

Merece destaque, ainda, o curioso parágrafo 3º, artigo 70º do Código de Posturas de 1893, que indica como lugar designado para o depósito de “lixo e imundícies” as “escavações entre as ruas do Mamoim, lado direito, por cima da fonte do mesmo nome”<sup>163</sup>.

**Figura 14** – Localização das fontes de distribuição de água em São Luís, 1912.



Fonte: Adaptado de Ferreira (1912).

<sup>161</sup> Pacotilha, 20/04/1896, p. 2.

<sup>162</sup> Pacotilha, 27/08/1900, p. 2.

<sup>163</sup> SÃO LUÍS, 1893, p. 47-48.

Menos da metade das casas recebia a água encanada ofertada pela Companhia de Águas São Luiz. E mesmo as que recebiam as utilizavam com bastante moderação. A justificativa era o preço cobrado, considerado muito alto pela sociedade e pelo engenheiro Palmério Cantanhede. Para ele, o custo elevado do consumo de água encanada fazia com que a população utilizasse pouco da água disponibilizada, prejudicando a higiene pessoal e, conseqüentemente, a da coletividade<sup>164</sup>.

Um consumo obrigatório da água e a conexão de cada casa a uma rede de esgoto, sob a força de lei, seria a opção mais correta, a fim de garantir melhores condições sanitárias. Porém, os custos deveriam ser reduzidos, com a eficiente coleta da água, o barateamento dos custos da estrutura de distribuição e esgotamento e a conseqüente cobrança justa para equalizar a distinção de patrimônios disponíveis entre pobres e aquinhoados.

Defendendo um “despotismo sanitário”, Palmério Cantanhede escreve:

Quem, no seio de um núcleo populoso, servido de uma rede de esgotos, deixa de utilizar-se dela, sob qualquer pretexto, comete um delito contra a população em cujo meio vive. Desde que os resíduos de sua vida animal são desviados dos esgotos, eles tendem a contaminar o solo e o ar. É contra essa contaminação que a lei se opõe, obrigando-o a fazer uso do escoamento que se lhe oferece. Se para os esgotos essa deve ser a lei, para o abastecimento de água a mesma obrigatoriedade deve ser imposta, pois não se compreende o escoamento sem o veículo que é a água em abundante quantidade para que ele possa em eficácia se fazer<sup>165</sup>.

Nas seguintes linhas do seu relatório, o engenheiro maranhense comenta que o custo diário para o consumo de 100 litros de água alcançava o valor de 1\$200 (mil e duzentos) réis e, anualmente, esse valor chegaria a 438\$000 (quatrocentos e trinta e oito mil) réis, algo proibitivo para parte significativa da população. O volume de água ideal, a ser consumido diariamente, segundo Palmério Cantanhede, seria de 150 a 200 litros diários para satisfazer necessidades de higiene e hidratação.

A restrição ao consumo da água para a população que ia ocupando as margens das fábricas, no espaço urbano demarcado para esta pesquisa, já se fazia determinar

---

<sup>164</sup> CANTANHEDE, 1902, p. 7.

<sup>165</sup> CANTANHEDE, 1902, p. 8. (Texto adaptado para a ortografia contemporânea).

pela distância até as fontes e caixa d'água da cidade, como é perceptível na Figura 11; com o valor cobrado, tornava-se decisivamente proibitivo ante as condições de ganho efetivamente prejudicadas, mesmo para aqueles que dedicavam sua força de trabalho nas fábricas<sup>166</sup> <sup>167</sup>. Além, claro, de ter sido esta área retirada do planejamento de inclusão nos projetos de distribuição de água encanada e de esgotamento.

Em 1925, quando da conclusão dos trabalhos do Serviço de Saneamento e Profilaxia, Cássio Miranda, chefe interino, documentou em seu relatório que nem mesmo o isolamento do Lira, utilizado para conter doenças infectocontagiosas e localizado na área de interesse desta pesquisa, possuía instalações sanitárias adequadas pela ausência de água encanada e ligação a rede de esgotos<sup>168</sup>.

Em 1910, o então governador, Luiz Domingues, contraiu empréstimo em nome do Estado para investimento em saneamento urbano. A rede de esgoto construída, entretanto, restringiu-se à região perimetral urbana (ver Figura 10)<sup>169</sup>. A ampliação, ainda que bem restrita, do sistema de esgotos, só foi empreendida décadas depois, em 1965:

Somente em 1965, a rede de esgoto foi ampliada para cobrir 25% da cidade. Não foram atingidos os bairros da Liberdade, Monte Castelo, Apeadouro, Fátima, Alemanha, João Paulo, Caratatiua, Jordoa e Sacavém até o Anil, bem como as palafitas (16% da população) que emolduravam as margens dos rios. Desde sua implantação na segunda década do século, os trabalhos

---

<sup>166</sup> A média diária paga a algumas classes de operários fabris de São Luís alcançava, no máximo, 1\$200, em 1895. Este valor era pago pela fábrica Santa Isabel, que o estipulou a fim de atrair operários qualificados para seus salões de trabalho. Muitos vínculos de trabalhos nas fábricas eram pagos por produção, o que fazia oscilar consideravelmente o valor percebido pelos operários. Os valores baixos pagos aos trabalhadores industriais eram motivo de pouca assiduidade; muitos trabalhadores preferiam dedicar-se a atividades outras, menos penosas e arriscadas, e mais vantajosas, como a venda de vegetais produzidos em pequenas hortas, pesca, construção civil e serviços prestados a residências. (Caldeira, 1988).

<sup>167</sup> É necessário destacar que as fábricas se firmaram como grandes consumidoras de água potável na cidade. As instalações fabris tinham grande demanda pelo líquido, não somente para o transporte de insumos e de produtos beneficiados – o que fez, por exemplo, uma das têxteis instalar-se distante da zona populosa da cidade, próximo a uma fonte abundante de água –, mas, também, para os trabalhos de tecelagem, tinturaria e afins. Muitas instalações faziam uso de fontes ou mananciais próprios. (Cantanhede, 1902, p. 11).

<sup>168</sup> BRASIL, 1925, p. 16.

<sup>169</sup> Os trabalhos de esgotamento “começariam pela Fonte das Pedras, em frente ao Gasômetro, e se estenderiam pela parte mais antiga da cidade: o perímetro situado entre Remédios, Passeio, São Pantaleão e a malha até o largo do Carmo.” (LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **São Luís do Maranhão: corpo e alma**. São Luís: [S.N.], 2020b. Vol. 2, p. 67).

foram limitados à coleta e afastamento, não sendo diferente na década de 1970, quando a rede de esgoto foi aumentada para 600 quilômetros.<sup>170</sup>

A deficiência no esgotamento da cidade era causa permanente de surtos das mais diversas doenças. Os distintos dejetos produzidos nas casas tinham como destino as ruas, terrenos baldios, as praias mais próximas à região mais povoada e as latrinas construídas nos quintais.

Provocando contaminação do ar, do solo e servindo de focos para a proliferação de mosquitos e outros agentes causadores de males que assolaram a cidade, os surtos muitas vezes, deixaram o centro urbano esvaziado após as pessoas saírem em fuga para áreas mais afastadas de São Luís ou para o interior do Estado buscando não serem contaminadas e, em muitos casos, terem ceifadas as suas vidas.

Doenças como o beribéri, a malária (impaludismo), as febres amarela, tifoide e paratifoide, a peste bubônica, a elefantíase (filariose linfática), a hanseníase (lepra), a disenteria, a difteria, a tuberculose, a coqueluche, o sarampo, a catapora (varicela), parotidite (papeira ou caxumba), típicas de ambientes de baixa salubridade e economicamente empobrecidos – combinação presente na São Luís dos primeiros anos da República –, atentavam insistentemente contra a saúde da população. Principalmente da população subalterna<sup>171</sup>.

#### b) A coleta de lixo

Era possível encontrar detritos dos mais variados tipos espalhados por toda a cidade, segundo relatos. Os locais designados para depósito do lixo (ver Figura 12) já estavam lotados e a destinação dos resíduos para tais reservatórios era feita por carros particulares e outros pertencentes ao poder municipal.

O engenheiro Palmério Cantanhede preocupou-se em descrever, inclusive, a composição do lixo da cidade, dando ênfase ao fato de que o consumo de frutas e frutos do mar fazia a composição dos resíduos residenciais ser especialmente

---

<sup>170</sup> LACROIX, 2020b, p. 8. (Texto adaptado para a ortografia contemporânea).

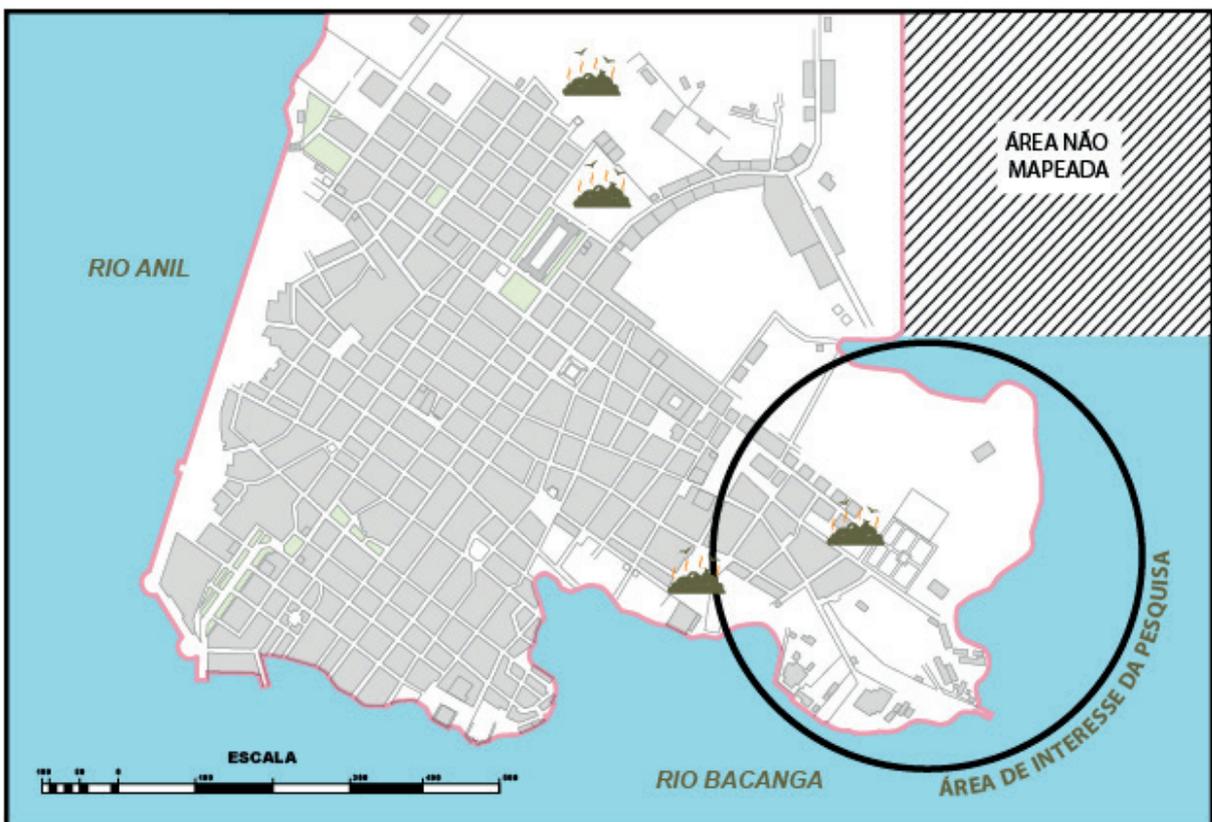
<sup>171</sup> BRASIL, 1925, p. 13.

produtora de odores desagradáveis e facilmente pútrida ante o clima quente e úmido típicos de uma região equatorial<sup>172</sup>.

Sem a remoção adequada e eficaz – dentro de um período de 24h após o descarte em reservatórios residenciais – ficava a cidade exposta aos perigos de um acúmulo de detritos atrativo para vetores de doenças, como os ratos, frequentes transeuntes das ruas do perímetro urbano.

Fora do perímetro urbano, os subúrbios eram locais atrativos para despejo dos resíduos produzido nas áreas mais populosas. Segundo o Código de Posturas de 1893, todos os reservatórios para depósito de lixo deveriam ficar às margens da área densamente construída. Assim, é que se torna possível notar um desses espaços concentradores dos lixos produzidos localizado exatamente na área de interesse da pesquisa (ver Figuras 12 e 13).

**Figura 15** – Depósitos de lixo designados pelo Código de Posturas de 1893.



Fonte: Adaptado de Ferreira (1912); São Luís (1893).

<sup>172</sup> CANTANHEDE, 1902, p. 116-129.

**Figura 16** – Concentração de lixo na quinta Belira.



Fonte: Brasil (1925), p. 109.

Entre 1903 e 1904, após a maior epidemia de peste bubônica já enfrentada na cidade de São Luís, foi necessária a organização de um serviço extraordinário de higiene pública, que ficou a cargo do médico Victor Godinho, que viera de São Paulo com a missão de debelar o caos instalado<sup>173</sup>.

Ao fim de seu trabalho, Godinho entregou um relatório em que resumiu os métodos empregados para sanar a cidade da peste e, para além, tratou de pontos como a incidência permanente do beribéri<sup>174</sup> – doença associada por ele à utilização regular de fossas fixas (latrinas) em São Luís, mas que a ciência atual indica ser causada por ausência de vitamina B1 (tiamina) no organismo; mal de tipo nutricional e associada a condições de grave risco alimentar seja por condições econômicas

---

<sup>173</sup> Pacotilha, 10/02/1904, p. 1.

<sup>174</sup> GODINHO, Victor. **A peste no Maranhão**. São Luís: Tipogravura Teixeira, 1904.

ou por dietas empobrecidas<sup>175</sup> –, a situação precária de muitas residências e a má organização dos serviços de saúde pública.

Sobre a peste, propriamente dita, Godinho aponta um dado marcante: a taxa de mortalidade foi maior entre pessoas de cor “preta”. A taxa de mais de 50% de mortalidade entre “pretos” é comparada com a reduzida taxa de mortalidade entre brancos e indica, para ele, que a doença grassou mais nas áreas empobrecidas da cidade, onde residiam libertos de 1888 e seus descendentes que conformavam a massa trabalhadora da cidade e que, geralmente, não recebiam benefícios de urbanização<sup>176</sup>.

Destaque-se que, pela avaliação de Godinho e sua equipe, a epidemia de 1903-1904 chegou a São Luís via navio que aportou na região do bairro dos Remédios e de lá se espalhou por todo o perímetro urbano. Contudo, o ambiente insalubre com terrenos baldios, imóveis mal mantidos, esgotos a céu aberto bem como depósitos de lixo não recolhidos espalhados por diversas ruas, além de manutenção precária das diferentes áreas portuárias espalhadas pela cidade, colaborou muito para que a vasta população de ratos locais adoecesse e, assim, a proliferação, até a contaminação humana, causasse o surto mortal para a cidade.

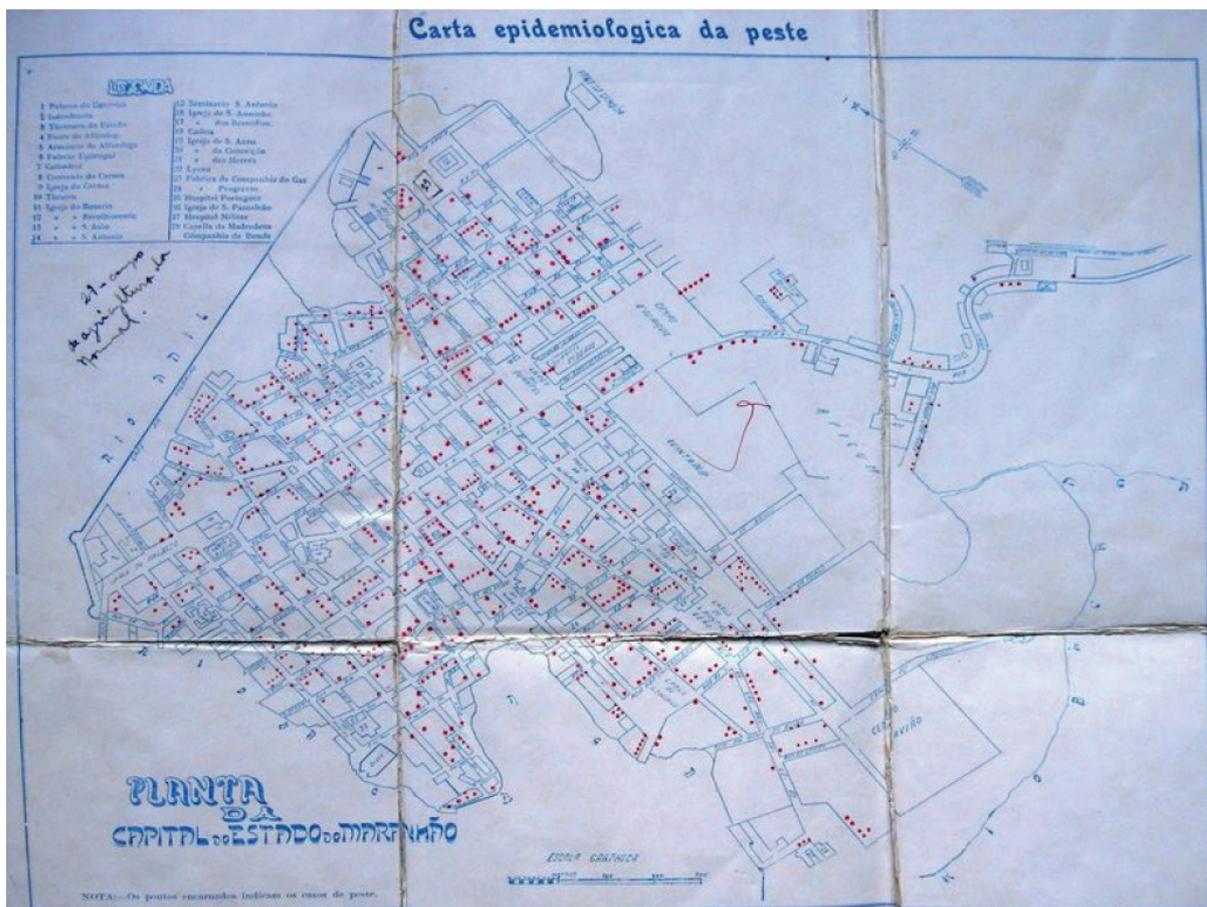
A atuação de Godinho e sua equipe permitiu a confecção de mapeamento dos imóveis da cidade onde foram notificados casos de peste. Por sua observação, nota-se a abrangência ampla dentro de todo o perímetro urbano.

---

<sup>175</sup> Ver mais em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/nutrisus/deficiencia-de-vitamina-b1-2013-beriberi>. Acesso em 01/02/2023.

<sup>176</sup> GODINHO, 1904, p. 96-97.

Figura 17 – Carta epidemiológica da peste em São Luís, 1903-1904.



Fonte: GODINHO, 1904, anexo.

Fato é que os locais onde residia a camada mais carente da cidade gradativamente tornava-se a mais densamente povoada e onde era possível encontrar a grande maioria das casas em condições estruturais comprometidas pois construídas com materiais naturais como a taipa, a palha ou mesmo restos encontrados na cidade que pudessem servir de estrutura ou cobertura para barracos e palhoças que, combatidas pelo Código de Postura e pelo Código Sanitário, resistiam como resistiam as vidas precárias de muitas pessoas na São Luís de então.

As formas de combater doenças na cidade acabavam por tornar alvos as casas de palha da gente humilde de São Luís. Uma das práticas mais recorrentes era incendiá-las quando nelas fosse descoberto algum caso de doença de grande possibilidade de contágio. Em 1910, anos após da instituição dos dois documentos normativos, as casas de palha ainda provocavam inquietação na imprensa:

Quando foi da última epidemia de varíola, que tantas vidas ceifou nesta capital, a Inspetoria de Higiene, logo que se assentou a mudança do Hospital de Isolamento do Lira, ordenou a queima das palhoças que ficavam em frente ao Cemitério Municipal, que, como se sabe, demora junto daquele sítio.

Essa medida, perfeitamente justificável, visava evitar o contágio do mal às pessoas residentes nos aludidos casebres, uma vez que é obrigatória por ali a passagem dos carros que conduzem os doentes.

Parece, no entanto, que essas razões de utilidade pública deixaram de o ser presentemente, embora o Hospital de Isolamento continue a funcionar no mesmo lugar.

Ao que sabemos, está-se agora construindo uma casa, com coberta de palha, bem defronte do Cemitério, isto é, exatamente donde desapareceram as antigas, e não consta que o poder competente se tenha oposto a semelhante construção.

Não só em referência à saúde pública, como à estética das construções, o levantamento desse casebre representa um atentado, que urge a todo o transe evitar. Cremos que existe uma postura proibitiva das construções daquela natureza no perímetro da cidade; e ela, ainda pelos outros motivos induzidos, mais do que em qualquer outro caso, deve ser rigorosamente cumprida em relação à palhoça de que tratamos.

Aí fica o aviso a quem de direito.

## 2.2 Transporte via bondes

São Luís começou a contar com serviço de locomoção de passageiros sobre trilhos a partir do ano de 1872, sendo “a primeira capital do Império brasileiro a possuir um sistema de transporte urbano, os *tramways* ou bondes, movidos pela tração animal”<sup>177</sup>.

Entre as principais queixas sobre o serviço prestado pela empresa Ferro Carril, que percorria as vias importantes da cidade, estava o valor das passagens, proibitivo para as pessoas de menores recursos. Além disso, os atrasos, pouca mão de obra para conduzir os bondes, o estado dos veículos, descarrilamentos, acidentes recorrentes e os maus tratos aos burros que os puxavam eram motivo de reclamações constantes nos jornais da cidade<sup>178</sup>.

Deixaram-me uma dolorosa impressão as festas carnavalescas de ontem por me ter ocorrido a ideia de entrar em um bonde e ir até a praça Gonçalves Dias com a intenção de voltar logo.

---

<sup>177</sup> LEMOS, 2017, p. 12 e p. 28.

<sup>178</sup> LACROIX, 2020, p. 184-185.

Os nossos bondes... Eu não conheço, nesse gênero, numa capital nas condições da nossa, um meio de condução mais detestável.

[...]

O bonde entre nós é uma verdadeira caranguejola. Desengonçado, com os balaústres frouxos, ele obriga o cidadão que nele toma passagem a bamboar o corpo e a dar-lhe movimentos incômodos e irrisórios, para acompanhar a dança do toldo oscilante.

O bonde não tem campainha para avisar a parada, e além do incômodo que o passageiro dá, levando-o a pedir em voz alta, com esforço, a suspensão do movimento, expõe a ignorância do próximo à crítica dos outros. [...]

Raro é ver um empregado da Ferro Carril trajado decentemente. Em geral, eles estão de chinelas e mal-vestidos, oferecendo um desagradável espetáculo à contemplação das pessoas estranhas à terra, e que daqui levam para fora a fama do nosso adiantamento.

Todo o material da companhia está em lastimável estado. Observando, num destes dias, que um condutor amarrava as cortinas do veículo com pedaços de embira, dizia um velho estrangeiro que às vezes nos visitava: "Tudo muda em Maranhão; só bonde não muda...". E de fato.

Esses velhos carros que andam por aí rodando, traduzem, com admirável aproximação, o grau de iniciativa que entre nós existe.

A nossa iniciativa só conhece uma frase: Esperemos mais um pouco. A Ferro Carril está esperando. Enquanto as rodas não ficarem quadradas e a ação do tempo não apodrecer tudo, nada se mudará. A Ferro Carril é uma companhia em que predomina o espírito conservador. E conservar, para a Ferro Carril, é deixar que tudo envelheça, é não inovar e não renovar.

[...]

Os trilhos, principalmente na linha de São Pantaleão, não estão, em longos trechos, fixados ao solo por meio de dormentes, de modo que, passando sobre eles, o bonde acompanha todas as escabrosidades do terreno, aos solavancos, aos saltos, aos trambolhões. Um pobre cristão que sofrer do fígado ou dos intestinos não pode andar a bonde nesta terra.

Quanto à impressão dolorosa, de que em começo falei, diz respeito a essa vítima modesta, paciente, pensativa, macambúzia, triste – o burro da Ferro Carril.

[...] À dureza da sua sorte corresponde a impiedade dos cocheiros. Estes, quando um bonde cheio de passageiros, devido à enorme carga, para numa ladeira ou numa volta, desapontam e vingam-se no pelo dos merencórios burros.

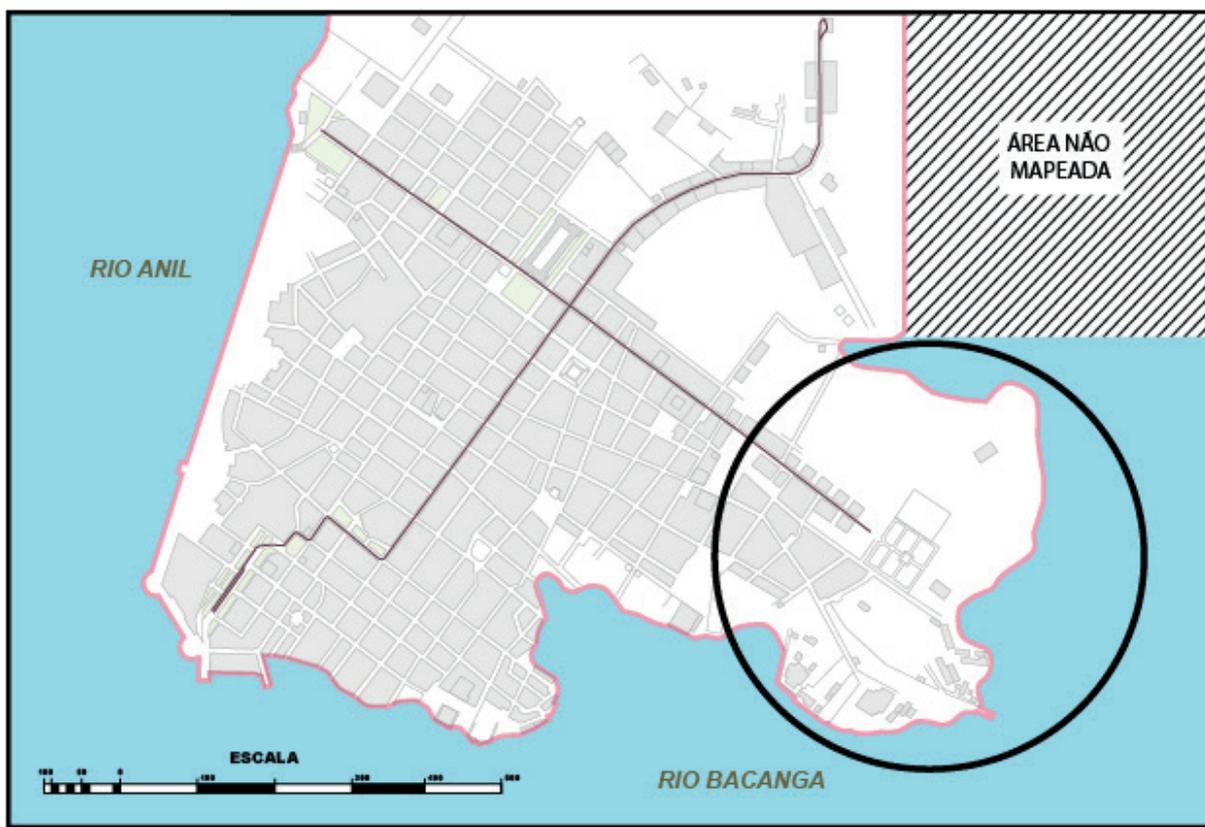
[...]

Estamos no século da eletricidade, quando as máquinas, por toda a parte, geram potenciais elevados e multiplicam o trabalho; estamos no século em que mais se fala em liberdade! Entretanto, vamos morrendo sob o peso deste infundável cansaço, escravizados à ignorância de cocheiros brutais!".

Pobres burros...

É possível concluir que os bondes foram outro vetor de ampliação da mancha habitacional na cidade. Ao promover o deslocamento de pessoas de modo mais ágil e cômodo, permitiu a ocupação de espaços próximos às margens das linhas dilatando espaço urbano e incluindo setores antes despovoados, como a região dos atuais bairros Madre Deus, Lira e Goiabal. Porém, ainda sem o volume que seria promovido pela instalação das fábricas.

**Figura 18** – Rotas dos bondes de tração animal implementados em 1872.



Fonte: Adaptado de Ferreira (1912); LACROIX, 2020a, p. 43.

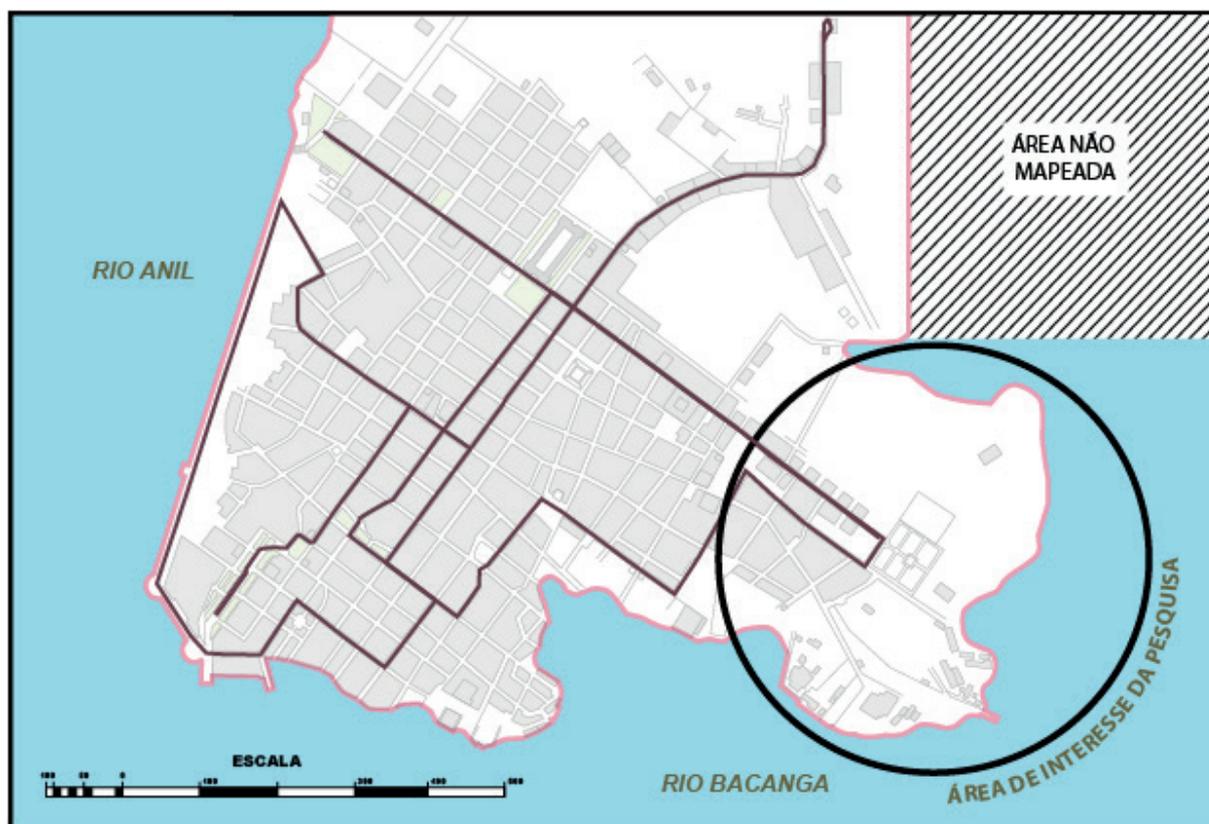
Os bondes a tração animal entrariam pelo século XX até que em 1924 foi inaugurada a rede de viação urbana utilizando os bondes elétricos. A implantação desta modalidade de locomoção para passageiros foi bem recebida pela sociedade, demarcando um passo avante rumo ao progresso projetado para a cidade por sua camada dirigente.

Ao longo do tempo de operação do sistema de bondes elétricos foram problemáticas as constantes quedas no fornecimento de energia da cidade e o valor cobrado pelas passagens. Mesmo com a ampliação das rotas, expandindo a mobilidade pelo espaço urbano com a presença marcante das fábricas, não é possível identificar os bondes elétricos como os principais meios de transporte para os operários da cidade.

Novamente, os custos para um transporte diário encareciam o custo de vida daqueles que pouco percebiam por suas jornadas diárias nas fábricas ou em outros lugares ou tipos de ocupação. A solução, para muito, foi residir nas regiões da cidade onde ainda havia terrenos disponíveis, relativamente distantes da centralidade urbana

e cercados pelos serviços urbanos que, por força de lei e por suas naturezas, não poderiam dividir espaço com a massa populacional mais densa.

Figura 19 – Linhas de bondes elétricos.



Fonte: Adaptação de Ferreira (1912) e Lemos (2017).

### 2.3 “Em nome do ‘progresso’ ergueram-se as chaminés”<sup>179</sup>

Assim como outros estados, o Maranhão viu expandir-se o ramo industrial de sua economia por meio de uma estreita ligação com um já solidificado ramo da agroexportação. O nascente setor fabril se ajustava às movimentações da agricultura e funcionava “como um dos seus prolongamentos”<sup>180</sup>. Os atos de fundação de fábricas construídas em São Luís, publicados em periódicos circulantes na cidade, arrolaram nomes de indivíduos de

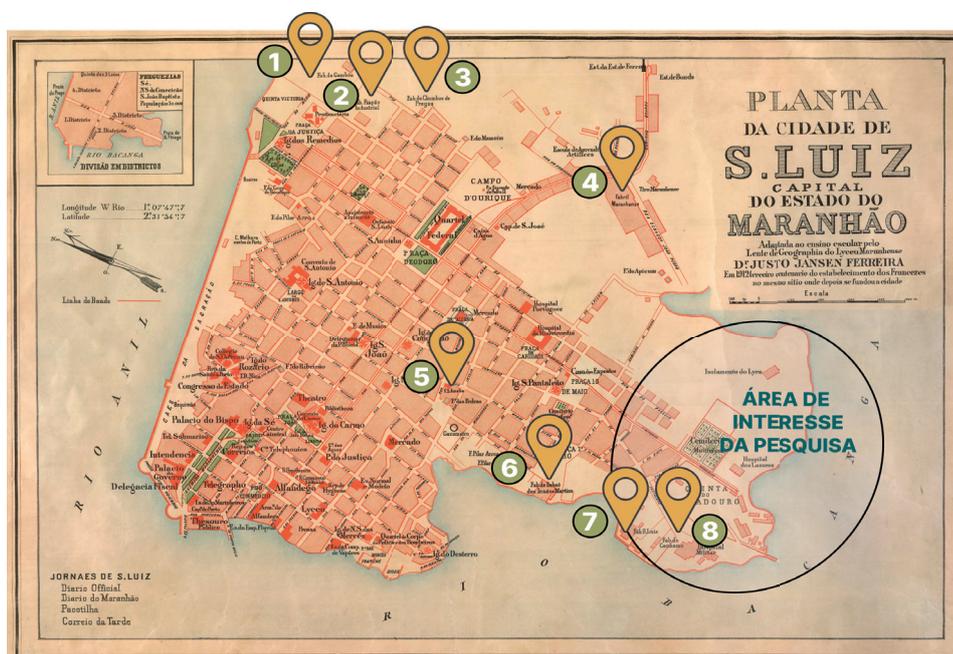
<sup>179</sup> CORRÊA, 2006, p. 17.

<sup>180</sup> Certamente, a obra de maior fôlego sobre a implementação do parque têxtil maranhense é a de CALDEIRA, José de Ribamar Chaves. **Origens da indústria no sistema agroexportador maranhense – 1875/1895**: estudo macrossociológico da instalação de um parque fabril em região do nordeste brasileiro no final do século XIX. 1988. 1 v. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

grande relevância para a produção agrícola na região que viam nas “companhias” uma oportunidade de diversificar seus investimentos, de multiplicar seus ganhos aproveitando, como sempre, uma moda que deveria ampliar os capitais disponíveis<sup>181</sup>.

O movimento de inversão de capitais com vistas a incrementar o ramo industrial no Maranhão teve suas peculiaridades: diferente das regiões ao sul do país, não houve grande fluxo migratório de origem europeia com o fim de formar uma massa de trabalhadores disponível seja para o campo, seja para a cidade; outra distinção em relação aos estados do sul se dava pelo fato de que a própria população local não era numericamente considerável – como visto na Tabela 1 – e não havia tanto capital disponível a ser revertido já que, a partir do exposto anteriormente, a lavoura algodoeira maranhense, principal fonte de recursos para a agricultura, não enfrentava, desde a década de 1860, momentos de bonança<sup>182</sup>.

**Figura 20** – Mapeamento das fábricas instaladas na região central de São Luís nos anos finais do século XIX.



Fonte: Adaptado de Ferreira (1912).

<sup>181</sup> A partir da década de 1880 é possível encontrar os atos de fundação das companhias que organizavam a venda de cotas de participação com vistas a financiar a construção e o funcionamento inicial das fábricas. Em jornais como *Diário do Maranhão* e *Pacotilha*, tais publicações são regulares.

<sup>182</sup> CALDEIRA, *op. cit.*, n.p.

Do observável na Figura 20, nota-se uma parte dos complexos fabris instalados na área de povoamento mais adensado da cidade de São Luís durante o século XIX<sup>183</sup>.

**Quadro 1** – Legenda da Figura 18, com algumas das fábricas operantes em São Luís no ano de 1912.

Nº	Fábricas
1	Fábrica Camboa
2	Fábrica Fiação Industrial
3	Fábrica de Chumbo e de Pregos
4	Fábrica Maranhense / Santa Isabel
5	Fábrica Santa Amélia
6	Fábrica de Sabão dos Irmãos Martins
7	Fábrica São Luís
8	Fábrica Cânhamo

Fonte: Adaptado de Ferreira, 1912; Caldeira, 1988.

Os anos de 1891 e 1892 ficaram conhecidos como o período da “disenteria fabriqueira”<sup>184</sup> ou da “loucura industrial”, designações irônicas utilizadas para caracterizar a massiva formação de companhias com vistas à construção de fábricas, que pretendia transformar “o Maranhão agrícola em Maranhão industrial” ou, ainda, “transformar São Luís em uma Manchester”<sup>185</sup>. O estabelecimento de uma quantidade considerável de fábricas em São Luís, valeu-se de alguns fatores favoráveis como:

<sup>183</sup> O mapa utilizado como base foi elaborado em 1912, em comemoração aos 300 anos da ocupação francesa na ilha onde posteriormente se fundou a cidade, e buscou demarcar com detalhes todos os pontos de importância presentes no centro urbano. Note-se, ainda, que não está indicada no mapa a localização de um complexo instalado em região mais afastada da cidade, à beira do rio Anil.

<sup>184</sup> PAXECO, Fran. As questões comerciais. **Pacotilha**. São Luís, p. 1-2. 07 set. 1903.

<sup>185</sup> VIVEIROS, Jerônimo de. **História do Comércio no Maranhão**. 1896-1934. V. 2. São Luís: Edição da Associação Comercial do Maranhão, 1964, p. 7.

- a. o sucesso experimentado pelas duas primeiras fábricas de tecidos do Maranhão, a Companhia Industrial Caxiense<sup>186</sup> e a Fábrica da Camboa, ambas fundadas na década de 1880;
- b. a disponibilidade de matérias-primas na própria economia local: as fábricas de tecidos de algodão faziam uso de parte da colheita para produzir itens a custo acessível ao mercado local e para exportação;
- c. a condição experimentada pela lavoura de açúcar no ano de 1891, com o aumento do preço no mercado internacional, que aumentou a arrecadação<sup>187</sup>;
- d. fazendeiros e comerciantes baseados em São Luís, associados de longa data, viram, no acúmulo de capital possibilitado pelas boas vendas, uma oportunidade de investir; os últimos, principalmente, iniciaram uma verdadeira impetuosidade transformada em proposições de companhias que visavam arrecadar fundos para serem investidos em complexos fabris;
- e. a fase positiva da agroexportação movimentou a economia como um todo, ativando em diferentes camadas sociais o ímpeto pelo consumo, agitando o mercado interno;
- f. apoio do poder público, autorizando a abertura de companhias e a prospecção de capitais, além de conceder isenções tributárias e exclusividades comerciais;
- g. relativa facilidade para aquisição de maquinário e tecnologias para a produção local. Uma aparelhagem já obsoleta na Inglaterra ficara disponível para o repasse aos países de industrialização atrasada a custo mais reduzido;
- h. disponibilidade de mão-de-obra local para o trabalho nas fábricas a custo de soldo não elevado.

---

<sup>186</sup> A Companhia Caxiense situava-se na cidade de Caxias, interior do Maranhão.

<sup>187</sup> No ano de 1891, o Maranhão produziu 57.981 sacas de algodão. Tal dado foi possível coletar em: VIVEIROS, *op. cit.*, p. 3.

Assim, foram formalizadas associações com vistas à montagem de fábricas para produzir, por exemplo: louças, vidros, papéis, tecidos de estopa, tecidos de lã, tecidos de algodão, tecidos de seda, linhas para costura, velas estearinas, perfumes, sabonetes, sapatos e fósforos. As manufaturas objetivavam suprir, principalmente, o mercado urbano<sup>188</sup>.

Segundo Caldeira (1988), o apogeu das fábricas no Maranhão deu-se nos anos iniciais de suas operações, entre 1893 e 1895; após suas inaugurações muitas solicitaram abertura de novas cotas para acionistas com o fim de arrecadar mais capitais para a ampliação de seus parques produtores e suas contabilidades em vendas mantiveram-se em taxas positivas no início. Logo em seguida, porém, as dificuldades apresentaram-se de diferentes maneiras; o próprio mercado interno – de capacidade e dimensões reduzidas – já não conseguia absorver os produtos das fábricas, concorrentes dos gêneros de primeiras necessidades que haviam subido de preço.

Mesmo os mercados externos, que costumeiramente adquiriam produtos das fábricas maranhenses, tais como Piauí, Ceará, Pará e Amazonas, não vinham realizando encomendas, fazendo com que os estoques parados tivessem de ser negociados a preços reduzidos. A concorrência formada por fabricantes de outros países, e mesmo de outras regiões do país, com preços e produtos de qualidades melhores, fazia competitivo o mercado para os empreendimentos maranhenses. As fábricas ainda enfrentavam o aumento no preço de alguns insumos. No ano de 1893, o algodão e o combustível para as fábricas – lenha de mangue – passaram por acréscimos em seus custos.

Outro fator era a concorrência por trabalhadores. Fábricas faziam propostas para contar com o serviço de funcionários gabaritados de outras fábricas, o que embaraçava a produção quando tais acordos eram selados. A infraestrutura da cidade, com linhas de bondes a custos impraticáveis para o humilde assalariado, favorecia alguns desses arranjos quando o operário observava vantagem em reduzir

---

<sup>188</sup> CALDEIRA, *op. cit.*, n.p.

seu deslocamento diário ou vislumbrava oportunidade de aquisição de moradia em terrenos próximos das fábricas, algo que aconteceu com frequência e conformou, como já afirmou-se neste trabalho. Mais sobre a moradia dos operários, ponto fundamental deste trabalho será tratado no capítulo final seguinte a este.

O caráter subordinado a que estava submetido a indústria maranhense ao setor agroexportador fez com que aquela não se desenvolvesse de modo pleno, a ponto de introduzir novas tecnologias ao próprio campo produtos de matérias-primas; ademais, não foi capaz de atrair grande contingente de pessoas para as áreas em que se estabeleceram, mantendo-se as áreas rurais como maiores concentradoras da população do Maranhão.

A “subordinação ao mercado externo” também foi fator relevante para que o ramo fabril não obtivesse estabelecimento ainda mais decisivo na sociedade. Operando a partir de preços oscilantes, foi difícil aos gestores das fábricas manter taxas de lucro consideráveis a ponto de fazer sustentáveis seus empreendimentos. Algumas fábricas encerraram suas operações em anos imediatamente próximos e outras, como as têxteis, ainda funcionavam até as décadas de 1950 e 1960. Caldeira afirma, categoricamente que

[...] não havia, portanto, estímulo econômico suficiente para alicerçar a implantação de outro tipo de produção, essencialmente urbano, que alguns empreendedores, levados pela miragem da modernidade europeia, desejavam implantar.<sup>189</sup>

Para este trabalho, a importância das fábricas se faz pela alteração da dinâmica urbana que elas desencadearam, marcadamente, nos anos iniciais de suas operações na cidade de São Luís. Como visto na Figura 18, grande parte delas (destaque para as têxteis) instalou-se nas regiões periféricas da cidade, margeando rios que facilitaram o transporte de cargas e pessoas; nos terrenos imediatamente próximos, o que se viu foi o fervilhar de edificação de moradias humildes nas quais habitavam operários e suas famílias, além de muitas outras pessoas da camada empobrecida da sociedade

---

<sup>189</sup> CALDEIRA, *op. cit.*, n.p.

ludovicense que viam naqueles ajuntamentos a possibilidade de conseguirem, para si, um pedaço do chão da cidade a que tinham direito.

Informações importantes a serem aqui consideradas é a quantidade de operários que algumas das fábricas do ramo têxteis montadas em São Luís dispunham em suas linhas de produção. Conforme o trabalho de Caldeira, é possível montar a tabela seguinte:

**Tabela 2** – Fábrica e quantitativo de operários no ano de 1895.

<b>Fábrica</b>	<b>Quantidade de operários em 1895</b>
Camboa	496
Companhia Progresso	193
Rio Anil	286
Santa Isabel	589
Cânhamo	208
Fiação e Tecelagem	49
Industrial Maranhense	53
Lanifícios	46
<b>TOTAL</b>	<b>1920</b>

Fonte: Caldeira, 1988, Apêndice 7.

Note-se, a partir da Figura 18, que duas fábricas – São Luís (8) e Cânhamo (9) – instalaram-se na região da cidade posta em destaque neste estudo, dando base para que ficasse conhecida como um bairro operário. É possível creditar, para além destas duas fábricas, grande influência na formação do espaço de estudo, hoje consolidado por bairros, das fábricas Santa Amélia (5), Irmãos Martins (7) e Fabril Maranhense/ Santa Isabel (4).

Percebe-se, também na Figura 18, o arruamento da cidade mais antiga, que foi considerado pelo geógrafo Justo Jansen para demonstrar a urbanização da cidade; porém, ainda não é possível observar – pois não representados – os caminhos e formas que, acredito, já estavam em vias de conformação. Por sua característica de “anormal”, pois infringiu as normas previstas no Código de Posturas instituído em 1893, o espaço produzido pelos operários, marginalizado, parece ter passado por

silenciamento, ou negação, ante uma data de celebração e orgulho – tricentenário do estabelecimento da ocupação francesa que impulsionou a fundação portuguesa da cidade – e este é um argumento que este trabalho buscará sustentar em seu desenvolvimento.

#### **2.4 Nos “confins da cidade”<sup>190</sup>, alguns serviços indesejados no perímetro urbano**

Era prática das administrações municipais de séculos passados instalar em zonas pouco habitadas, nos limites estabelecidos dos centros urbanos, alguns serviços públicos como hospitais, serviços terapêuticos para doenças infectocontagiosas, indústrias ou outros serviços que potencialmente poriam em risco a salubridade das áreas mais densamente povoadas. Em São Luís, portanto, não foi diferente:

##### **a) Hospital Militar**

Atual hospital Tarquínio Lopes Filho – ou Hospital Geral –, é considerado pela historiografia local como a segunda casa de saúde a funcionar na cidade de São Luís<sup>191</sup>. Iniciou suas atividades como lugar para atendimento e recuperação de militares.

Sua edificação original data do século XVIII e foi conhecido como Casa dos Exercícios e Recreação Religiosa ou Casa da Madre de Deus. Chegou a abrigar a sede do Governo, enquanto reformas eram empreendidas no prédio oficial. Sua arquitetura atual data da primeira metade do século XIX e sediou o Serviço de Profilaxia Rural até ser organizado de maneira mais eficiente no início do século XX<sup>192</sup>.

Sua localização original, no bairro da Madre de Deus<sup>193</sup>, às margens do rio Bacanga, foi a ideal desde sempre já que afastada da área mais povoada, até que a ocupação do seu entorno por diferentes serviços urbanos começou a tornar a área

---

<sup>190</sup> Pacotilha, 06/05/1910, p. 1.

<sup>191</sup> LACROIX, 2020, p. 111-115.

<sup>192</sup> LACROIX, 2020, p. 111-115.

<sup>193</sup> Pacotilha, 23/05/1890, p. 3.

ainda mais insalubre. Em sua proximidade, instalaram-se, por exemplo, a fábrica Cãnhamo, em 1891<sup>194</sup>; o cemitério do Gavião, em 1855<sup>195</sup>; e diversas residências de operários das fábricas e outros trabalhadores da cidade que foram ocupando gradativamente aquela região.

O Código de Posturas (1893) pouco legislou sobre a instalação ideal de hospitais no espaço da cidade, normatizando, apenas, a proibição do estabelecimento de casas de saúde sem a anuência da Intendência Municipal. Já o Código Sanitário (1904) traz, por exemplo, a indicação do dever de localizar hospitais em ponto distanciado de asilos, escolas, cemitérios, hospícios, quartéis, fábricas e prisões; não deveriam, ainda, estar aproximados de aglomerações urbanas e, se assim não pudessem ficar, que estivessem isolados das casas mais próximas; a direção dos ventos também era fator de escolha do local onde ser edificado um hospital para que as correntes não interferissem no seu ambiente interno<sup>196</sup>.

Durante a epidemia de peste, que assolou a cidade entre os anos de 1903 e 1904, o Hospital Militar serviu como centro de acolhimento e isolamento aos acometidos pela doença. A comissão capitaneada pelo médico Victor Godinho optou por este prédio por sua localização e condições estruturais. Em 1904 a imprensa noticia:

#### **O novo hospital**

Trouxemos boa impressão da visita que hoje pela manhã fizemos ao antigo Hospital Militar, presentemente transformado em hospital de pestosos.

Esse velho edifício, que foi construído em 1847, na presidência Franco de Sá, contém, não há [como] negá-lo, as melhores condições para a instalação de um hospital.

Soberbamente ventilados, todos os seus amplos compartimentos são banhados de muita luz.

Nas salas maiores foram instaladas as duas grandes enfermarias para os pestosos que são tratados às expensas do Governo. Uma é destinada a homens e outra a mulheres, comportando, cada uma, 30 doentes.

Além destas enfermarias, há duas “de classe”, em que serão tratadas as pessoas de ambos os sexos mediante a retribuição de 10\$000 diários.

---

<sup>194</sup> A Cãnhamo começou a ser edificada no mês de julho do ano de 1891 e foi concluída em dezembro do ano seguinte, 1892. [NEVES, 2019, p. IX-X.]

<sup>195</sup> MEIRELLES, 2012, p. 206-212.

<sup>196</sup> MARANHÃO, 1904, p. 30-39.

Há, ainda, três quartos, com três camas cada um, também destinados a tratamento remunerado. [...] <sup>197</sup>

Meses depois, no mesmo hospital seria celebrada uma missa em celebração à extinção da peste:

#### **Atos religiosos**

Os empregados e operários da Fábrica de Cânhamo mandam rezar uma missa, em ação de graças a São Sebastião, no dia 13 do corrente, às 8 1/2 horas da manhã, na capela do Hospital Militar, em regozijo pela extinção da peste bubônica nesta capital.

[...]

Necessário se faz o destaque a outro dado sobre a epidemia de peste. Em um primeiro momento, buscou-se isolar os acometidos pela peste na região do bairro dos Remédios (ver Figura 9), na outra ponta da cidade. Ali foram notados ratos mortos após a chegada de uma embarcação vinda do Rio de Janeiro e, logo após, as primeiras pessoas adoecidas; a intenção era manter o mal apenas naquela área, para que não se espalhasse por toda a cidade. Contudo, com brevidade, a peste tomou conta de todo o perímetro urbano, como é possível notar na Figura 15, e o efetivo controle só se deu com a intervenção de equipe mais bem preparada e com os recursos necessários vinda de São Paulo.

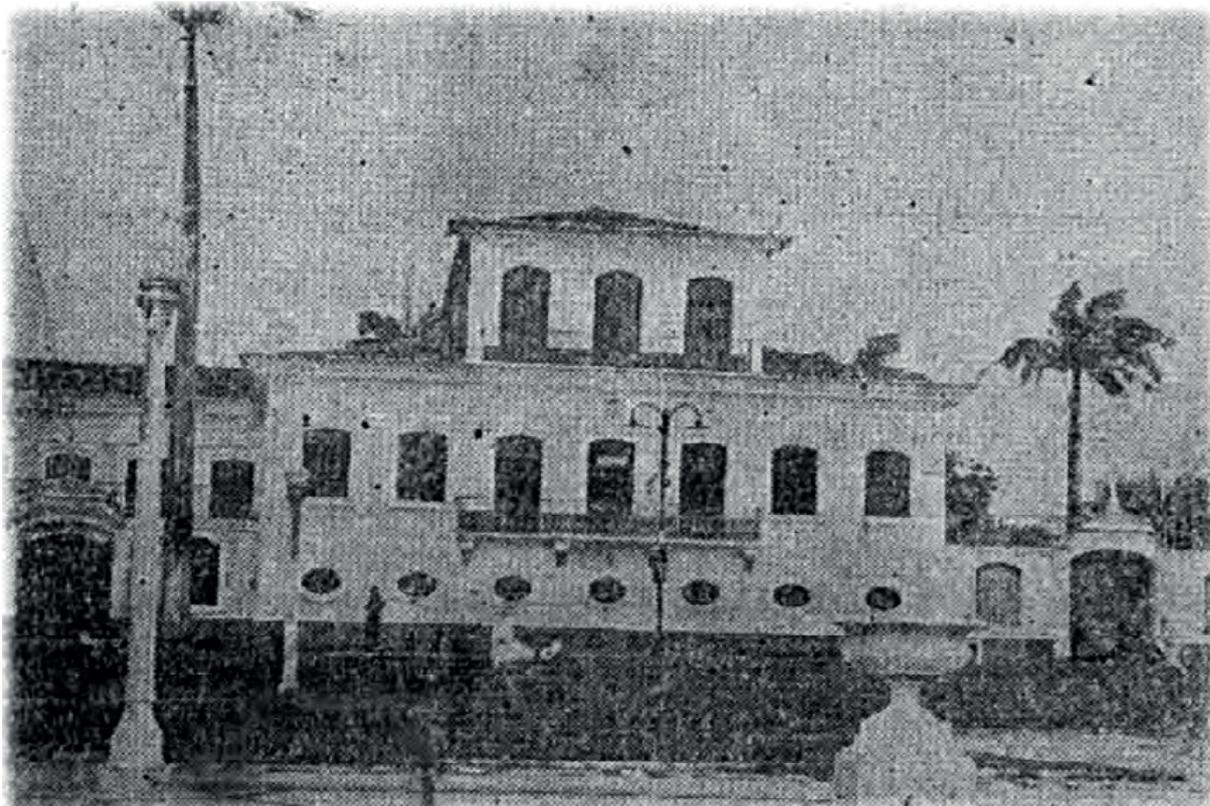
Não é possível afirmar categoricamente se o bairro dos Remédios era habitado por pessoas de maiores posses. Todavia, personalidades como o engenheiro Palmério Cantanhede possuíam imóveis na região e frequentavam a igreja localizada junto à praça Gonçalves Dias.

Um sinal contundente, porém, de que a área era reduto de abastados é a presença ali do palácio Cristo Rei, edificado em 1838, e que era propriedade do comendador José Joaquim Teixeira Vieira Belfort.

---

<sup>197</sup> Pacotilha, 01/03/1904, p. 1.

**Figura 21** – Vista da fachada do palácio Cristo Rei.



Fonte: Oliveira, 2023, p. 43.

Isto posto, a transferência dos acometidos pela peste para a outra extremidade do perímetro urbano pode ser pensada, ainda, como uma maneira de afastar a peste bubônica das classes ricas e transferi-las para outra zona que, mesmo que não densamente povoada nos primeiros anos do século XX, era aproximada de onde já estavam sendo edificadas as habitações da classe pobre da cidade. No bairro da Madre de Deus transitavam, também, operários da fábrica Cânhamo, além de trabalhadores do Matadouro Público.

Tratar áreas afastadas da cidade como ideais para o isolamento geográfico de males potencialmente perigosos para a coletividade parecia ser uma medida drástica e comum ao mesmo tempo, já que defendida na imprensa, por exemplo.

Assim como as próprias habitações da gente pobre, que preferivelmente deveriam estar localizadas às margens da zona mais populosa do centro urbanizado

– já que seus hábitos não condiziam com o que se esperava de uma cidade, pois “primitivos” –, o pobre adoecido deveria ser isolado e incineradas as suas posses:

O ano de 1901 trouxe consigo os perigos da varíola. Em nota sobre um caso no interior da ilha onde se localiza a cidade de São Luís, a imprensa não hesita em indicar a manutenção da doença ali e que não trouxessem para a cidade paciente para tratamento:

### **Varíola**

Há um caso de varíola numa casa que fica a alguma distância da estrada que vai para o lugar conhecido por Maioba.

É uma mulher a pessoa que se acha atacada pela varíola.

A moléstia já está no período da seca.

Ouvimos que a repartição de higiene pretende transportar a doente para o hospital do Bonfim.

Dada, porém, a distância em que ela se acha e a circunstância de estar a casa em que reside completamente isolada, no fim de uma picada que parte da estrada da Maiobinha, não seria melhor manter o isolamento da habitação, impedindo a comunicação das pessoas que nela permanecem, com outras, sem que antes se desinfectassem?

Parece-nos isto mais fácil e mesmo mais humano, atendendo-se à estação invernososa que começou.

Acabado o período da seca da moléstia e realizada a desinfecção da pessoa que ali está atacada da varíola, a incineração do casebre poria termo às medidas necessárias.

Dizem-nos que há na casa algumas crianças. Se assim é, o afastamento dos menores, desde já, é uma necessidade.<sup>198</sup>

Em 1911, quando novamente vigorava a varíola na cidade, foi denunciado um “casebre”, vizinho ao Cemitério Municipal, em que habitavam alguns acometidos pela doença. Logo se ventilou a possibilidade da remoção dos adoecidos dali e de incineração do imóvel; executada a queima da casa de palha, a intenção da Repartição de Higiene era manter ali concentrada a doença, isolada por seu distanciamento e pela contenção dos acometidos antes que vagassem pelas ruas:

A queima do casebre do Cemitério já de há muito tempo estava assentada pela Repartição de Higiene, esperando que saísse o último habitante dele, tal como praticou em idênticas circunstâncias no Cutim do Padre.

Ora, não convinha levá-la a efeito imediatamente porque os indivíduos restantes se dispersariam no centro da cidade, levando em seu seio o germe da moléstia, o que acarretaria grave prejuízo, vindo contaminar novas zonas,

---

<sup>198</sup> Pacotilha, 07/01/1901, p. 2.

ao passo que ali, em local conhecido e vigiado se iria retirando à medida e ao furo que fossem sendo insultados pelo morbo.<sup>199</sup>

**Figura 22** – Vista externa do Hospital Militar.



Fonte: Cunha, 1908.

#### b) Hospital de Isolamento (do Lira)

Os hospitais de isolamento funcionavam como medida profilática ao manter afastados da aglomeração urbana os indivíduos acometidos por doenças infectocontagiosas. Para além da medida sanitária, há, também, a medida social ao prevenir que o mal alcance as classes dirigentes.

A concepção de isolamento foi difundida no Brasil pela obra clássica do médico Napoleão Chernoviz, na qual assim se define:

**Isolamento.** Separação dos doentes acometidos de afecções contagiosas daqueles cujas afecções não são transmissíveis. O isolamento é indispensável para todos os doentes acometidos de sarampos, varíola, escarlatina, difteria, tifo, cólera, febre amarela, erisipela, febre puerperal etc. Evitar o menor

<sup>199</sup> Diário do Maranhão, 06/09/1911, p. 2.

contato entre esses doentes e os indivíduos são é uma necessidade que deveria ser reconhecida de todos [...] <sup>200</sup>

Historicamente, males que assaltam centros urbanos atingem com mais ênfase e mortalidade as camadas subalternas, já que mais expostas a riscos oriundos de ausência de saneamento na área em que habitam e do atendimento na rede pública de saúde.

O controle do trânsito de doentes na cidade é uma medida estabelecida, desde há muito, para conter o avanço da infecção sobre toda a coletividade, mas deve-se refletir, sem dúvidas, sobre as exclusões e negligências que relegam grupos sociais a ocuparem espaços da cidade impróprios para habitação. Grupos sociais estes que, muitas vezes, são vistos como os agentes causadores do espraiamento de moléstia por seus hábitos, comportamentos e atuações no espaço urbano.

A eleição da área do bairro da Madre de Deus como sede dos serviços públicos a serem mantidos fora da zona mais urbanizada tais como hospitais, curtumes, matadouro e fábricas, fazendo-se daquela região uma espécie de cordão de isolamento suburbano, deu-se, em primeiro momento por sua localização, ao extremo sul do perímetro urbano de São Luís. Circunscrevia-se, portanto, uma área de despejos, mesmo que úteis, mas que não deveriam coabitar junto à coletividade.

Uma mostra da distinção institucionalizada do tratamento a partir dos estratos sociais e suas capacidades financeiras era o que recomendava a Lei nº 358, de 1904, no que diz respeito aos chamados “doentes de classe”. Segue a letra da lei:

Art. 128. Nos hospitais de isolamento haverá pavilhões ou quartos particulares para o tratamento dos doentes de classe, devendo os responsáveis por esses doentes pagar a diária estipulada pelo regulamento interno do estabelecimento.

Art. 129. O doente de classe poderá ser acompanhado por pessoa de sua família que queira seguir o tratamento no hospital, desde que pague também a mesma diária que o doente e se submeta ao regulamento interno do estabelecimento.

Art. 130. É facultado ao doente de classe ser tratado por médico de sua confiança e exigir que seja o receituário aviado na farmácia que lhe aprovar, observado sempre o regulamento interno e correndo as despesas por sua conta. <sup>201</sup>

---

<sup>200</sup> CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. **Diccionario de medicina popular e das sciencias acessórias para uso das famílias contendo a descrição das causas, symptomas e tratamento das molestias; as plantas medicinais e as alimentícias; as aguas minerais do Brazil, de Portugal e de outros paizes. E muitos conhecimentos uteis.** V. 2. Pariz: A. Roger & F. Chernoviz, 1890, p. 247.

<sup>201</sup> MARANHÃO, 1904, p. 153.

Mantido pela Santa Casa de Misericórdia, não foi possível precisar as datas de construção e inauguração do Hospital de Isolamento; entretanto, em 1908, já era possível encontrar notas no obituário do periódico Diário do Maranhão informando o falecimento, por “varíola confluyente sceptimica”, de “Patricio Casimiro Gomes, 28 anos”, internado no Isolamento<sup>202</sup>.

Destaque-se que muitos isolamentos de adoecidos nos locais indicados para tal, ocorriam de modo compulsório, já que por determinação do Código de Posturas, em seu artigo 75, a notificação de contaminados por males contagiosos junto à Intendência era tarefa obrigatória daqueles que com eles residiam<sup>203</sup>. Tampouco era permitido receber em casa localizada no perímetro urbano pessoa que afetadas por doença infectocontagiosa, segundo o artigo 76; a permissão para que se tratasse doentes dessa natureza em domicílio era dada apenas se não houvesse hospitais ou instalações de igual valor para este fim destinadas ou se a casa estivesse situada nos subúrbios da cidade<sup>204</sup>.

Aqueles afetados por mal infectocontagioso eram apontados, em muitos casos, por membros da vizinhança, o que gerava algum preconceito e segregação prévios antes da ida aos hospitais para este fim determinados. Outrossim, pelo que se nota em diversas edições de jornais publicados à época, os isolamentos não eram certeza alguma de cura do mal que afetava cidade; de modo oposto, pela leitura atenta às listagens de óbitos ocorridos nestes hospitais, é de se concluir que o isolamento era, para muitos, um ato, também, de despedida, o que certamente desmotivava o acionamento dos agentes públicos quando um familiar coabitante era acometido por doença grave e transmissível.

Ao longo do tempo, e de acordo com o surto que atingia a cidade, o Hospital de Isolamento, localizado na quinta do Lira (ver Figura 22), recebeu, tratou e viu

---

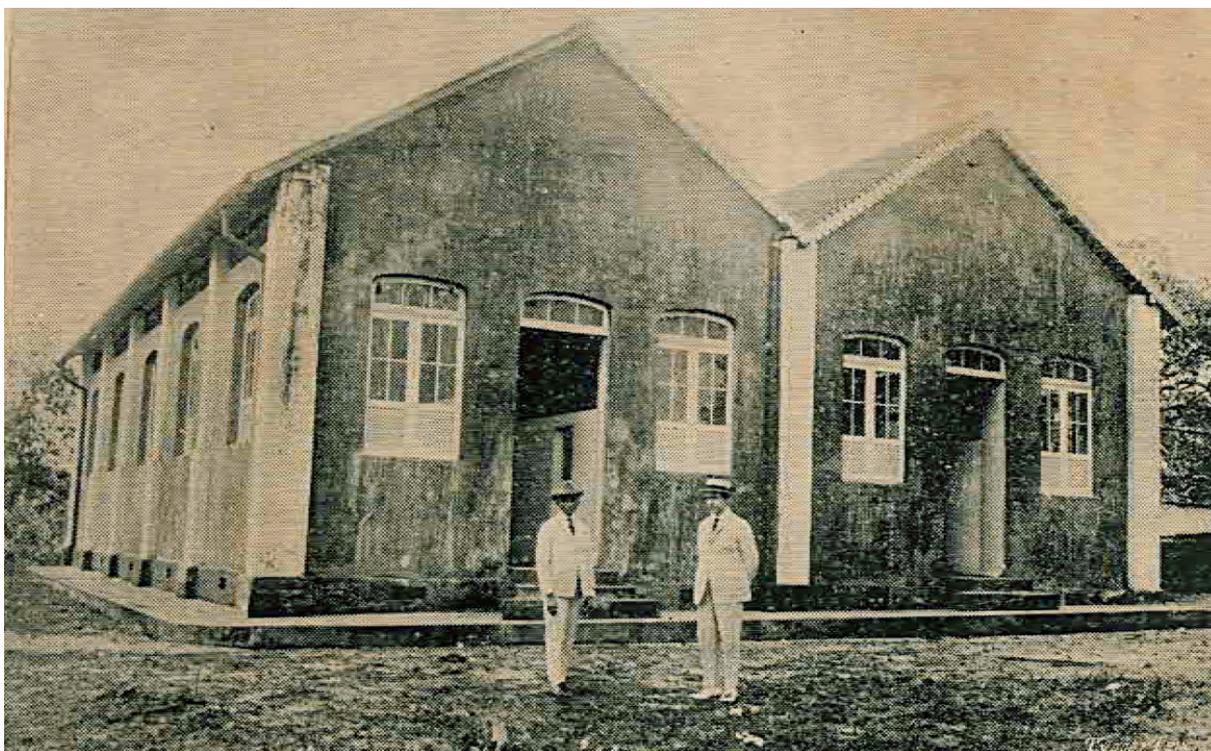
<sup>202</sup> Diário do Maranhão, 10/08/1908, p. 2.

<sup>203</sup> SÃO LUÍS, 1893, p. 48-49.

<sup>204</sup> SÃO LUÍS, 1893, p. 49.

falecerem distintos pacientes acometidos de doenças como a varíola, peste bubônica, tuberculose e hanseníase (lepra).

**Figura 23** – Vista do Hospital de Isolamento em 1923.



Fonte: Brasil, 1925, p. 17.

### c) Leprosário do Gavião (Hospital dos Lázaros)

Se o Brasil era um “imenso hospital”, como afirmou o médico Miguel Pereira em famoso discurso proferido em 1916<sup>205</sup>, a área da Madre de Deus e sua vizinhança representavam considerável área da cidade destinada ao isolamento para acometidos de males graves.

Isto posto, outro dispositivo público para isolamento de afetados por doença infectocontagiosa, que completava uma espécie de complexo sanitário instalado naquela região, era o Leprosário (ou Lazareto) do Gavião, que foi instalado nos fundos

---

<sup>205</sup> SÁ, Dominichi Miranda de. A voz do Brasil: Miguel Pereira e o discurso sobre o “imenso hospital”. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v.16, supl.1, jul. 2009, p.333-348. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/jhCVgqYXYJyF85D4FZJJp6P/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 12/02/2024.

do Cemitério Municipal. Mórbida localização vizinha, situando-se no extremo da cidade, às margens do rio Bacanga, se justificava tanto pelos perigos que representava ao aglomerado urbano ante a elevada mortalidade provocada pela doença quanto pela comoção que causavam os acometidos pelo mal: “o ir e vir dos doentes pelas ruas e praças nauseavam os são e maculavam a imagem da cidade, tão preservada pelos poderosos”<sup>206</sup>. Em 1926, a cidade contabilizou 680 doentes num universo populacional urbano que se contabilizava entre 50 mil e 60 mil pessoas<sup>207</sup>.

Mantido pela Irmandade da Misericórdia, começou a operar em 1870, ainda durante o regime imperial<sup>208</sup>. Funcionando, também, como hospital de isolamento, careceu da estrutura devida para o tratamento dos adoecidos, condenando muito dos seus internos e, aos que resistiam, restavam fugas e o pedido de auxílio pelas ruas da cidade, o que causava pavor na opinião pública<sup>209</sup>.

Ao poder público restava somente planejar novas instalações de um leprosário funcional e ainda mais distanciado do perímetro mais povoado, já que, aos poucos, ia-se formando a ocupação do seu entorno pelas habitações do operariado da cidade. Aos acometidos pela doença isolados no Leprosário do Gavião, restou edificarem as próprias moradas:

[...] Eram casebres miseráveis, de paredes de taipa ou de palha, cobertos com este material e com folhas de Flandres ou de zinco. Não havia medicamentos com suficiência nem assistência médica constante. Além de tudo, os leprosos não eram convenientemente alimentados, o que mais lhe agravava a moléstia e aumentava a infelicidade de serem doentes incuráveis.<sup>210</sup>

O trecho acima, veiculado em edição de *O Imparcial* que constrói um histórico do isolamento até sua mudança para outra localidade, ainda traz importante

---

<sup>206</sup> Lacroix, 2015, p. 93.

<sup>207</sup> Lacroix, 2015, p. 93. [Esta informação não parece precisa ante o que fala Paulo Ramos em relatório de 1937 quando alega que a partir de 1932 o recenseamento de leprosos não foi feito a contento.]

<sup>208</sup> *O Imparcial*, 25/12/1945, p. 6.

<sup>209</sup> *O Imparcial*, 25/12/1945, p. 6.

<sup>210</sup> *O Imparcial*, 25/12/1945, p. 6.

informação sobre a visita que o então presidente Getúlio Vargas fez ao Maranhão e, especificamente, de sua ida ao Leprosário do Gavião:

### **Uma visita e suas consequências**

Quando o senhor Getúlio Vargas, na qualidade de presidente da República, esteve, há alguns anos, no Maranhão, foi convidado a fazer uma visita ao Leprosário do Gavião. O convite foi aceito e a visita marcada.

[...]

O doutor Achiles Lisboa, conhecido leprólogo conterrâneo, preparou a recepção ao chefe do Governo. Ensinou aos doentes a letra e música de um hino próprio para a ocasião, a fim de que o mesmo fosse entoado por todos no momento em que chegasse ao leprosário a comitiva.

Assim, quando o senhor Getúlio Vargas penetrou no Leprosário do Gavião, assistiu a um espetáculo horrível.

Debaixo de uma árvore existente em frente ao pavilhão do hospital estavam os doentes, exceto os que já nos leitos de enfermaria aguardavam o momento de morrer. Foi uma cena verdadeiramente tocante. Aquele grupo de gente mutilada cantava um hino em presença do presidente da República, mostrando a situação em que viviam os leprosos do Gavião. Visivelmente impressionado, o senhor Getúlio Vargas presenciou o quadro. Todos os presentes mostravam-se grandemente admirados diante daquele espetáculo horrendo.

Quando os doentes acabaram de cantar o hino, o chefe do Governo foi convidado a ver o resto, isto é, penetrar no pavilhão da enfermaria. [...]

Ali estavam os leprosos "in extremis". Sem pronunciar uma palavra sequer, o então presidente da República percorreu a enfermaria. Parava diante de cada leito e observava os doentes. Era gente que se acabava naquele ambiente asfixiante, onde predominava a miséria, notando-se em cada coisa a marca da falta de limpeza, pois os minguados recursos da Santa Casa não permitiam um tratamento melhor nem davam margens a que se trouxesse o hospital com o devido asseio.

[...]

Pouco depois da visita que o senhor Getúlio Vargas fez ao norte do país, quando esteve em nosso Estado, começou a intensificar-se em todo o Brasil a campana contra a Lepra.<sup>211</sup>

Em relatório datado do ano de 1937, o governador Paulo Ramos emite a seguinte informação sobre o Leprosário do Gavião:

### **O mal de Hansen**

O leprosário do Gavião, situado por detrás do Cemitério Municipal, vem abrigando em pequenos casebres, sem conforto e sem higiene, os leprosos que ali se reúnem em número de 110.

Para ali o Inspetor vinha encaminhando os doentes, depois de conveniente exame, e após o haver fichado no ambulatório. Este vem funcionando três vezes por semana.

[...]

---

<sup>211</sup> O Imparcial, 25/12/1945, p. 6.

O serviço de recenseamento dos leprosos é uma função atribuída ao dispensário e foi levado a efeito sistematicamente em 1932. Em vista, porém, das sucessivas substituições nos médicos encarregados desse serviço, não ficou completo o recenseamento que se iniciara em 1932. [...]

O asilo dos nossos lázaros foi muitos anos descurado entre nós. Verdade é que, para construí-lo, o Estado, ou não estava aparelhado pela falta de recursos pecuniários em que se debatia, ou outros problemas atraíam a atenção dos dirigentes.

Ultimamente, porém, continuando insolvido o problema, conseguiram os maranhenses que a atenção do benemérito presidente Getúlio Vargas se fixasse na hedionda morada do Gavião, para que da impressão dolorosa dos quadros de penúria que ali se desdobram, surgisse, afinal, a instalação de um autêntico leprosário.<sup>212</sup>

O estado crítico do leprosário do Gavião era afetado, ainda, pelas intempéries, como noticia *O Imparcial*, em 1937:

#### **Prejuízos causados pelas chuvas torrenciais de ontem**

Com as torrenciais chuvas que desabaram, durante todo o dia de ontem, nesta capital, vários subúrbios sofreram consideráveis prejuízos com as inundações provenientes do aguaceiro.

No Caminho da Boiada, as águas invadiram casas, pondo ao relento numerosas famílias pobres e carregando objetos pertencentes às mesmas. No Leprosário do Gavião, a maioria dos casebres em verdadeiro estado de ruínas foi abaixo, ficando grande quantidade de infelizes hanseanos expostos à chuva.<sup>213</sup>

Sua estrutura precária era a motivação para as constantes fugas de internos que, voltando a circular pela cidade, tornavam-se personagens de notas com tons drásticos nos periódicos:

#### **Um apelo às autoridades**

No desempenho de nossa colaboração com as excelentíssimas autoridades, chamamos a atenção destas para um fato que importa em sério perigo para a população.

Trata-se de dois infelizes conterrâneos, vítimas da lepra e da tuberculose. O primeiro, ao que nos informaram, evadiu-se do Leprosário do Gavião, passando a residir no Codozinho, onde trabalha pela profissão de sapateiro, vendendo, diariamente, calçados no perímetro urbano da cidade.<sup>214</sup>

---

<sup>212</sup> Pacotilha, 14/09/1937, p. 12.

<sup>213</sup> O Imparcial, 25/09/1937, p. 4.

<sup>214</sup> Pacotilha, 25/09/1936, p. 2.

Sua estadia na região de interesse desta pesquisa foi encerrada em outubro de 1937 quando deslocada, após inauguração da Colônia do Bonfim – ainda mais afastada do centro urbanizado agora dilatado pelos subúrbios operários –, para onde todos os doentes foram transferidos<sup>215</sup> <sup>216</sup>. O destino dos casebres, em ruínas, teria sido a incineração<sup>217</sup>, mas, ainda em 1938, havia acometidos de hanseníase no antigo isolamento que não conseguiram entrar na Colônia do Bonfim<sup>218</sup> e que, por necessidade da fome, vagueavam pela cidade a pedir auxílio<sup>219</sup>.

Até 1944 a área onde se localizava o Leprosário do Gavião ainda não havia sido ocupada, diferente do que é possível notar na cidade presentemente (ver Figura 23). Naquele ano, apesar da tentativa de se construírem casas para “pessoas de condição humilde” no antigo terreno onde se localizava o isolamento para acometidos por hanseníase, um embargo imposto pela Prefeitura impediu as edificações<sup>220</sup>. O lugar não era bem-visto pela opinião pública, o que deve ter afastado iniciativas de ocupação. Em publicação de página inteira do ano de 1945, *O Imparcial* traz as seguintes informações sobre o atual estado do lugar:

Está em ruínas. Há no local apenas algumas grossas paredes de alvenaria indicando que já houve casas. Era ali o antigo Leprosário do Gavião. Lugar triste e abandonado, condenado para sempre. Foi habitação de lázaros há alguns anos. Ninguém se sente bem lá. Paira sobre o lugar a melancolia de antros sinistros. A impressão de quem permanece ali por momentos é a de que milhões de bacilos de Hansen que, perderam, há tempos, as condições favoráveis de cultura, aguardam as vítimas para os seus banquetes, transformando corpos sadios e cheios de vida em trapos humanos repugnantes, em leprosos.

Completa o triste quadro a presença do Cemitério Municipal. O antigo leprosário ficava exatamente por trás dos muros do cemitério. Eram duas cidades parecidas e vizinhas: a cidade dos mortos e dos semimortos. [...] Velhas paredes enegrecidas pelo tempo, cobertas de trepadeiras e de

---

<sup>215</sup> Lacroix, 2015, p. 107-161.

<sup>216</sup> *O Imparcial*, 16/10/1937, p. 1.

<sup>217</sup> *O Imparcial*, 23/10/1937, p. 1.

<sup>218</sup> *O Imparcial*, 19/03/1938, p. 1.

<sup>219</sup> *O Imparcial*, 25/03/1938, p. 1.

<sup>220</sup> *O Imparcial*, 07/05/1944, p. 1.

tristezas, falam às pessoas que passam por perto de um recanto, onde viviam isolados de tudo e de todos, homens, mulheres e crianças [...].<sup>221</sup>

O destino do lugar, segundo *O Imparcial*, era tornar-se o novo depósito para o lixo da cidade, localizado em área então pouco conveniente, pois central e aproximada à Usina de Pasteurização do Leite. Alertava ainda o jornal que a utilização do terreno do antigo isolamento para acometidos pela hanseníase para sediar novo lixão da cidade beneficiava-se de sua localização, no extremo sul, por trás do Cemitério Municipal e às margens do rio Bacanga, além de prevenir futuras ocupações por parte de pessoas afetadas pela “carência de terrenos” que havia na cidade. Lembra a mesma matéria que em local que antes abrigava um leprosário existia, agora, um conjunto de casas que ficou conhecido pelo nome “Palhoça”<sup>222</sup>.

#### d) Matadouro Público

Inaugurado em meados do século XIX<sup>223</sup>, o Matadouro era o aparelho público municipal responsável por receber, abrigar, fiscalizar e realizar, de modo exclusivo<sup>224</sup>, o abate do gado a ser consumido na cidade de São Luís. Em suas instalações deveria ser realizado um abate controlado e inspecionado por autoridade médica para garantir que a carne a ser comercializada fosse de qualidade; o gado ali armazenado deveria receber tratamento que não o maltratasse e que assegurasse sua permanência em seus limites, fazendo do serviço o mais eficiente e higiênico. Sua localização, às margens do rio Bacanga e fora do perímetro urbano designado pelo Código de Posturas (ver Figura 9), garantia tanto a distância segura da área mais habitada – necessária para a execução de uma atividade como o abate de animais para consumo

---

<sup>221</sup> *O Imparcial*, 25/12/1945, p. 6.

<sup>222</sup> *O Imparcial*, 25/12/1945, p. 6.

<sup>223</sup> MARQUES, C. **Dicionário Histórico e Geográfico da Província do Maranhão**. Maranhão: Typ. do Frias, 1870, p. 379.

<sup>224</sup> Código de Posturas: Art. 9º. Fora do Matadouro Público ninguém poderá matar ou esquartejar reses sem licença da Intendência. Ao infrator se imporá multa de 20\$000 réis. Art. 11º. Particularmente ninguém poderá vender carne verde, nem tampouco pelas ruas e praças da cidade [...]. Ao infrator a multa de 10\$000 réis.

– quanto buscava facilitar a chegada do gado embarcado nas gabarras vindas do interior do Maranhão.

Tal localização, entretanto, não impediu que ao Matadouro se avizinhassem serviços públicos igualmente malquistos dentro da aglomeração urbana. Em 1900, o Pacotilha divulga reclame sobre a proximidade entre o Matadouro e o lazareto:

[...] o Município não se julga no dever de cuidar dos morféticos; o Estado, por sua vez, diz que nada mais lhe cumpre do que pagar o subsídio com que “generosamente” concorre para a manutenção desses infelizes; a Higiene diz que esse serviço não está a seu cargo; a Santa Casa, naturalmente, declara que apenas se presta a sustentá-los por conta de terceiro. E assim, os lázaros se acham sem ter quem se confesse na obrigação de carregar com eles. Admitindo que tudo isso seja verdade e que, portanto, a Intendência nada tenha que ver com morféticos, certamente tem que ver com o Matadouro, o qual, no lugar em que se acha situado, perto do hospital de morféticos, não se encontra em condições higiênicas. Se à Intendência não importa o serviço dos lázaros, importa o Matadouro; e assim, por tralhas ou malhas, o negócio dos lázaros terá que incomodá-la, quer queira quer não. O Hospital e o Matadouro, um perto do outro não podem estar; ali, ou bem um ou bem outro; ou a remoção dos lázaros ou do Matadouro. [...].<sup>225</sup>

O Matadouro era um grande problema de saúde pública. A imprensa insistentemente noticiava sobre suas “péssimas condições higiênicas”<sup>226</sup>; a falta regular de médico que assegurasse a qualidade da carne<sup>227</sup>; as constantes fugas de bois, que corriam soltos pelas ruas da cidade, chegando, segundo notícia, ao outro extremo da cidade – ao bairro dos Remédios<sup>228</sup>; o controle do número de reses a serem abatidas para influenciar no preço cobrado pelo quilo da carne<sup>229</sup>; e incentivava a edificação de novo prédio que tratasse de substituir as precárias instalações que tornavam o consumo de carne um risco constante para a saúde pública<sup>230</sup>.

---

<sup>225</sup> Pacotilha, 27/08/1900, p. 2.

<sup>226</sup> Pacotilha, 08/06/1899, p. 3.

<sup>227</sup> O §1º do Artigo 15º do Código de Posturas estabeleceu que “Em caso algum se fará a matança sem assistência médica” e o Artigo 29º complementa: “O médico da municipalidade examinará diariamente o gado destinado ao consumo público, na ocasião de entrar para o matadouro, a fim de não ser abatido o que estiver doente ou demasiadamente magro.” [SÃO LUÍS, 1893, p. 38 e 40].

<sup>228</sup> Pacotilha, 22/08/1898, p. 3.

<sup>229</sup> Pacotilha, 25/08/1894, p. 2.

<sup>230</sup> Pacotilha, 19/04/1894, p. 2.

Para agravar o quadro da região em que se instalara o Matadouro Municipal, o artigo 53 do Código de Posturas instituído em 1893 determinava que “os terrenos ao sul da Quinta do Matadouro” estavam designados para receber o enterramento das carnes que se deterioravam e de animais que não estivessem próprios para o abate<sup>231</sup>.

Segundo o médico Victor Godinho, o Matadouro funcionava com dupla administração: a municipal – a quem pertenciam a instalação para o abate, a casa do administrador e os currais para o gado a espera do abate – e a privada, proprietária da “casa de fatos, as salgadeiras e outras dependências”. O mesmo Godinho descreve:

O matadouro é condenável por sua colocação: fica junto de uma zona já muito povoada da cidade, o extremo da rua de São Pantaleão. O edifício é acanhado e só tem de bom a impermeabilização de seu solo, feita de cantaria lavrada e grossa. Os resíduos infectos de matadouro: sangue, fezes, urinas etc., são lançados à praia e levados pelas ondas quando a maré enche. Enquanto ela não enche, porém, aqueles resíduos ficam infectando as praias vizinhas, infecção auxiliada pelos corvos que se incumbem de espriar os mesmos resíduos.

Por isso, o matadouro é um tormento para as centenas de pessoas que moram em suas vizinhanças.<sup>232</sup>

A proximidade “condenável” de habitações ao Matadouro é um destaque deste trecho do relatório sobre o surto de peste em São Luís. A crescente ocupação daquela área da cidade em meio a tantos serviços públicos com graves problemas sanitários aumentava a tensão por novos quadros graves de saúde pública a partir do ataque de alguma doença. Afastada da cidade, a Madre de Deus e adjacências era pensada, muitas vezes, como um local a ser isolado.

Ainda, visão técnica e crítica de Victor Godinho sobre o abate e comercialização de carnes em São Luís fez com que o Código Sanitário trouxesse 37 artigos contendo normatizações sobre funcionamento do Matadouro Público<sup>233</sup>. Muitos voltados, exatamente, para que se corrigissem os defeitos do atual serviço, mas que, concretamente, exigiam a inauguração de novo prédio, o que só foi acontecer 15 anos após a publicação do relatório de Godinho, quando o Matadouro Modelo foi entregue

---

<sup>231</sup> São Luís, 1893, p. 44.

<sup>232</sup> Godinho, 1904, p. 132-133.

<sup>233</sup> Maranhão, 1904.

localizado no outro extremo da cidade, às margens do rio Anil e que, curiosamente, foi novamente cercado de residências de operários, dando origem a outro bairro anos depois chamado de Liberdade<sup>234</sup>.

#### e) Cemitério Municipal (Cemitério do Gavião)

Dentre os aparelhos urbanos datados do século XIX, e neste trabalho apontados, é o único ainda em funcionamento na cidade de São Luís.

Estabelecido em 1855<sup>235</sup>, parecia funcionar a contento como a última morada de cidadãos de diferentes classes da cidade. Ricos e indigentes eram sepultados em covas que demonstravam patamares de distinção social; a quem podia, o luxo dos túmulos sinalizava ali um recanto para os restos mortais de alguém de posses<sup>236</sup>. Contudo, para outros, restava, muitas vezes, ver a administração do Cemitério Municipal remover os restos mortais de familiares cujas taxas de manutenção não estivessem devidamente quitadas.

Local de grande aglomeração, principalmente no Dia de Finados, teve recomendada a proibição de visitas em tempos de doenças infectocontagiosas<sup>237</sup>. Tal recomendação, contudo, deve ter causado desconforto entre os mais tradicionais, que não renunciariam às cerimônias de homenagem àqueles que já haviam partido. Assim, a imprensa tratou de noticiar que, apesar do perigo da peste, naquele ano de 1903, o Cemitério Municipal estaria de portas abertas para receber seus visitantes<sup>238</sup>.

Em 1908, consorciados, as administrações estadual e municipal resolveram adquirir as terras vizinhas ao Cemitério – conhecidas por “Lyra” – com o fim de

---

<sup>234</sup> Curvello-Matos, 2014, p. 240-245.

<sup>235</sup> MARQUES, C. **Dicionário Histórico e Geográfico da Província do Maranhão**. Maranhão: Typ. do Frias, 1870, p. 130.

<sup>236</sup> Segundo Lacroix:  
[...] foi bem aceito pelas classes abastadas por ter uma capela para missas de corpo presente, alamedas [...], divisões em quadras e seções e as sepulturas ordenadas, segundo uma numeração. Poder, opulência, luxo, ostentação foram demonstrados pelas famílias de maior projeção social através dos belos túmulos com esculturas de artistas europeus, mármore de Carrara, bronze e outros acessórios [LACROIX, 2020a, p. 252].

<sup>237</sup> Pacotilha, 31/10/1903, p. 1.

<sup>238</sup> Pacotilha, 02/11/1903, p. 1.

ampliar suas dimensões, que não comportavam mais a necessidade sempre frequente de novos enterramentos ante as frequentes crises sanitárias. Assim comenta o jornal Pacotilha:

[...] É notável a sociedade que o Estado e o Município acabam de contrair, entrando cada um com a metade do respectivo capital e fazendo aquisição do “Lyra”. Aos destinos dela estão presos os destinos dos vivos e dos mortos. Notável, não pela alta categoria dos sócios, nem pelos laços de dependência política que os ligam, ou os vínculos de sangue que aproximam íntima e mutuamente os seus procuradores; senão pelo motivo e objeto da sociedade mesma, a causa que lhe deu origem e o fim a que se propõe. O fim é este: tornar maior a distância entre os bons e os doentes, e menor o espaço entre os doentes e os mortos; esta a causa: o recrudescimento da varíola, a impotência dos meios em que nos achamos, para conjura-la, de um lado, e do outro, a necessidade de alargar o cemitério municipal, cuja área se vai agora tornando pequena para receber cadáveres. [...] <sup>239</sup>

A boa-nova foi celebrada como marco na organização, dentro daquela zona da cidade, dos serviços intimamente ligados à morte. O assinante do texto, D. Grotius, assim finaliza seu comentário:

Vão os variolosos ter, de agora em diante, um asilo nos confins da cidade, extremado com o hospital dos lázaros, ao pé do Cemitério Público e a poucos passos do Matadouro. Juntam-se assim, por uma amarga coincidência, dentro de pequeno perímetro, aqueles que, mesmo distanciados uns dos outros, já se aproximavam atraídos pelos invisíveis laços do destino: os mortos, os que estão morrendo e os que vão morrer... É a cova aberta ao lado da lepra, a lepra vizinha da varíola, a varíola a curta distância do cutelo, todos unidos pela desoladora visão da morte, que as casuarinas sombreiam e os corvos cortam, de quando em quando, com o negror de suas asas. Como serão tristes os dias dos variolosos nas pequenas palhoças, ouvindo o gemido das árvores chorosas, o crocitar das aves agoirentas, as pancadas cadenciadas dos soquetes calçando terra de sepultura! E para coroar a ironia do destino e maior economia das despesas públicas, é o médico do Matadouro o mesmo do isolamento, e é o senhor Furtado, rei do Cemitério, o superintendente de tudo aquilo, daquela verdadeira vila da morte, que fica nos confins da cidade! <sup>240</sup>

Formava-se, assim, um complexo de serviços úteis à cidade, mas que não deveriam estar entre a gente que se aglomerava no perímetro urbano. As funções desempenhadas por tais aparelhos, mesmo que fundamentais ao contexto histórico e

---

<sup>239</sup> Pacotilha, 16/07/1908, p. 1.

<sup>240</sup> Pacotilha, 16/07/1908, p. 1.

geográfico de São Luís dos primeiros anos do regime republicano, demarcavam um espaço proscrito, destinado aos despejos da cidade.

Para ali, veremos agora, milhares de pessoas dirigiam-se, também, para viver. Resistindo entre os odores do Matadouro, o fervilhar das fábricas, o ar lúgubre do Cemitério, dos hospitais e dos isolamentos.

### 3 MORADIAS-PROBLEMA: CORTIÇOS, BAIXOS DE SOBRADOS E PALHOÇAS

No geral, os modelos construtivos de habitações vigentes no Maranhão foram duramente criticados por profissionais de saúde pública que aqui estiveram com a finalidade de debelar quadros caóticos de saúde pública. Quando da publicação de seus relatórios, Victor Godinho (1904) e Cássio Miranda (1925) teceram comentários técnicos e ácidos sobre as disposições dos imóveis em relação ao espaço geográfico da cidade, a organização das quadras e arruamento que influenciavam a disposição das casas e suas configurações e aparelhamentos.

Uma das principais atividades de Victor Godinho foi a visitação da zona urbanizada de São Luís para analisar as deficiências que permitiam que surtos das mais diferentes doenças ocorressem com frequência. Desta iniciativa, surge uma contagem que emoldurava bem a cidade num quadro delicado de crise: foram contabilizadas 6.884 construções com vistas a moradia e, destas, foi possível visitar 4.284 classificadas, quanto as condições de suas construções como boas (497), regulares (1.292) e más (2.495)<sup>241</sup>.

Cássio Miranda deposita mais atenção às habitações da gente empobrecida e suas considerações demonstram tanto preocupação com as condições anti-higiênicas por que passavam moradores das chamadas “palhoças” quanto certo elitismo, ao culpabilizar a classe operária pelo quadro sanitário geral e pela posição subalterna e delicada em que vivia.

Certo é que as opções de moradia para a gente subalterna da cidade de São Luís eram restritas e, em sua grande maioria, em condições bastante insalubres. Não houve disponibilidade de imóveis de tipo popular para distribuição ou venda por parte dos poderes públicos e as soluções foram encontradas no mercado imobiliário, que oferecia duas tipologias principais: os cortiços e os baixos de sobrados. No que diz respeito às palhoças – ou casebres –, estas surgiram da iniciativa própria de seus habitantes, autoconstruindo suas moradas nas margens do perímetro urbano.

---

<sup>241</sup> Godinho, 1904, p. 68.

Os cortiços, estruturalmente, consistiam em um agregado de pequenos quartos, alugados a preços módicos, para atender àqueles que pouco podiam pagar para suprir suas necessidades de habitação.

A descrição de Cássio Miranda sobre os cortiços é ilustrativa e reforça sua função social:

Os cortiços [...] constituem uma das causas mais poderosas da insalubridade. Nessa habitações imundas, sem luz, sem ar, sem agua, sem exgotto, agglomeram-se, sobretudo à noite, em busca de repouso para os seus organismos exgottados pela fadiga do trabalho diario, um numero de individuos superior quasi sempre á cubagem dos aposentos que occupam. Na bôa fé da ignorancia elles vêm contrahir nessas habitações insalubres o germe de molestias dystrophicas, e muitas vezes affecções contagiosas que encontram elementos de facil propagação nas más condições materiaes, e na promiscuidade dos alojamentos. E não admira que essa – verdadeira instituição – dos cortiços esteja se desenvolvendo francamente entre nós, quando é sabido que mesmo para as habitações dos mais favorecidos da fortuna não ha regra alguma estabelecida pela Municipalidade, e cada qual construe onde quer e como quer.<sup>242</sup>

Considerados anti-higiênicos pela imprensa local e pelos órgãos sanitários, causavam alvoroço não apenas sanitário, mas também social. São inúmeras as notas de jornais que coligam comportamentos tidos como moralmente inaceitáveis às pessoas – destacadamente as mulheres – que residiam em cortiços e em baixos de sobrados. Em 1899, o jornal Pacotilha traz a seguinte nota:

Pedem famílias moradoras à rua da Madre de Deus, nas proximidades do cortiço Guajará, providências à Polícia para as mulheres de má vida que habitam nesse lugar, e entre outras a de nome Catharina que, constantemente, com seus palavrões indecentes, ofende a moralidade pública.<sup>243</sup>

A população que residia nas vizinhanças dos cortiços denunciava tanto as “imoralidades” percebidas quanto as condições físicas desses imóveis que, ao longo dos tempos, e dos surtos que acometiam a cidade, foram sendo associados a perigos contra a saúde: “Escrevem-nos sobre a existência de um cortiço, à praia da Madre de Deus, contendo 5 compartimentos, o qual está ameaçando ruína desde janeiro deste ano”<sup>244</sup>.

---

<sup>242</sup> Brasil (1925, p. 164).

<sup>243</sup> Pacotilha, 15/03/1899, p. 2.

<sup>244</sup> Pacotilha, 18/04/1912, p. 1.

Ambos, Código de Posturas (1893) e Código Sanitário (1904), trataram com seriedade sobre o assunto. Três dos quatro artigos do Capítulo 8 da lei municipal de posturas normatizam, por exemplo, a proibição da edificação de cortiços no perímetro da cidade (ver Figura 9); o fechamento de cortiços que oferecessem condições higiênicas inadequadas; a exigência de conservação da limpeza, exigindo remoção frequente do lixo produzido, a manutenção eficaz do encanamento para esgotos e a pintura frequente das paredes internas; a iluminação interna também foi exigida e a multa estipulada aos infratores alcançava os 50 mil réis<sup>245</sup>.

Em comentário, a Pacotilha, em 1920, critica a “praga” que eram os cortiços:

#### **Uma praga**

Existem posturas municipais e dispositivos dos regulamentos sanitários tomando severas medidas contra os cortiços. Essa praga, porém, persiste, como um cancro, na cidade e ainda levará tempo para nos vermos livre dela. Os males que ocasiona poderiam ser, entretanto, diminuídos por meio de uma persistente energia em relação aos seus proprietários e locatários, o que não se verifica.

Ainda há dias, o nosso repórter meteu a cabeça na porta de um cortiço, sito à rua do Norte.

Depois de observar que a ocasião era oportuna para ir ver o que era aquilo, entrou e percorreu a ruela, cheia de sujidades de todos os matizes, que o divide em duas imundícies reunidas em uma terceira. Espiando para dentro dos quartinhos, só via paredes sordidíssimas, precisando de uma integral barrela de cal, chãos imundos, necessitados de raspa, água, vassoura e desinfetante, nas máximas proporções.

Fale-se no que se quiser, clame-se contra a propagação de tantas moléstias. Não havendo uma rigorosa fiscalização dos baixos de sobrados e cortiços, a cidade será sempre um foco de todos os males.

O Código Sanitário (1904), ao normatizar demoradamente sobre habitações, no seu Capítulo 2, toma os cortiços como modalidade de habitação coletiva antiga e condenada. Para Victor Godinho, a quem se deve a elaboração do referido Código, os cortiços eram como armadilhas aos operários, explorados por esse produto de uma “indústria muito rendosa, mas muito pouco humana”. Essas habitações eram “focos de peste, ninhos de tuberculose e de quanta moléstia há que estiola a vida e a bolsa do povo”<sup>246</sup>. Segundo ele:

---

<sup>245</sup> São Luís, 1893, p. 50-51.

<sup>246</sup> Godinho, 1904, p. 129-130.

São Luís é uma cidade industrial e, por isso, de operários. Pois bem, tem havido descuido por parte das companhias ou sociedades industriais em fazer casas higiênicas e baratas para os seus operários; e descuido do poder municipal em auxiliar a iniciativa particular neste sentido por meio de favores especiais<sup>247</sup>.

Assombrando a saúde pública, ao lado dos cortiços, estavam os baixos de sobrado: modalidade habitacional em que proprietários de imóveis de grande porte auferiam lucros com o aluguel de alguns de seus cômodos.

Conforme Cássio Miranda assim funcionava o negócio:

Os proprietários de sobrados alugam o andar térreo a famílias humildes. De regra, cada inquilino toma dois quartos: sala e alcova, comunicantes entre si, mas inteiramente isolados do resto da casa. Não têm direito à cozinha, à latrina, ao uso do quintal, nem à canalização de água. Eis o que é esse miserável *apartment*, cujo desgraçado morador deve utilizar como sala, quarto de dormir, varanda, cozinha e latrina. Tudo se junta para dar ao antro considerável acervo de qualidades negativas: a humildade do ambiente, a sua obscuridade, o mal cheiro que ali reina proveniente de dejetos lançados durante o dia em latas ou outros depósitos, de odores da comida, feita nessa área quase fechada, de emanações individuais tornadas mais fortes pela escassez de água para o banho, do lixo guardado a um canto, para o despejo noturno. Os restos de cozinha, as águas servidas, os dejetos humanos etc., que envenenam diuturnamente o ar, vão derramar-se livremente, à noite, na sarjeta da rua, quando diminui a circulação urbana e começa a ronda solerte das ratazanas.<sup>248</sup>

Sob a mira da lei, os baixos de sobrados foram tema do Código de Posturas de modo controverso, afinal, o potencial penalizado em caso de infração à moradia nessa modalidade era o pobre locador, e não o locatário:

Art. 86º. É proibido a moradia nos quartos inferiores dos sobrados, quando nas paredes interiores dele não haja abertura para a renovação e circulação do ar. Os que morarem tais quartos pagarão a multa de 5\$000 e o dobro de quinze em quinze dias, enquanto não se mudarem.<sup>249</sup>

Em 1897 foi contabilizada, entre cortiços e baixos de sobrados, a quantia de 227 dessas moradias. Vistas como um problema pela classe abastada, eram, também, modo de lucrar para membros dessa mesma classe, o que dificultava ao

---

<sup>247</sup> Godinho, 1904, p. 129.

<sup>248</sup> Brasil, 1925, p. 137.

<sup>249</sup> São Luís, 1893, p. 51.

poder público, aparelhado por indivíduos influentes e enriquecidos, um combate mais efetivo. As sugestões de demolição, as multas e notificações eram confrontadas nos jornais que, frequentemente, emitiam notas sobre essas políticas consideradas demasiado “drásticas” ou “despóticas”<sup>250</sup>.

Na imprensa, ainda, fervilhavam críticas a essa modalidade de habitação urbana:

Sabe você o que afeia a sua cidade, perguntava-me um amigo dos maranhenses de passagem por aqui; o que a deprime, o que lhe dá um aspecto desagradável aos olhos de quem a visita, mau grado à linda situação e o clima razoavelmente saudável de que se pode ufanar? É o baixo de sobrado... Tirem vocês esse borrão da cidade e verão como isto aqui se transforma numa pequena capital garrida e asseada, oferecendo ao viajante que lhe admira de fora a preciosa perspectiva de presepe um espetáculo interior de conforto pouco comum, com os seus pequenos palácios solidamente construídos e de fachadas multicoloridas...

Todos os dias, a propósito das eternas reclamações sobre o baixo de sobrado, vem-me à ideia essa observação de um forasteiro.

O baixo de sobrado é, com todas as certezas, o tipo acabado da habitação infecta por excelência: reúne em si mesma todas as qualidades ruins. Não tem ar e não tem luz. Raros terão uma torneira d'água. Nenhum, talvez, esgoto, ainda o mais rudimentar e, poucos, um palmo de quintal.

De sorte que a população sempre numerosa que o habita respira, se lava e esgota para a calçada e para a sarjeta.

O baixo de sobrado é duplamente prejudicial: a quem o habita e a quem mora nos pavimentos superiores, por cima dele. Os primeiros abafam no negror e na humidade dos quatro paredões que o limitam: ali mesmo cozinham, ali mesmo fazem a barrela, numa promiscuidade de animais inferiores (alguns quartos são verdadeiros cortiços, improvisadas habitações coletivas por um sistema de sórdidas sanefas de estopa velha), respirando um ar deletério. Os outros – a família de cima – respiram o mesmo ar, que lhes chega pelas frinchas do soalho, durante o dia e durante o sono – trágico! –; apenas ainda mais viciado, já tendo sido expirado pelos primeiros. Tais as consequências fisiológicas.

As morais deixam-se entrever naquela promiscuidade: alta noite, a família que mora em cima recebe, em cheio, nos ouvidos, toda a gama infinita e vária do palavrão, todos os rumores em que estua a concupiscência do betail humain. É dali que saem para a Polícia a rixa, a facada, o bofetão, e brota prodigiosamente certa flora precoce de cogumelos cloróticos que vegeta pelos mais secretos recantos da urbe e se exhibe no largo do Carmo, das duas para as três da tarde.<sup>251</sup>

Os rumos que ia tomando o progresso na “cidade industrial”, conforme qualificação de Victor Godinho, não condiziam com os anseios civilizacionais do poder público e da camada dirigente local.

<sup>250</sup> Pacotilha, 08/08/1914, p. 4.

<sup>251</sup> Pacotilha, 08/08/1914, p. 4.

O estabelecimento das fábricas, para além de alvoroçar visionários e acionistas, trouxe à realidade da cidade novos arranjos espaciais: os bairros operários, verdadeiros bolsões de pobreza e de mão de obra barata para os mais diversos serviços da cidade, inclusive para a lide nas indústrias têxteis espalhadas pela aglomeração urbana (ver Figura 18).

Victor Godinho e Cássio Miranda afirmam que as proibições quanto ao estabelecimento de novos cortiços e a extinção dos baixos de sobrados foram, junto à instalação das fábricas, ao crescimento da população urbana – impulsionado pela Abolição e pelas migrações motivadas pelas secas em outros estados vizinhos – e à disponibilidade de transportes via bondes para regiões distanciadas do centro comercial e administrativo, os responsáveis pela formação desses bairros com estreita ligação com o trabalho fabril<sup>252</sup>.

Nessas concentrações espaciais da massa subalterna, o que predominou foi a autoconstrução<sup>253</sup>, elegendo toda uma camada da sociedade ludovicense à função de protagonistas nos processos de formação do espaço urbano. Já não eram, portanto, meros locadores, à mercê das ofertas insalubres de locatários de cortiços e baixos de sobrados, mas, sim, revestindo-se de certo grau de autonomia, buscaram resistir ante proibições e condições de exclusão.

Contudo, além da periferização como modo único restante para a expansão do tecido urbano naqueles tempos em São Luís, as técnicas empregadas, as configurações espaciais originadas pela dinâmica da ocupação e os materiais construtivos à disposição, todos estes, componentes de uma tática ou estratégia cotidiana de sobrevivência urbana – além, claro, dos terrenos da cidade eleitos para as edificações –, foram alvos de severas críticas por parte da camada dirigente e de seus institutos sanitários.

---

<sup>252</sup> Godinho (1904, p. 128-130); Brasil (1925, p. 105-120).

<sup>253</sup> “Autoconstrução” é a “provisão de moradia onde a família, de posse de um lote urbano, obtido no mercado formal ou informal, decide e constrói por conta própria a sua casa, utilizando seus próprios recursos e, em vários casos, mão-de-obra familiar, de amigos ou ainda contratada”. NASCIMENTO, Denise Morado. A autoconstrução na produção do espaço urbano. *In*: MENDONÇA, Jupira Gomes de; COSTA, Heloisa Soares de Moura (org.). **Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro**. [S. L.]: C/Arte, 2012. p. 12.

A alta visibilidade gerada pela disposição das habitações da gente que ocupava os terrenos nos “confins da cidade”<sup>254</sup> – conhecidas como *palhoças* ou *casebres* – se justificava pelo temor constante de nova onda mortal de já conhecido mal. A impregnada memória de surtos fomentou a busca pela culpabilização por tais acontecimentos. Menos que as políticas públicas deficientes, foi a reação da camada humilde da cidade ante os empecilhos ao usufruto da cidade que se escolheu para combater.

As “nefastas moradias adotadas pela classe pobre” como chamou Cássio Miranda em seu relatório do Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural do Maranhão, consistiam em tema exigente de atenção pelo poder público. Destacadamente, como visto nos parágrafos anteriores, os cortiços e os baixos de sobrados, regulamentados ou proibidos da cena habitacional de São Luís. Porém, segundo Miranda, as “casas de palha” ainda não haviam se constituído como tópico efetivo das políticas públicas, mas o mereciam por sua influência na expansão da mancha urbana.

Miranda soube perceber a relação entre a insalubridade das tipologias construtivas da classe trabalhadora subalternizada da cidade e a mortandade dessa população. Especificamente, notou que entre as crianças menores de um ano havia mortandade acima do tolerável e recomendou que, a partir da instituição de um serviço de higiene infantil, seria possível coletar dados suficientes que sustentassem sua afirmação<sup>255</sup>.

O art. 212 do Código de Posturas (1893), taxativamente, trazia:

Art. 212º. Dentro do perímetro da cidade é proibida a edificação de casas cobertas de palha ou de qualquer outro material de fácil combustão, e assim também cobrir novamente de palha as que já o tiver sido, sob pena de 50\$000 de multa, feita a demolição à custa do dono.<sup>256</sup>

---

<sup>254</sup> Pacotilha, 06/05/1910, p. 1.

<sup>255</sup> Brasil, 1925, p. 169.

<sup>256</sup> São Luís, 1893, p. 59.

O periódico Pacotilha resgata o que escreveu o geógrafo maranhense Raimundo Lopes (1894-1941) na obra *O torrão maranhense*, de 1916<sup>257</sup>, sobre a morfologia de grande parte das casas existentes no Maranhão:

As casas são de barro, adobe, tijolo e de pedra. “Para a casa de palha utiliza-se a folha da palmeira tenra (pindoba) e dela é coberta toda a habitação, teto e paredes. É pouco durável esse revestimento, que se pode várias vezes renovar sobre a mesma armação de madeira. Como estrutura, a maioria são palhoças, que não passam de humílimos tijupares, sem diferenciação interna e sem o mínimo conforto; são exemplares elementarismos da vida de construção. Mas há, também, cabanas sólidas e apresentando compartimentos distintos”.

A casa da cidade é voltada para o interior; nunca tem jardim na frente.<sup>258</sup>

Já Cássio Miranda, no seu relatório sobre os trabalhos do Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural, descreve não somente a técnica construtiva, mas o caráter daqueles que edificam:

São habitações levantadas completamente ao acaso, sobre depressões e socacos de terreno, sem preparo prévio para recebê-las, orientadas ao sabor dos maiores absurdos em edificação, dispostas, geralmente, em séries para formar ruas e travessas estreitas, ora retas, ora mais ou menos sinuosas, ou então completamente isoladas e com as testadas voltadas para todos os lados. O erro crasso patenteia-se flagrante, já a priori, na locação e orientação destes “agregados de palhoças”. Se “as edificações em suas modalidades evolutivas objetivam a personalidade humana”, como diz Euclides da Cunha, estes casebres devem acoutar bem primitivos seres e patentear uma organização social bem remota...

Na construção, acentuam-se as insensatezes. As paredes são de palha ou feitas a barro-de-sopapo. Algumas, porém, de ínfima categoria, têm-nas formadas de bizarros detritos reclamados até o lixo, tais como restos de meaçabas, de cofos e de latas velhas. A cobertura é, na quase totalidade dos casos, de pindoba. As paredes não obedecem ao prumo; os ângulos são irregulares. As portas, tão estreitas e baixas, dificilmente dão passagem a uma pessoa, havendo em regra, uma na frente e outra nos fundos da casa. Janelas, em pequeno número – o menor possível – uma, duas, raramente mais, de cerca de sessenta centímetros de largura. Geralmente, possuem as palhoças uma divisão interna que lhes reparte o interior em duas metades, uma anterior e outra posterior; esta, amiúde, subdividida por outra parede perpendicular à primeira, dando formação, aí a dois compartimentos. O pé-direito é ridículo – pouco mais alto, frequentemente, que a estatura de um

---

<sup>257</sup> ACADEMIA MARANHENSE DE LETRAS (comp.). **Perfil do Patrono:** Raimundo Lopes da Cunha. Disponível em: <https://academiamaranhense.org.br/patronos/raimundo-lopes/>. Acesso em: 18 abr. 2024.

<sup>258</sup> Pacotilha, 09/03/1917, p. 1.

homem. O solo interior da moradia não tem o menor revestimento; mal e mal aplanado, é, quase sempre, de nível mais baixo que o do exterior.<sup>259</sup>

Essa configuração foi tida por Miranda como “uma verdadeira excrescência para os nossos foros de civilidade” e demonstravam “um estado de pura barbárie em edificações e, sobretudo, um alto índice de ignorância, causadora de malefícios à saúde pública”<sup>260</sup>. O relatório não hesitou em afirmar, categoricamente, que a causa de tantas doenças que acometiam a classe pobre da cidade eram as “péssimas habitações do proletário”, por sua insalubridade característica.

A palha utilizada tanto na cobertura de alguns casebres como até mesmo para a conformação das paredes deles, era aspecto delicado por sua durabilidade baixa – em dois anos considerava-se que o material apodrecia e demandava substituição. Para além disso, servia como combustível nos casos de incêndios – que ocorriam com certa regularidade:

#### **Incêndio**

Ontem, às 2 horas da madrugada, os sinos da igreja de São Pantaleão tocaram a rebate, que também foi dado pelos demais templos.

Imediatamente, grande onda popular começou a mover-se em direção ao bairro de São Pantaleão, de onde partira o sinal de incêndio.

Com efeito, à rua da Fonte do Bispo, àquela hora as chamas já devoravam um quarteirão de casebres, cobertos de palhas, ficando todas reduzidas a cinzas. Foram oito as casinhas atingidas pelo fogo.

Em todas elas, com exceção da de nº 16, que estava sem inquilinos, moravam pessoas pobres.

O incêndio começou na casa de nº 8, pertencente a Maria Gonçalves. Devido ao vento que ali sopra impetuoso, o fogo propagou-se rapidamente pelas outras habitações, sem que fosse possível evita-lo, apesar dos grandes esforços que para esse fim empregaram.

Quando chegou o Corpo de Bombeiros, já o incêndio estava quase extinto, restando apenas alguns braseiros, que foram por essa corporação apagados com água da Fonte do Bispo, conduzida em baldes.

Angélica Ferreira do Espírito Santo, moradora da casa nº 6, incendiada, ficou com um ligeiro ferimento no braço, e a mulher de nome Joanna Rosa da Cruz, residente na de nº 12 e que há 2 dias havia tido o parto, foi atacada subitamente de beribéri, em consequência do susto que o fato lhe produzira.

No local, compareceu o tenente Gonçalves, subdelegado de Polícia do 1º Distrito, acompanhado de uma força do quartel de São João.

Atribui-se o incêndio a fagulhas de foguetes que porventura caíram sobre a cobertura do casebre nº 8.<sup>261</sup>

---

<sup>259</sup> Brasil, 1925, p. 109.

<sup>260</sup> Brasil, 1925, p. 110.

<sup>261</sup> Pacotilha, 26/12/1904, p. 1.

Os bairros pobres, apontados no relatório do Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural do Maranhão como os que concentravam as palhoças, eram os da Baixinha, Camboa do Mato e Codozinho, localizados nas áreas que mais se desenvolveram sob a forte influência dos empreendimentos fabris têxteis instalados na cidade nos anos finais do século XIX.

O Codozinho, situado precisamente na área de interesse deste trabalho, não é considerado, hoje, como um bairro pela Prefeitura de São Luís<sup>262</sup>. É, antes, um lugar reconhecido pela gente moradora dos atuais bairros da Madre Deus, Goiabal e Lira. Não foi, assim, possível representar a área da cidade que este lugar ocupa.

Uma tática empregada pelos institutos de saneamento era impedir esse procedimento de reposição da cobertura vegetal na tentativa de convencimento do morador da habitação para que procedesse à substituição do material por outro adequado segundo as normas do Código de Posturas (1893) e do Código Sanitário (1904)<sup>263</sup>. Contudo, esse investimento em materiais não era algo acessível e as recoberturas com palhas eram a solução, mesmo que ilegais:

#### **A saúde pública**

Na rua do Passeio, em frente ao largo de São Pantaleão, existem diferentes casas cobertas de pindoba e que são conhecidas como palhoça.

Numa delas, reside o senhor Jerônimo Pereira da Silva, oficial de alfaiate.

Aconteceu que o dono da casa mandou colocar na cobertura um pedaço de zinco, na parte em que a palha já estava consumida.

Isto bastou para que o fiscal do distrito, senhor Eudamidas Guadalupe dos Reis Gomes, aproveitando-se da ausência do morador aludido, mandasse que trabalhadores deitasse a cobertura abaixo.

E o senhor Jerônimo Pereira teve de ir pedir agasalho aos vizinhos para não passar a noite em claro.

O desabusado fiscal diz que assim procedeu firmado numa postura municipal ou coisa que o valha, proibitiva da reconstrução, além de que, por aquelas bandas continuam a ser edificadas casas cobertas de palha sem proibição alguma.

Esta justiça de dois pesos e duas medidas é que causa justa indignação.

A quem pedir providências?<sup>264</sup>

---

<sup>262</sup> São Luís, 2023b, p. 1031.

<sup>263</sup> Art. 30. Nas construções das casas só devem ser empregados materiais sólidos, resistentes, secos, refratários à umidade e maus condutores de calor. (MARANHÃO, 1904, p. 182).

<sup>264</sup> Pacotilha, 23/08/1908, p. 1.

### **3.1 Espacialização da subalternidade em São Luís nos anos iniciais do regime republicano**

Os capítulos finais deste trabalho foram escritos visando cumprir o intuito de caracterizar o objeto da pesquisa. Até aqui, foram apresentados aspectos que configuraram um arranjo espacial específico: agruparam-se, numa parcela do solo urbano de São Luís elementos que, em tese não deveriam arranjar-se tão próximos em se tratando de área que se destinasse para habitações.

Mesmo que o uso daquela parcela do solo da cidade não houvesse sido pensado para acolher grande camada da população, foi inevitável, ante a conjuntura, que a ocupação se desse com fins de moradia para empobrecidos, para trabalhadores necessitados de alternativas num mercado tanto escasso quanto insalubre.

Motores para esta pesquisa são os entendimentos de que aquela conformação espacial – enquanto parte – é capaz de explicar a cidade – enquanto todo. E, de maneira inversa e proporcional, a cidade também contém explicações para as suas partes.

Buscou-se, com o exposto até aqui, justamente demonstrar ao máximo viável – num texto dissertativo que contém suas limitações práticas – o que era a cidade de São Luís após a instituição do regime republicano no Brasil. As contradições entre projetos modernizadores, como a instalação de um parque fabril, e a cidade real vivida por aqueles atingidos diretamente por deficitária gestão das ações sanitárias e administrativas em plano mais geral.

Para a continuidade deste trabalho, portanto, faz-se necessária a descrição mais direta da conformação espacial tomada como problema para esta pesquisa. O entendimento de que ela é fruto de relações históricas de subalternização promove a associação pretendida entre as ciências História e Geografia, conforme a epistemologia do geógrafo brasileiro Milton Santos. Apresentamos, agora, uma representação cartográfica aproximada do que era aquela espacialidade.



que impulsionou a ocupação das áreas onde formaram-se outros bairros também compostos por casas humildes, como a Baixinha<sup>265</sup>.

A partir de 1919, quando é inaugurado o Matadouro Modelo, às margens do rio Anil, com o objetivo de substituir o condenado Matadouro Municipal, este passa a perder movimento, mesmo funcionando por tempos depois, arrendado. Quando, enfim deixa de funcionar, é possível concluir que o seu terreno passa a ser, também, ocupado.

**Figura 25** – Imagem contemporânea de satélite mostrando a área de interesse da pesquisa.



Fonte: Adaptado pelo autor a partir de imagem do software Google Earth (2024).

<sup>265</sup> Conforme o relatório do Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural do Maranhão (1925), a Baixinha era o maior aglomerado de casebres da classe operária de São Luís. Foram contabilizados 1.990 moradores que habitavam 442 palhoças (BRASIL, 1925, p. 106).

**Quadro 2** – Legenda da Figura 23.

<b>BAIRROS</b>	
Madre Deus	
Goiabal	
Lira	

<b>LOCAIS DE INTERESSE</b>	
1	Fábrica São Luiz (Desativada)
2	Fábrica Cânhamo (Desativada)
3	Hospital Tarquínio Lopes Filho (Hospital Geral)
4	Antigo terreno do Matadouro Municipal
5	Cemitério do Gavião
6	Possível localização do Isolamento do Lira (hoje, ocupado por uma escola)
7	Fábrica Maranhense
8	Fábrica Irmãos Martins
9	Fábrica Santa Amélia
	Áreas com urbanização similar, mas componentes de outros bairros de São Luís

Fonte: Ferreira (1912); Google Earth (2024).

A fotografia de satélite contemporânea se torna útil para demonstrar a evolução da ocupação sobre o terreno da cidade disponível nos anos iniciais do regime republicano. Através desta imagem, é possível ter noção das formas elaboradas pelas estratégias executadas pela gente que, fazendo uso de recursos próprios, construiu seu espaço na cidade.

O bairro da Madre Deus se estabeleceu, justamente, ao fim das ruas Madre (de) Deus – ou Crioulas, como hoje é mais conhecida<sup>266</sup> – e São Pantaleão, que historicamente eram as mais citadas como caminhos que levassem à ermida da Madre de Deus, à fonte do Bispo, ao Matadouro Municipal e ao Hospital Militar. Sua área residencial, para além da antiga área industrial (antigas fábricas Cânhamo e São Luiz), ocupa o extenso terreno que antes pertencia ao Matadouro Municipal.

No *Relatório do Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural do Maranhão*, Cássio Miranda afirma que a Madre Deus contabilizava 103 palhoças, onde viviam 687 pessoas. O sanitarista mapeou, na ocasião de seu escrito, as ruas São José, São João, São Joaquim, São Benedito e do Outeiro.

Muito provavelmente, as delimitações não eram oficiais ou definidas pelo poder público, havendo, portanto, variações nas nomenclaturas dos bairros e lugares da cidade. Isto posto, os limites atuais entre os bairros destacados para a pesquisa não são os mesmos de um século atrás, quando foi publicado o *Relatório do Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural do Maranhão*.

O bairro do Goiabal, por exemplo, não foi apontado por Cássio Miranda. A área em que hoje se situa, provavelmente estava em vias de ocupação ou fora apontada como Madre Deus ou Quinta do Lira. O *Relatório* trouxe o mapeamento e contabilização das palhoças utilizando como modo de organização desses espaços por zonas.

A tabela a seguir mostra a contabilização de palhoças e habitantes da zona do Codozinho:

---

<sup>266</sup> Esta rua também já se chamou Cândido Ribeiro. [LIMA, Carlos de. **Caminhos de São Luís**. Ruas, logradouros e prédios históricos. São Paulo: Siciliano, 2002, p. 129].

**Tabela 3** – Recenseamento da zona do Codozinho.

		Nº de Palhoças	Habitantes	Maiores de idade	Menores de idade
Zona	Lugares				
	Codozinho	365	1.125	746	379
	Quinta Belira <sup>267</sup>	66	322	185	137
Codozinho	Madre Deus	103	687 <sup>268</sup>	436	137
	Fonte do Bispo	14	108	68	40
	Ingazeira	7	61	32	29

Fonte: Brasil (1925), p. 106-107.

A partir da tabela, é possível contabilizar 555 palhoças abrigando um número aproximado de 2.303 pessoas; a média calculada de habitantes por residência da zona do Codozinho resultaria, assim, de 4,14, com destacada média na Ingazeira (8,71) e Fonte do Bispo (7,14)<sup>269</sup>.

Levando em consideração o que afirma Cássio Miranda sobre o arranjo interno das palhoças, torna-se possível elaborar um quadro hipotético de como viviam as famílias em moradias tão inadequadas para suas necessidades:

[...] Geralmente, possuem as palhoças uma divisão interna que lhes reparte o interior em duas metades, uma anterior e outra posterior; esta, amiúde, subdividida por outra parede perpendicular à primeira, dando formação, aí a dois compartimentos. [...]

<sup>267</sup> No Relatório (1925), a escrita é *Berilla*, distinta da nomenclatura atual “Belira”. (BRASIL, 1925, p. 106).

<sup>268</sup> Há um erro na contabilidade apresentada no Relatório. Contudo, não foi possível distinguir no texto se o equívoco foi no total de habitantes ou nos totais de maiores e menores de idade. A soma 436 (habitantes maiores) + 137 (habitantes menores) resulta em 573 e, não, em 687 como apresenta o documento. (BRASIL, 1925, p. 107).

<sup>269</sup> Não foi possível identificar, na cidade atual ou na São Luís do início da República, a localidade Ingazeira. A Fonte do Bispo, por outro lado, ainda é referenciada em São Luís e está situada na vizinhança da atual ruína da fábrica São Luiz.

As fotos a seguir, componentes do *Relatório do Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural do Maranhão* são mais exemplos do espaço resultante das táticas de sobrevivência na cidade empreendidas pela gente subalterna.

**Figura 26** – Panorama do lugar Codozinho, em 1923.



Fonte: Brasil (1925), p. 115.

**Figura 27** – Rua do lugar Codozinho, em 1923.



Fonte: Brasil (1925), p. 117.

**Figura 28** – Arranjo habitacional do lugar Codozinho, em 1923.



Fonte: Brasil (1925), p. 119.

Toda as descrições presentes nos relatórios sanitários coordenados, seja por Victor Godinho (1904) ou por Cássio Miranda (1925), acerca do ambiente produzido pelos trabalhadores através de suas habitações foram se consolidando no espaço geral da cidade, conformando uma espacialidade específica ante outras presentes no cenário urbano daqueles tempos.

Merece destaque o lugar denominado “Palhoça”, que ficava logo em frente ao Cemitério Municipal. Ali, tanto casas de palha como um lixão formavam um espaço degradado constantemente tornado foco de preocupação na imprensa:

#### **As reclamações do povo**

Informam-nos que, devido à grande quantidade de lixo e materiais fecais existentes no covão junto ao lugar conhecido por Palhoça, à rua do Passeio, há ali diversas pessoas doentes, tendo-se já verificado um óbito. Os prejudicados pedem providências, por nosso intermédio, a quem de direito.<sup>270</sup>

...

---

<sup>270</sup> Pacotilha, 23/10/1913, p. 1.

Temos recebido várias reclamações acerca do entulho que a municipalidade está fazendo no lugar Palhoça, ao lado da rua do Passeio. Estão sendo ali lançados cisco, animais podres, panos servidos, como se a higiene pública não tivesse quem por ela zele e os párias, os infelizes que ali habitam, não merecessem a comiseração dos poderes públicos. Os urubus encarregam-se de revolver as podridões e a fedentina já começou a pesar dolorosamente sobre a saúde daquela pobre gente.<sup>271</sup>

O caráter precário das residências e, conseqüentemente da condição de vida das pessoas, tornava a “Palhoça” (ver Figura 22) um ambiente produtivo para o surgimento de enfermidades. A varíola, por exemplo, atacou habitantes de um casebre ali situado; no ano de 1900, enquanto vigorou novo surto da doença, surgiu a denúncia de que três pessoas ali residentes estavam infectadas<sup>272</sup>.

A remoção dos doentes para o isolamento fez efervescer o debate sobre a necessidade de se incendiar a casa onde residiam. A imprensa incentivava as autoridades a procederem com a queima da habitação:

Retirados os doentes, deveria ser hoje queimada a referida palhoça. Se é possível a destruição de casas desta ordem, o mesmo não acontece com as casas de outra construção, em que tenham aparecido casos de varíola. Tanto, porém, como aquela palhoça, é prejudicial a moradia nos prédios em que tenham estado variolosos e se não devem ser estes queimados como as choças, nem por isso devem se converter em focos de varíola. Para casos desses, a Higiene prescreve a caiação das paredes, desinfecção rigorosa dos prédios etc. etc. Tem-se feito isso? Entretanto, a saúde pública o exige. Nada de facilidades. Toda a cautela é poca.<sup>273</sup>

...

Hoje pela manhã foi incendiada por ordem da Higiene a palhoça fronteira ao Cemitério, onde haviam aparecido diversos casos de varíola. Consta-nos que da mesma forma vão proceder com outras casas de palhas que àquela estão próximas.<sup>274</sup>

Em 1908, a varíola assombrou a cidade de maneira violenta. A partir de então, choviam no noticiário informações sobre a remoção de doentes do “bairro operário”

---

<sup>271</sup> Pacotilha, 23/10/1913, p. 1.

<sup>272</sup> Pacotilha, 31/08/1900, p. 2.

<sup>273</sup> Pacotilha, 06/09/1900, p. 2.

<sup>274</sup> Pacotilha, 07/09/1900, p. 2.

para o Isolamento do Lira, reforçando a imagem de que tais aglomerações de casebres representavam um risco para as pessoas que ali residiam. E, mesmo, ante o histórico de mortandade das epidemias que acometiam várias pessoas e extinguíam muitas de suas vidas, a falta de solução de moradia fazia da insistência o demarcador definitivo para um espaço que permaneceu ocupado até os presentes dias:

Quando foi da última epidemia de varíola, que tantas vidas ceifou nesta capital, a Inspetoria de Higiene, logo que se assentou a mudança do Hospital de Isolamento do Lira, ordenou a queima das palhoças que ficavam em frente ao Cemitério Municipal, que, como se sabe, demora junto daquele sítio.

Essa medida, perfeitamente justificável, visava evitar o contágio do mal às pessoas residentes nos aludidos casebres, uma vez que é obrigatória por ali a passagem dos carros que conduzem os doentes.

Parece, no entanto, que essas razões de utilidade pública deixaram de o ser presentemente, embora o Hospital de Isolamento continue a funcionar no mesmo lugar.

Ao que sabemos, está-se agora construindo uma casa, com coberta de palha, bem defronte do Cemitério, isto é, exatamente donde desapareceram as antigas, e não consta que o poder competente se tenha oposto a semelhante construção.

Não só em referência à saúde pública, como à estética das construções, o levantamento desse casebre representa um atentado, que urge a todo o transe evitar. Cremos que existe uma postura proibitiva das construções daquela natureza no perímetro da cidade; e ela, ainda pelos outros motivos induzidos, mais do que em qualquer outro caso, deve ser rigorosamente cumprida em relação à palhoça de que tratamos.

Aí fica o aviso a quem de direito.<sup>275</sup>

Insistência que acabou por demarcar na cidade o lugar “Palhoça”, já afamado após o início da década de 1910. Na década seguinte, várias das habitações componentes da Palhoça tiveram de passar por processo de desinfecção, quando ressurgiu a peste na cidade.

Em 1918, o *Jornal* resolveu empreender expedição para retratar, em texto, o que seriam aqueles lugares nos confins da cidade. Do texto, para além da opinião negativa sobre os aspectos dos novos lugares da cidade, é possível extrair um ar bucólico, em que a natureza e o verde nativos ainda predominavam, diferente das edificações e o laranja dos telhados possíveis de serem notados na fotografia de satélite presente na Figura 2:

---

<sup>275</sup> Pacotilha, 06/05/1910, p. 1.

## Através dos subúrbios

Palhoça e Apicum

Prelibando o gozo de uma tarde macia de um começo de agosto, lá nos fomos nós caminho da Palhoça.

Deixamos à retaguarda o bulício enfadonho da tarde.

A rua do Outeiro, com o seu arruado de pardieiros, na sua maioria em ruínas, lá estava; pontilhado, entretanto, por dois ou três pequeninos prédios de feitio simpático.

Enveredamos. É isso que é a Palhoça. Para alcançar o fim das ruas tivemos de recordar todas as nossas acrobacias de garoto e, com arremedos de cabras, pular pelos barrancos.

Daí olhamos o caminho percorrido: um arrampado irregularíssimo produzido pelo aterro jogado lá, sem ordem, e onde, atestando a feracidade de nosso solo, arbustos balançavam as folhas à deliciosa viração da tarde.

Assestamos a kodack, e de todas as janelas e portas, como por encanto, rostos risonhos espíaram e, mais afoitos, guris e raparigas vieram à rua, posando para O Jornal.

Andamos. Adiante, à direita, um capinzal baixo, porém viçoso, marginava a rua que aí perdia a sua característica de cidadina para se confundir com o mais atrasado casario roceiro.

Raras construções, todas no meio do mato, com os terrenos atestando o pouco cuidado dos moradores com os comezinhos principais de elegância e mesmo de asseio.

As casas, em sua quase totalidade, são maltratadas e o mato, que na rua e quintais ameaça invadir os aposentos, dá ideia da inércia que ali impera.

Homens construíam umas casas e as estacas eram plantadas em terreno desnivelado e sujo...

Focamos o capinzal com a sua cerca, o seu poço e o seu reservatório.

Crianças traziam provisão de água, mergulhando no bocal escancarado da fonte coitês rústicas.

Bois pastavam melancólicos e vacas nedias, de dentro dos currais, espíavam a tarde transparente avermelhando o céu.

E um rapazelho esperto, apontando o gado, e, com um gesto largo, todo o verde estendal que lhe surgia em frente, disse-nos:

Esta quinta é do dr....

Voltamos e procuramos alcançar o Apicum, que se perdia ao longe, entre quintais plantados.

Carros atulhados de lenha, do porto demandavam à Fabril, por entre a vegetação pintalgada de vermelho dos chumbinhos floridos. Flocos de seda branca, tocados pelo vento, elevavam-se dos capulhos secos, em parábolas para, caindo noutra local, úmido, também germinar, enflorar, frutificar e procriar de novo, ao sabor da aragem.

Ao alto, casas perdidas entre mangueiras copudas e, embaixo, à esquerda, a fonte que dá nome ao lugar, com seus dois bojos revestidos de terro, de onde a população pobre de vários quilômetros de derredor vem buscar a água de seu gosto, diariamente, conduzindo-a em latas que foram de querosene, em cabaças grandes e em potes de barro, antigamente vermelhos, ora enegrecidos pelo uso.

Era quase noite.

O doce murmúrio de um regato muito tênue e constante atraiu-nos; e, marginando-o, saltando de pedra em pedra, admirando-lhe os barrancos que lhe marcam o limite, vestidos de grama e toucados de aninga, lá nós fomos para o alto.

Novo povoado e, aos pulos, sobre fossos e sob árvores, encontramos a nascente, onde dois cidadãos, em trajes de Adão antes do pecado, davam vida à paisagem e energia ao corpo: banhavam-se.

Um pau d'arco florido iluminava, com a sua veste de ouro novo, todo o matagal em derredor, escuro já.  
O toque cadenciado do Angelus, na torre próxima de São Pantaleão, marcou o fim desta jornada.

Vulneráveis, a gente da Palhoça e suas casas eram vítimas de intempéries e fatalidades:

#### **Caiu uma casa na Palhoça**

Houve um morto e quatro feridos  
Ontem, por volta das 11 horas da noite, os moradores do lugar Palhoça foram despertados por um enorme ruído.  
Procurando tomar conhecimento do que se passava, verificaram tratar-se de uma parede de casa que viera abaixo.  
No desastre, morreu o menino Jerônimo Xavier, de 3 anos, e ficaram feridos Isabel Xavier Coutinho, de 21 anos; Paulo Xavier, de 12 anos; João Xavier, de 7 anos e Lelis, de 9 anos.  
Hoje, pela manhã, desabou o resto da casa.  
Os feridos foram socorridos, sendo internados na Santa Casa.  
A Polícia do 2º Distrito tomou conhecimento do fato, comparecendo ao local do sinistro.<sup>276</sup>

...

#### **Em favor das vítimas do incêndio da Palhoça**

Uma subscrição de A Pacotilha  
Movidos por um sentimento generoso peculiar a todos os homens de coração bem formado, abrimos, hoje, em nossas colunas, uma subscrição em favor das infelizes vítimas do incêndio do dia 9 deste mês em que foram destruídas nada menos de sete casebres de pessoas paupérrimas.  
É sabido quão triste é o estado das desditosas vítimas do sinistro daquela tarde.  
Colhidos de surpresa, os infelizes moradores da Palhoça não tiveram tempo sequer de salvar do fogo as suas coisas de utilidade mais imediata. Por muita sorte conseguiram escapar com as roupas do corpo.  
Tudo mais foi-lhes perdido.  
Cumprimos, por isso, um dever de humanidade e de solidariedade, acorrendo em socorro desses nossos desditosos patrícios, abrindo uma subscrição pública em seu benefício.<sup>277</sup>

A administração pública tinha grandes dificuldades de lidar com a situação dos moradores das áreas que formavam, gradativamente, os bairros operários. E não apenas sobre saneamento do espaço em si, mas, também, a situação fundiária, que virou mote para entrevista publicada em 1929; o entrevistado, o

<sup>276</sup> Pacotilha, 12/06/1925, p. 1.

<sup>277</sup> Pacotilha, 20/10/1934, p. 5.

então desembargador Barros e Vasconcellos, esclarecia que o poder público tinha por objetivo fortalecer a relação dos moradores dos casebres com o terreno da cidade que ocupavam, mesmo que sua opinião acerca dos aglomerados onde residiam trabalhadores, fosse negativa:

#### **As terras e os proletários de São Luís**

[...]

Como sabe, em São Luís avulta, sobremodo, a gente proletária. Possuindo algumas grandes e muitas pequenas indústrias, o seu operariado é numeroso. Cidade relativamente extensa para a soma de seus habitantes, que atingirá cerca de 60.000 almas, não são poucos os bairros pobres, onde o casario de reúne às vezes mais de um milhar de pessoas – o Codozinho, a Vila Operária, a Camboa, o Céu, a Boa Vista, a Jordoa, além de outros com menores núcleos de população.

Esses trechos da cidade são de aspecto misérrimo, como semelhante só se verá em alguns povoados recônditos do nosso interior.

Os casebres foram se erguendo à toa, nos pontos mais altos, evitando, quando muito, as tortuosidades que as águas pluviais cavam na sua queda; onde mal se descortinarão alguns arruados bastante irregulares, estreitíssimos, entremeados por pedaços de matos e socavões mefíticos.

Não há quem veja esses conjuntos de habitações paupérrimas e logo não se admire de que a verminose, o impaludismo, a tuberculose, o tifo, a gripe e outras epidemias, que nos têm assolado por vezes, não exterminem facilmente essas famílias proletárias. Devem essas pessoas possuir organismos de especial resistência, ou, de fato, a nossa São Luís goza de clima privilegiado, que é a sua melhor defesa sanitária. Porque, para a Saúde Pública, há quase impossibilidade de ação constante eficaz.

Constitui problema de solução custosíssima já agora<sup>278</sup>.

Uma disputa judicial entre foreiros, o poder público municipal e a gente pobre da cidade habitante dos então novos bairros, vista como explorada numa relação comercial de locações de imóveis, vinha se desenhando e, notável ficou, o descuido dos poderes em não regulamentar e ordenar com mais eficiência a ocupação das terras e ofertar, em alternativa, terrenos outros, não aforados, com possibilidades de habitação regular.

Sobre a reivindicação das terras pelos foreiros<sup>279</sup> do Município de São Luís, em certo grau defendidos pelo jornal Pacotilha, o desembargador Barros e Vasconcellos afirmava:

---

<sup>278</sup> Pacotilha, 25/12/1929, p. 14-15.

<sup>279</sup> Os foreiros eram particulares que arrendavam terras do Município sob o pagamento de taxa regular.

### **As terras e os proletários de São Luís**

[...]

O egoísmo de alguns deles criou o embaraço atual. Mas, realmente, a Prefeitura de São Luís descuroou muito de agir em tempo. Consentiu que tais aglomerações humanas se formassem sem fiscalização, sem ordem, sem obediência a quaisquer preceitos higiênicos e econômicos. Desserviui, pela inércia, de seus legisladores e dirigentes, uma cidade, cujas ruas principais já não são bem distribuídas; estreitas e pouco retas. Pois, em muito piores condições estão surgindo os bairros novos. O remediar agora pede grande esforço, forte energia, e muita paciência da parte da Prefeitura e da Higiene Pública.

[...]

Pensam que, com o receber foros nada mais tem o Município a ver com os terrenos. Lá poderão se erguer as mais sórdidas moradas, fixar-se o mais ínfimo núcleo de proletários. Só lhes interessa a renda extorquida mensalmente, alugando os lotes de terras a tanto por metro.

Querem as rendas, que nenhum trabalho lhes custa, e pelas quais nenhum imposto pagam, talvez nem sequer os impostos sobre rendas... Ouvi-los sobre as suas propriedades territoriais, sobre as vultuosas receitas obtidas sem piedade da miséria indefesa, é remontar ao feudalismo, aos grandes senhores medievais, que obrigavam os seus rendeiros a baterem os lagos próximos dos castelos, para que pudessem dormir a sono solto... Criaram uma nova gleba.

Só lhe cumpre, a essa, entregar a importância das locações. Um imundo casebre, uma choça perdida na matéria pagava 3\$000 a 8\$000 por mês. Vimos uma casa de telha pagando 30\$000 de aluguel do terreno ocupado – 15 metros por 40 metros.

Anualmente, 360\$000! Desta forma, foreiros, que pagavam ao Município de 5\$000 a 15\$000, auferiam lucros de 5 contos a 15 contos de réis anuais.<sup>280</sup>

Areportagem de Pacotilha, inquirindo Barros e Vasconcellos sobre as soluções vistas para tal conflito de interesses, recebe a afirmação de que a preferência seria para que a alguns lotes de terras, com demarcações duvidosas ou suspeitas de apropriações indevidas, fossem desapropriados com a manutenção dos que habitavam para que não perdessem suas condições básicas:

### **As terras e os proletários de São Luís**

[...]

A atitude arrogante de alguns foreiros apenas retardará a solução às justas queixas do proletariado, queixas que ninguém de ânimo cristão e ponderado achará destituídas de razão.

A luta pela terra sempre acabou em favor dos que dela precisam. Sabe bem isso quem sabe a História. As guerras civis dos romanos, as peregrinações dos judeus, a revolução francesa, as revoltas nas ilhas britânicas, o bolchevismo, a atual revolta chinesa, todas essas sangrentas perturbações nasceram da necessidade de libertar as terras dos que delas somente sabem tirar o lucro fácil dos... aluguéis!

---

<sup>280</sup> Pacotilha, 25/12/1929, p. 14-15.

Os teóricos há muito empregaram a abolição do serviço escravo... O Estado é o único competente para regular as liberdades dos homens como das terras... O Estado foi sempre descauteloso de suas prerrogativas e direitos. Deixa-se prejudicar escandalosamente.

[...]

Os tetos dos pobres merecem bem os cuidados de toda boa administração. A ordem pública, a higiene, o futuro de nossa raça, a riqueza no país, o próprio conforto dos ricos estão a mandar nesses cuidados.

As moléstias graves começam anunciando-se por pequenos sintomas. São Luís manifestou agora o sinal da primeira investida de um mal, que amanhã já seria incurável.<sup>281</sup>

Contudo, nem todas as pinturas sobre os bairros afastados eram feitas com matizes cinzentos, mesmo que, quem saberá, com as cores de certa galhofa ou olhar condescendente; quem sabe, até, destacando alguma excentricidade ou surpresa. Deve-se, assim, registrar o que publicou o periódico *O Jornal* em 31 de julho de 1918:

#### **A cidade cresce – O Codosinho**

Domingo, 10 horas.

Não ligamos muita atenção à canícula; uma curiosidade natural levava-nos aos confins da urbs, aos seus bairros esconsos, em peregrinação de estudo. A vida é cara no coração da cidade, e a habitação é o principal entrave à existência pacata do cidadão honesto.

De há tempos preocupava-nos saber como viveria a nossa população pauperrima, esse quinhão de gente desprotegida que esmola, que vive da caridade pública.

Pensamos encontrá-la, em grande parte, pelo menos, nos arrabaldes e para lá rumamos.

Fomos ao Codozinho.

Enganamo-nos redondamente. Ali se agazalha não uma caterva de gente *sem eira nem beira*, mas uma população válida, sadia trabalhadeira e, diga-se de passagem de um asseio admirável.

Cerca de 500 cazas, todas cobertas de palha e de paredes de taipa se aglomeram em desalinho.

Ha duas ou tres pintadas, mas isto raramente e assim mesmo são aquelas que ficam de frente para a rua do Passeio.

O terreno é todo acidentado, porem varrido, e por isso agradável de ser percorrido.

Um rengue de cazas se alinha rumo ao alto.

Outra viela, à guiza de rua indica que noutro sentido tambem ha o que ver; preferimos este.

À essa hora as vendas repletas de compradores tinha o aspecto de um formigueiro, de onde saia e entrava uma multidão a cata dos generos necessarios para o almoço.

As quitandas ali são sortidas, não com o superflo espalhafatozo das da cidade, não, sem *mise-em-scene*; porém repletas do necessario.

Não lhe conhecemos a tabela de preços, mas é possível que não seja exorbitante. É facil de crer que lá não se saiba o que são os açambarcadores.

Numa delas vimos uma pipa de cachaça, cheia, vestida de selos...

---

<sup>281</sup> Pacotilha, 25/12/1929, p. 14-15.

As frutas ali abundam, sendo de salientar a quantidade e qualidade das bananas à venda.

Seguimos. Por todos os becos o mesmo asseio.

Espiávamos para as cazas, pelas janelas, festivamente escancaradas, e lá dentro a mesma limpeza: chão de *sóque* bem varrido, quartos arrumados, alguns cuidadosamente enfeitados com quadros religiosos e cromos-reclamos.

Redes lavadas, esticadas de *escapula* em *escapula* convidavam à sésta.

Uma rua mais alinhada, e lá quisemos percorrê-la. Entramos. A mesma quietude – um socego, uma paz beatífica envolvia a cidadela.

Uma venda, onde o dono estava às moscas, deu-nos apetite de entrar.

Era uma sala de 4 metros quadrados talvez; um balcão tosco, onde bananas maçãs cheiravam.

Sobre uma meza ao fundo, maços de diamba, cuias, pilões pequenos, urupemas e algumas garras de paraty, da especial!... como nos disse o vendedeiro.

Em cordeis atravessando, ao alto, a sala, maços de bilros para rendas.

A caza também de pouco mais se compunha: uma outra dependência, onde uma tacuruba, apagada aliaz, fazia supor ser cozinha e umas redes enroladas, na parede, dava a ideia de dormitório. Mas tudo limpo e cheirando bem.

Retrocedemos. Acorria gente às janelas para nos ver passar, bisbilhoteiros, de *Kodak* em punho.

Começamos a ascensão. Carroças dezatreladas lembravam o dia de descanso.

Creanças brincavam nos terreiros varridos.

Em certa parte uma família construía o ninho, enquanto os homens trepados no esqueleto da caza amarravam as pindobas, mulheres e creanças, de baixo, proviam aqueles das folhas necessarias.

E o serviço, celere, se avizinhava do fim.

Em varios pontos vimos numeros – 106, 254... pintados em taboinhas à guiza de placas urbanas.

Raro é o quintal, e todos quase são cercados com cuidado, que não está provido de galinhas.

Plantações, porem nenhuma nos apareceu, a não ser de bananeiras.

Um barulho metalico cadenciado chamou-nos a atenção; olhamos para dentro de uma sala caiada, onde um espelho refletia a nossa figura.

Era uma barbearia.

E o *figaro*, impertigado e lesto, tosqueava um paciente.

Tinhamos visto tudo, e agradavelmente impressionados pelo asseio, da zona, voltamos para a cidade prontos para trazer àqueles que por qualquer motivo perdem, aos sabados os serviços do barbeiro, a grata nova de que no Codozinho ainda não chegou o azorrague do legislativo do municipio impecavel e mau:

No domingo póde-se fazer a barba ali e ao mesmo preço...<sup>282</sup>

Em meio ao quadro crítico da cidade e seus serviços urbanos, o poder público não se furtava em investir em obras que visavam o embelezamento de algumas áreas específicas, principalmente as próximas aos centros de governo, com o fim claro de enobrecê-las. Foram reformadas algumas praças e prédios públicos, construídas vias arborizadas que tinham por objetivo “aformosear” o espaço urbano, mesmo que o

---

<sup>282</sup> O Jornal, 31/07/1918, p. 4.

descuido por outros setores permanecesse como um prato cheio para nutrir as críticas impressas nos jornais.

Nos anos finais da década de 1890, o prédio que sedia a administração municipal até os dias atuais, passou por reforma para sua recuperação e embelezamento já que localizado na então importante via, a avenida Maranhense, em que estavam localizados, também, a sede do governo do Estado, o prédio principal da Justiça e a principal igreja, a Sé.

**Figura 29** – Avenida Maranhense.



Fonte: Cunha (1908).

Para a imprensa, não era eficiente embelezar a cidade e descuidar dos serviços prestados à população:

Na febre vertiginosa do progresso, procura o atual intendente municipal dotar esta cidade com os maiores embelezamentos nos pontos que mais ficam

à vista do visitante que nos aporta num momento rápido, esquecendo-se de curar dos interesses mais palpitantes, como sejam: um mercado menos indecente do que o atual, um matadouro que guarde melhor os seus gados que são abatidos para o consumo público, evitando as contantes fugas para dentro da cidade, aterrando menos a população no seu afanoso trabalho cotidiano, esquecendo-se de outros que gozam das mesmas regalias, que pagam os mesmos tributos de cuja artéria corre o mesmo sangue que enche a arca do Tesouro Municipal.

Procure o intendente calçar as ruas que precisarem desse benefício.

Procure regularizar o serviço dos bondes que transitam às escuras e sem burro!

Procure dotar esta cidade com melhor iluminação pública e particular.

Estes são os melhoramentos que atualmente carecemos.

Depois disso, felicite-nos com praças ajardinadas e não com arbustos sem perfumes.

Dr. Bom Senso.<sup>283</sup>

**Figura 30** – Praça Benedito Leite.



Fonte: Cunha (1908).

---

<sup>283</sup> Pacotilha, 27/03/1903, p. 2.

**Figura 31** – Antigo chafariz, localizado na praça João Lisboa.



Fonte: Cunha (1908).

Pacotilha, com seu tom irônico e ácido característico, não hesitou em denominar “avenidomania” a prática, comum entre governos de diversos estados no Brasil, de construir avenidas:

#### **Avenidomania**

Edouard Toulouse, professor de clínica de enfermidades mentaes, da faculdade de medicina de Paris, publicou uma obra interessante de psychologia médica, na qual faz estudo das relações estreitas existentes entre a nevropathia e a superioridade intellectual.

Começa, essa grande notabilidade medica parisiense, sua obra, pelo estudo physiologico e psychologico de Emilie Zola que, como é sabido, era um arithmomano.

[...]

Entre nós há uma enfermidade identica, que vai epidemicamente atacando o paiz inteiro – É a mania das avenidas.

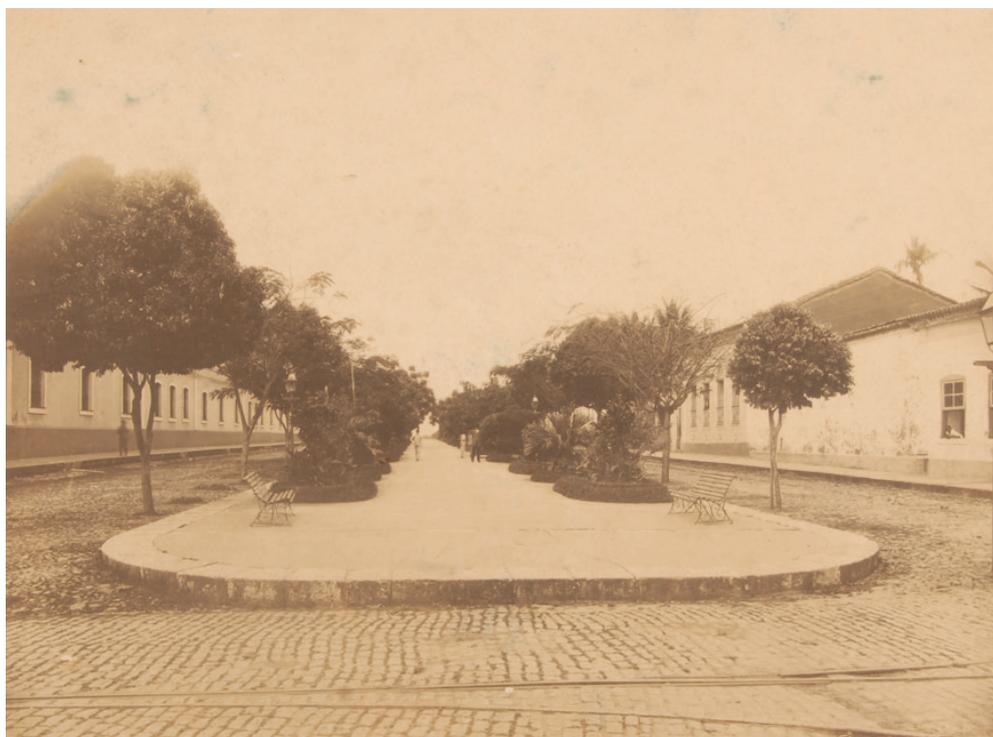
Qualquer Estado, que não tem dinheiro para as despesas de expediente, está abrindo avenidas.

Até o Rio Grande do Norte tem avenidas!

O Ceará abriu uma, ha dias e, agora, está abrindo outra. [...] <sup>284</sup>

<sup>284</sup> Pacotilha, 04/03/1904, p. 1.

**Figura 32** – Avenida Gomes de Castro.



Fonte: Cunha (1908).

**Figura 33** – Avenida Silva Maia.



Fonte: Cunha, 1908.

O cuidado do poder público com estas áreas da cidade materializa certa consonância com o que previa o *Diccionario de Medicina Popular...*, escrito pelo médico Pedro Luiz Napoleão Chernoviz e publicano no ano de 1890 em dois volumes. No volume segundo, precisamente no verbete “habitação”, escreve Chernoviz:

[...] As praças publicas são muito úteis : contribuem para a circulação do ar no interior das cidades, e além d'isso augmentam a extensão relativa do espaço consagrado a um numero determinado de habitações; a somma de inconvenientes que resulta da reunião d'estas, habitações, acha-se consequentemente diminuída. Tem-se discutido muito acerca da salubridade proveniente das plantações de arvores no interior das cidades. Podem considerar-se úteis quando estas plantações são feitas em ruas largas e grandes praças cujo terreno não é humido, quando as arvores podem receber os raios solares, e quando não estão perto das casas nem mui próximas umas das outras, para não impedirem a circulação livre do ar ou occasionarem humidade.<sup>285</sup>

Por oposição ao que era visto e descrito por quem conhecia os bairros operários nos confins da cidade, o poder público local parecia querer demonstrar as boas práticas e o respeito às normas na abertura das ruas e em suas composições com o plantio de árvores formando alamedas e praças.

O Código de Posturas instituído em 1893, em seu “Título 4 - Aformoseamento e decoração da cidade, arrabaldes e povoações, estradas e caminhos públicos do Município. Construção e Reconstrução”, recomendava, no Artigo 202º, por exemplo, que as ruas abertas na cidade deveriam ter

[...] pelo menos vinte metros de casa a casa, reservando-se para as testadas, de cada lado dois metros. Estas ruas e testadas serão sempre em direção reta.<sup>286</sup>

As ruas a serem abertas deveriam apresentar plantas a serem inspecionadas por engenheiro responsável<sup>287</sup> e, em conformidade com a norma do Artigo 202º, receberiam aprovação.

---

<sup>285</sup> Chernoviz, 1890, v. 2, p. 108-110.

<sup>286</sup> Artigo 202º. SÃO LUÍS, 1893, p. 73.

<sup>287</sup> Artigo 204º. SÃO LUÍS, 1893, p. 74.

O arruamento sinuoso, irregular e imprevisível dos bairros operários conflitava com o que pregava o Código de Posturas. A cidade via-se, assim, num debate permanente entre aceitar ou não tais espaços protagonizados pela gente pobre como parte efetiva da capital do Maranhão. O perímetro urbano, recomendado pela lei, estipulava o limite entre a legalidade e a ilegalidade.

Construir ou reconstruir prédios também requeria licença prévia emitida pela Intendência Municipal. A partir da apresentação e aprovação da planta é que se poderia dar início aos trabalhos<sup>288</sup>.

Não foi, portanto, o que se viu nos “confins da cidade”, onde cada casebre era construído conforme as possibilidades dos que ali projetavam habitar. De algum modo longe das vistas das fiscalizações, inúmeros casebres em condições críticas, mas possíveis, ergueram-se contra a norma, resistiram apesar dela.

Afinal, como instituiu o Artigo 212º do mesmo Código de Posturas:

Dentro do perímetro da cidade é proibida a edificação de casas cobertas de palha ou de qualquer outro material de fácil combustão, e assim também cobrir novamente de palha as que já o tiver sido, sob pena de 50\$000 de multa, feita a demolição a custa do dono.

O Código Sanitário, de 1904, não rumou distanciado do que normatizou o Código de Posturas. Sendo ainda mais técnico e detalhista, a ponto de ser considerado impossível de se cumprir, determinava distintos aspectos a serem respeitados na edificação de ruas, calçadas, praças e nas próprias residências, o que poderia caracterizar, mesmo, um manual para edificações da cidade.

---

<sup>288</sup> Artigo 205º. SÃO LUÍS, 1893, p. 75.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao trazer à luz a espacialidade em questão da cidade contemporânea, sua historicidade a partir das primeiras décadas do regime republicano e a visão geohistórica para a construção de um problema, pretendeu-se demonstrar que é possível entender aspectos sociais a partir de uma representação geográfica.

Muito do que uma sociedade é transubstancia-se em fenômenos espaciais e práticas espacializantes que dão novas formas a um território posto em estudo. No caso em específico, a cidade de São Luís.

Portanto, contradições presentes num contexto de ideais republicanos de progresso, civilização e cidadania ampla, chocaram-se com a dura realidade de uma cidade saída há pouco do regime escravocrata que não incluiu a contento aqueles há pouco libertos do jugo e da exclusão social. Antes abrigados em improvisados e insalubres pequenos espaços das dependências de seus senhores, postos livres viram-se desabrigados e vulneráveis aos dessabores de um espaço urbano saturado e carente de infraestrutura sanitária.

A solução para continuar habitando o espaço da cidade que ofertava trabalhos provisórios e precários foi edificar de modo autônomo, tendo como força os próprios braços, os recursos materiais a natureza e os restos a que tinham acesso e o ímpeto de sobreviver e resistir fazendo uso de táticas e inovações exercitadas no cotidiano da cidade.

As fábricas edificaram tanto a esperança para o progresso econômico quanto as ocupações nos “confins da cidade”. Residir próximo aos salões de produção era a solução prática para resolver eventuais problemas de atraso e de perigos ao posto de trabalho tão disputado.

Trabalhadores, principalmente trabalhadoras, protagonizaram uma mudança significativa no arranjo espacial de São Luís, fazendo surgir novas conformações que incomodavam àqueles que pensavam a cidade como símbolo de uma nova liberdade e novos ideais desarraigados do colonialismo. Porém, isso não se faz apenas na teoria e espontaneamente. A não resolução dos entraves estruturais que subalternizavam

grande parte da sociedade ludovicense, fez com que por si, a gente pobre pusesse em prática suas soluções características para habitar.

Expostos às intempéries, aos riscos do fogo, à mortandade das pragas, dos miasmas, das bactérias e dos vírus sucumbiram muitos até que as autoridades pusessem em prática formas eficientes de combater as doenças que tornavam a cidade um convite a novas e novas enfermidades.

A permanência das formas advindas do trabalho de ocupação da cidade empreendido pela classe subalterna até os dias atuais é claro sinal de que o poder público preferiu um acolhimento por aceitação displicente. A administração foi incompetente ao promover rearranjos que ofertassem melhores moradias, ordem urbana e oferta de serviços a contento às comunidades surgidas em redor das fábricas.

Os bairros, centenários, hoje, são repletos de vielas, becos, sinuosidades e lotes estreitos ocupados em totalidade por residências estreitas, carentes de ventilação adequada. Resistentes, essas manifestações espaciais são as *rugosidades* sobre as quais teorizou o geógrafo Milton Santos. São, ainda os vestígios, potentes recursos a uma historiografia que não se encerra com este trabalho, mas que excita para nova empreitadas que busquem ainda mais base teórica para a compreensão histórica de uma cidade que não planeja suas formas, que apenas atua nos sintomas e sem a prevenção necessária para que a oferta de si para seus cidadãos seja plena e esta cidadania seja, sim, permanente ou, quem sabe, atingível na mais possível totalidade.

Os registros históricos presentes nos relatórios técnicos e periódicos demonstram de modo indubitável que não havia cidadania mínima, sequer para os mais abastados de uma São Luís insalubre.

Contudo, os mesmos registros demonstram que os males afetavam demarcadamente aqueles que geriam suas possibilidades de habitar. Àqueles espaços faltavam todos os serviços disponíveis – mesmo que a pouca qualidade – a parcela da cidade distinta pelas posses e pelas circunvizinhanças trabalhadas pelo poder público em alamedas, praças e ajardinamentos.

A ocupação da cidade protagonizada pelos subalternos era mostra da desordem e do desvio ante as normas impostas por documentos normativos oficiais pouco condizentes com a realidade mais urgente. Socialmente, marcas do anonimato das massas – a “maioria marginalizada” –, mas, ao contrário do que afirma De Certeau, imperecíveis pois impostas até hoje no quadro amplo da cidade, visíveis àqueles que decidem obter a história da cidade a partir de suas marcas e incrustações.

A planta deixada pelo engenheiro-mor, de cunho militar, Francisco Frias de Mesquita, foi sendo desvirtuada à medida que a cidade ia atingindo as margens dos cursos de rio que a circundavam. A população foi se espraiando em capilaridades de formas menos retas e previsíveis, ofertando surpresas, improvisos e exigindo habilidades de orientação a quem ali se propusesse caminhar.

Uma cidade nova, outra cidade, mas previsível ante o marasmo administrativo. Quem sabe, até perverso, negligente e carregado de concepções não superadas de um regime colonial posto em xeque por seu oposto republicano. O rearranjo era meramente político já que as ideias eram as mesmas, travestidas de novidades.

Contudo, sujeitos de querereres e de poderes diversos, mais básicos e urgentes do que aqueles que ansiavam pelas novas tendências europeias, circunscreveram, definitivamente, seus espaços na cidade. É possível reconhecer sua força ao caminhar sobre tal parcela da história da cidade geograficamente inscrita em seu território.



## REFERÊNCIAS

### DOCUMENTAÇÃO

BRASIL. Serviço de Saneamento e Prophylaxia Rural do Maranhão. Departamento Nacional de Saúde Pública. **Relatório apresentado pelo Dr. Cassio Miranda, Chefe Interino do Serviço, no ano de 1923, à Directoria do Serviço de Saneamento e Prophylaxia Rural.** Maranhão: Tipogravura Teixeira, 1925.

CANTANHEDE, Palmério de Carvalho. **Saneamento das cidades e sua aplicação à Capital do Maranhão.** Maranhão: Typ. Frias, 1902.

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. **Diccionario de medicina popular e das ciencias acessórias para uso das famílias contendo a descrição das causas, symptomas e tratamento das molestias; as plantas medicinais e as alimentícias; as aguas minerais do Brazil, de Portugal e de outros paizes. E muitos conhecimentos uteis.** V. 2. Pariz: A. Roger & F. Chernoviz, 1890, p. 247.

CUNHA, Gaudêncio. **Álbun do Maranhão em 1908:** no governo de Sua Excelência, o Senhor Doutor Benedicto Pereira Leite. São Luís: Fotografia União, 1908.

GODINHO, Victor. **A peste no Maranhão.** São Luís: Tipogravura Teixeira, 1904.

MARANHÃO (Estado). Lei nº 358, de 9 de junho de 1904. Organiza o Serviço Sanitário do Estado. **Colleção das Leis do Estado do Maranhão.** São Luís, Maranhão, 9 jun. 1904. p. 121-216. Disponível em: [http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc\\_bpbl/acervo\\_digital/arq\\_ad/20160713094321.pdf](http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/20160713094321.pdf). Acesso em: 30 maio 2021.

SÃO LUÍS. Lei nº 8, de 23 de julho de 1893. **Código de Posturas.** São Luís, MA, 23 jul. 1893.

SÃO LUÍS. Decreto nº 205, de 03 de novembro de 1936. Manda pôr em execução o novo Código de Posturas do Município de São Luís e dá outras providências. São Luís, MA.

SÃO LUÍS. Lei nº 7.122, de 12 de abril de 2023. Altera a Lei nº 4.669 de 11 de outubro de 2006 sobre o Plano Diretor do Município de São Luís e dá outras providências. **Plano Diretor do Município de São Luís.** São Luís, MA, 12 abr. 2023. Disponível em: [https://saoluis.ma.gov.br/midias/anexos/4023\\_plano\\_diretor\\_de\\_sao\\_luis\\_-\\_lei\\_n\\_7.122\\_-\\_2023.pdf](https://saoluis.ma.gov.br/midias/anexos/4023_plano_diretor_de_sao_luis_-_lei_n_7.122_-_2023.pdf). Acesso em: 10 dez. 2023.

SÃO LUÍS. Anexo III – Macrozoneamento Urbano. In: SÃO LUÍS. Lei nº 7.122, de 12 de abril de 2023. Altera a Lei nº 4.669 de 11 de outubro de 2006 sobre o Plano Diretor do Município de São Luís e dá outras providências. **Plano Diretor do Município de São Luís.** São Luís, MA, 12 abr. 2023. Disponível em: [https://saoluis.ma.gov.br/midias/anexos/4023\\_plano\\_diretor\\_de\\_sao\\_luis\\_-\\_lei\\_n\\_7.122\\_-\\_2023.pdf](https://saoluis.ma.gov.br/midias/anexos/4023_plano_diretor_de_sao_luis_-_lei_n_7.122_-_2023.pdf).

[ma.gov.br/midias/anexos/4023\\_plano\\_diretor\\_de\\_sao\\_luis\\_-\\_lei\\_n\\_7.122\\_-\\_2023.pdf](https://ma.gov.br/midias/anexos/4023_plano_diretor_de_sao_luis_-_lei_n_7.122_-_2023.pdf). Acesso em: 10 dez. 2023.

Jornal Pacotilha [1893 a 1936].

O Jornal [1918]

Diário do Maranhão [1883; 1908].

FERREIRA, Justo Jansen. **Planta da cidade de São Luiz capital do Estado do Maranhão**: Adaptada ao ensino escolar pelo lente de Geographia do Lyceu Maranhense Dr. Justo Jansen Ferreira. Em 1912, terceiro centenário do estabelecimento dos franceses no mesmo sítio onde depois se fundou a cidade. São Luís, 1912. 44,5 x 63cm em folha de 52 x 73 cm. Escala gráfica de 500m (=11,8cm). Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/272639>. Acesso em: 31 ago. 2021.

## BIBLIOGRAFIA

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

AGUIAR, Patrícia Figueiredo. Conduzindo condutas: a transformação do ambiente urbano de Cuiabá a partir do Código de Postura de 1932. **Revista Espacialidades** [online], v. 4, n. 3, Natal, 2011.

ALMEIDA, Maria da Conceição Pinheiro. **A saúde pública e a pobreza em São Luís na Primeira República - 1889/1920**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, 2002.

ANDRÉS, Luiz P. de C. C. **São Luís – Reabilitação do Centro Histórico Patrimônio da Humanidade**. São Luís: Foto Edgar Rocha, 2012.

ARAMAYO, Guillermo A. Mujeres migrantes, conventillos y conflicto social en la consolidación de un espacio de contrastes. Buenos Aires (1870-1915). **Geograficando**, v. 17, n. 2, 2001. <https://doi.org/10.24215/2346898Xe098>.

ARIAS NETO, José Miguel. Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização”, de José Miguel Arias Neto, *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**: O tempo do liberalismo excludente. Da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v.1.

BARROS, José D’Assunção. Fontes Históricas: uma introdução à sua definição, à sua função no trabalho do historiador, e à sua variedade de tipos. **Cadernos do Tempo Presente**. São Cristóvão - SE, v. 11, n. 02, jul./dez. 2020, p. 03-26. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Jose-Barros-28/>

publication/347986579\_Fontes\_Historicas\_-\_introducao\_a\_sua\_definicao\_funcao\_e\_variedade/links/5feb9d3ca6fdccdc816898d/Fontes-Historicas-introducao-a-sua-definicao-funcao-e-variedade.pdf. Acesso em: 6 mai. 2023.

BARROS, José D'Assunção. **História, Espaço, Geografia**: diálogos interdisciplinares. Petrópolis: Vozes, 2017.

BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**: magia e técnica, arte e política. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 222-232.

BERNARDES, Antonio. Milton Santos: os conceitos geográficos e suas concepções. **Formação (Online)**, v. 27, n. 50, p. 275-299, 2020.

BEZERRA, Mariza Pinheiro. **O tanatopoder e as epidemias**: discurso civilizador e saúde pública no centro urbano de São Luís no início do século XX. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal do Maranhão, 2012.

BLOCH, M. **Apologia da História**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no século XIX**: o espetáculo da pobreza. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Coleção Tudo é História).

CALDEIRA, José de Ribamar Chaves. **Origens da indústria no sistema agroexportador maranhense – 1875/1895**: estudo macrossociológico da instalação de um parque fabril em região do nordeste brasileiro no final do século XIX. 1988. 1 v. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

CAPINAN, Selmah. **A cidade vista por Milton Santos**. 2022. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/23.268/8604>. Acesso em: 13 jan. 2023.

CARDOSO, Alírio; CHAMBOULEYRON, Rafael. "Cities and the expansion of the Portuguese colonial Amazon. São Luís do Maranhão and Belém do Grão-Pará (Seventeenth and early Eighteenth century). In: MOTA, Sarita M. Mota; Claudia A. ATALLAH, Cláudia; Dominguez. Rodrigo (Org.). **Portuguese colonial cities**: local dynamics, global flows (c. 1500-1900). 1ed. Buenos Aires: Editorial Teseo, 2022, v. 1, p. 217-235.

CARDOSO, Alírio; CHAMBOULEYRON, Rafael. Economia da Amazônia Colonial. Um balanço Historiográfico. In: PESAVENTO, F.; LIMA, F. C. (Org.). **História Econômica do Brasil Colonial**. 1ed. Niterói/São Paulo: Eduff/Hucitec, 2022, v. 1, p. 21-48.

CARLOS, A. F. A. Segregação socioespacial e o “direito à cidade”. *Geosp – Espaço e Tempo* (On-line), v. 24, n. 3, p. 412-424, dez. 2020. ISSN 2179-0892. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/177180>. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2020.177180>. Acesso em: 1 fev. 2023.

CARLOS, Ana F. **A cidade**. 8. Ed. São Paulo: Contexto, 1992.

CARVALHO, Heitor Ferreira de. As posturas e o espaço urbano comercial: ocupação e transgressão na São Luís oitocentista. **Caderno Pós-Ciências Sociais**, São Luís, v. 1, n. 1, p. 31-42, jul. 2004. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/184>. Acesso em: 5 maio 2023.

CARVALHO, Heitor Ferreira de. **Urbanização em São Luís: entre o institucional e o repressivo**. 2005. 180 f. Dissertação (Mestrado), São Luís, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**. O Rio de Janeiro e a República que não foi. 3a. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Geografia: conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CAVALCANTI, Lana de Souza; ARAÚJO, Manoel Victor Peres. Segregação socioespacial no ensino de Geografia: um conceito em foco. **Acta Geográfica**, Boa Vista, v. 1, n. 1, p. 140-159, jan. 2017.

CHAKRABARTY, Dipesh. “Una pequeña historia de los Estudios Subalternos”. **Anales de desclasificación**. Disponível em: [www.desclasificacion.org](http://www.desclasificacion.org), p. 1-27.

CHAGAS JÚNIOR, José de Ribamar de Sousa. **Madre Deus de Festejos e Festanças**. São Luís: José de Ribamar de Sousa Chagas Júnior/Lithograf, 2002. 358 p.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

CIUDAD AUTÓNOMA DE BUENOS AIRES. REPÚBLICA ARGENTINA. (ed.). **El teatro**. Disponível em: <https://teatrocolon.org.ar/es/el-teatro/el-teatro>. Acesso em: 9 mar. 2023.

CORREIA, Maria da Glória Guimarães. **Nos fios da trama: quem é essa mulher? cotidiano e trabalho do operariado feminino em São Luís na virada do século XIX**. São Luís: Edufma, 2006. 320 p. (Coleção de Teses e Dissertações - Departamento de História da UFMA).

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república**: momentos decisivos. 6. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

**DA PAISAGEM ao espaço**. [S. L.]: Fau-Usp, 1995. Son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=juUkCzFTO5U&t=167s>. Acesso em: 20 out. 2021.

DANON, Diana D.; TOLEDO, Benedito L. de. **São Paulo – Belle époque**. 2. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010.

DAOU, Ana Maria. **A Belle Époque amazônica**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.

DE CERTEAU, Micheal. **A invenção do cotidiano**. Artes de fazer. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

DEFOE, Daniel. **A tour through England and Wales**, vol. 2. Londres: J. M. Dent & Sons, 1948, p. 133 *apud* CLYDESDALE, Greg. **Cargas**: como os negócios mudaram o mundo. Rio de Janeiro: Record, 2012, p. 175-176.

DOMINGUES, Álvaro. (Sub)úrbios e (sub)urbanos – o mal-estar da periferia ou a mistificação dos conceitos? **Revista da Faculdade de Letras – Geografia**, v. 10, Porto, 1994, p. 5-18.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 67-116.

FERNANDES, Rosali Braga. Relações e interrelações do processo de periferização urbana. **Revista da FAEEDBA**, Salvador, v. 2, p. 205-218, 1993.

FERREIRA, Antônio José de Araújo. **A produção do espaço urbano em São Luís do Maranhão**: passado e presente; há futuro? São Luís: EDUFMA, 2014.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**: O tempo do liberalismo excludente. Da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v.1.

FOLLIS, Fransergio. **Modernização urbana na Belle Époque paulista**. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

G1 MA (org.). **Com mais de 380 mil, Maranhão é o segundo do país em número de casas de taipa, diz IBGE**. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2020/05/15/com-mais-de-380-mil-maranhao-e-o-segundo-do-pais-em-numero-de-casas-de-taipa-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 20 fev. 2021.

G1 MA (org.). **São Luís é a 5ª capital brasileira com maior percentual de habitação em aglomerados**. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/>

maranhao/noticia/2020/05/19/sao-luis-e-a-5a-capital-brasileira-com-maior-percentual-de-habitacao-em-aglomerados.ghtml. Acesso em: 20 fev. 2021.

GADDIS, John Lewis. **Paisagens da História**: como os historiadores mapeiam o passado. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

GALASTRI, Leandro. Classes sociais e grupos subalternos: distinção teórica e aplicação política. **Revista Crítica Marxista**, n. 39. Campinas, 2014, p. 35-55. Disponível em: [https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/artigo2015\\_11\\_09\\_16\\_27\\_2082.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo2015_11_09_16_27_2082.pdf). Acesso em: 16 mai. 2023.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: Volumes 1-6. Organização e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HEIDRICH, Álvaro Luiz; COSTA, Benhur Pinós da; PIRES, Cláudia Luísa Zeferino (org.). **Maneiras de ler**: geografia e cultura. Porto Alegre: Imprensa Livre / Compasso Lugar Cultura, 2013. p. 107-115.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos Impérios**. 1875-1914. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**. Estudos sobre história. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **História da Medicina em São Luís**: médicos, enfermidades e instituições. São Luís: [S.N.], 2015.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **São Luís do Maranhão**: corpo e alma. São Luís: [S.N.], 2020a. Vol. 1.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **São Luís do Maranhão**: corpo e alma. São Luís: [S.N.], 2020b. Vol. 2.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

LEMOS, Mayara. **Estudo das linhas de bonde da São Luís dos séculos XIX e XX**: diretrizes para a cidade contemporânea. Monografia (Graduação). Arquitetura e Urbanismo. Universidade Estadual do Maranhão. 2017.

LIMA, Carlos de. **Caminhos de São Luís**. Ruas, logradouros e prédios históricos. São Paulo: Siciliano, 2002.

LIMA, Marco Antonio Suassuna. **Segregação socioespacial e desenho urbano em assentamentos espontâneos**: caso do bairro São José em João Pessoa PB. 2006. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.072/356>. Acesso em: 17 jan. 2023.

LOBOSCO, Tales. A favela como reação à “descontextualização” da modernidade: práticas cotidianas e adaptação tática”. **Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos**. 2011.

LOPES, José Antonio Viana (Coord.). **São Luís, Ilha do Maranhão e Alcântara: Guia de Arquitetura e Paisagem**. 1. ed. Sevilha: Consejería de Obras Públicas y Transportes, Dirección General de Arquitectura y Vivienda, 2008. v. 1. 448p.

LOPES, José Antonio Viana. **São Luís, Capital Moderna e Cidade Colonial: Antonio Lopes da Cunha e a Preservação do Patrimônio Cultural Ludovicense**. São Luís: Fundação Municipal de Cultura, 2013.

MARQUES, César. **Dicionário Histórico e Geográfico da Província do Maranhão**. Maranhão: Typ. do Frias, 1870, p. 130.

MARQUES, Marcos Antonio Pinheiro; SANTOS, Matheus Wallison Bezerra. O espaço na Geografia de Milton Santos. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 9., 2018, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: Agb, 2018. p. 1-11.

MASTROMAURO, Giovana Carla. **Urbanismo e salubridade na São Paulo imperial: o hospital de isolamento e o cemitério do araçá**. 2008. 139 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Urbanismo, Centro de Ciências Ambientais e de Tecnologias da Puc Campinas, Puc Campinas, Campinas, 2008. Disponível em: [https://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/bitstream/handle/123456789/16144/ceatec\\_ppgurb\\_me\\_Giovana\\_CM.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/bitstream/handle/123456789/16144/ceatec_ppgurb_me_Giovana_CM.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 5 fev. 2024.

MATOS, Haroldo. **Palmério de Carvalho Cantanhede 185? – 1907: trajetória pública e análise histórica de São Luís**. Monografia (Graduação). Curso de História, Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2021.

MATOS, Haroldo. “Rudimentares moradias”: a arquitetura das habitações da classe proletária em São Luís (1923). *In*: DORNELLES, Soraia Sales; COUCEIRO, Luiz Alberto Alves; MATOS, Haroldo (orgs.). **Anais do III Seminário Internacional Histórias Conectadas**. São Luís: Edufma, 2023. p. 104-117.

MEINIG, Donald W. O olho que observa: dez versões da mesma cena. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 14, jan. 2002, p. 35.

MEIRELES, Mário Martins. **História de São Luís**. São Luís: Faculdade Santa Fé, 2021.

MESQUITA, Francisco de Assis Leal. **Vida e morte da economia algodoeira do Maranhão: uma análise das relações de produção na cultura do algodão, 1850/1890**. São Luís: Edufma, 1987.

MOTA, Antonia da Silva. **A luta por moradia popular em São Luís do Maranhão**. São Luís: EDUFMA, 2019.

MOTA, Antonia da Silva; MANTOVANI, José Dervil. **São Luís do Maranhão no século XVIII: a construção do espaço urbano sob a Lei das Sesmarias**. São Luís: Edições Func, 1998.

NASCIMENTO, Denise Morado. A autoconstrução na produção do espaço urbano. *In*: MENDONÇA, Jupira Gomes de; COSTA, Heloisa Soares de Moura (org.). **Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro**. [S. L.]: C/Arte, 2012. p. 1-13.

NEEDEL, Jeffrey D. **Belle Époque Tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NEVES, M. de S. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o XX, p. 18, *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente. Da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v.1.

OLIVEIRA, Mayjara Rego Costa Garcia. **Em meio ao desmoronar, urge ressurgir: a trajetória da Faculdade de Filosofia de São Luís do Maranhão**. São Luís: EDUFMA, 2023.

PALHANO, Raimundo Nonato Silva. **A produção da coisa pública: serviços e cidadania na primeira república ludovicense**. 2. ed. São Luís: Engenho, 2017. 428 p.

PERAZOLO, Fabiana Barbosa. **Autoempreedimento da habitação e a criação dos comuns**. 2022. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/22.261/8402>. Acesso em: 14 jan. 2023.

PEREIRA, Vinícius V. Manoel Bonfim e a crítica ao imperialismo no século XX. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, v. 58, p. 149-181.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto. **Esboços**: revista do Programa de Pós-Graduação em História, [Florianópolis], v. 11, n. 11, p. 25-30, jan. 2004. Departamento de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/163491>. Acesso em: 5 maio 2023.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Uma outra cidade**. O mundo dos excluídos no final do século XIX. 1ª. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

PFLUEGER, Grete Soares; SALGADO NETO, José Bello. **Aspectos urbanos de São Luís: uma abordagem multidisciplinar**. São Luís: Eduema, 2012. (São Luís 400).

PINHEIRO, Luís da.; RODRIGUES, Maria M. M. (orgs.) **A Belle Époque Brasileira**. Lisboa: CLEPUL, 2012, p. 197.

PINTUS, Ana Gómez; FERNÁNDEZ, Noelia. La formación del Gran Buenos Aires (Argentina) a través del análisis de las normativas y códigos vigentes (1910-1927). **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, [S.L.], v. 8, n. 2, p. 242-260, 8 abr. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2175-3369.008.002.ao06>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/urbe/a/Xzcnny9CQ7xydXM8gtCMvfp/?format=pdf&lang=es>. Acesso em: 8 mar. 2023.

PIRES, Cláudia Luísa Zeferino. Paisagem e representação: unitas multiplex. *In*: HEIDRICH, Álvaro Luiz; COSTA, Benhur Pinós da; PIRES, Cláudia Luísa Zeferino (org.). **Maneiras de ler: Geografia e Cultura**. Porto Alegre: Imprensa Livre / Compasso Lugar Cultura, 2013. p. 107-115.

PONTE, Sebastião R. **Fortaleza Belle Époque – 1860-1930**. 4. Ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2009.

PRIETO, Gonzalo. **La evolución de Buenos Aires a través de los mapas**. 2018. Disponível em: <https://www.geografiainfinita.com/2018/06/la-evolucion-de-buenos-aires-a-traves-de-los-mapas/>. Acesso em: 8 mar. 2023.

RAMINELLI, Ronald. História Urbana. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. Cap. 7. p. 271-296.

RAZENTE, Nestor. **Segregação socioespacial nas cidades da Região Metropolitana de Londrina - Paraná - Brasil**. 2011. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.137/4099>. Acesso em: 16 jan. 2023.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil: (1500/1720)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1968.

RIBEIRO JÚNIOR, José Reinaldo Barros. **Formação do espaço urbano de São Luís**. São Luís: Edições FUNC, 1999.

RODRIGUES, Zulimar Márita Ribeiro. **A saúde urbana de São Luís (MA): percepções e conflitos**. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal11/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/09.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2021.

RODRIGUES, Zulimar M. **Geografia da saúde e o espaço urbano de São Luís – MA: interfaces da relação saúde e ambiente no período 1854 – 1954**. Dissertação de Mestrado. Centro de Ciências Biológicas e da Saúde – Mestrado em Meio Ambiente. São Luís, 2004, p. 171.

ROLIM FILHO, Claudiomar Matias. **Formação econômica do Maranhão: de província próspera a Estado mais pobre da Federação. O que deu tão errado?** 2016. 112 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ROMERO, José Luiz. **América Latina**. As cidades e as ideias. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

RUIZ, Gerardo G. Sánchez. Ciudades latinoamericanas entre mediados del siglo XIX y principios del XX: del higienismo al urbanismo. **Arquitectura y Urbanismo**, [S. L.], v. 22, n. 41, p. 31-45, maio 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3768/376864178004/html/>. Acesso em: 8 mar. 2023.

SÁ, Dominichi Miranda de. A voz do Brasil: Miguel Pereira e o discurso sobre o “imenso hospital”. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v.16, supl.1, jul. 2009, p.333-348. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/jhCVgqYXYJyF85D4FZJJp6P/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 12/02/2024.

SÁ, Tânia Regina Braga Torreão. Códigos de Posturas Municipais como instrumentos normativos da produção de novas lógicas territoriais: estudo de caso do Centro Histórico de Salvador. **Percursos: Sociedade, Natureza e Cultura**, v. 1, n. 11, p. 273-289.

SANTOS JÚNIOR, Paulo Marreiro dos. Manaus da Belle Époque: tensões entre culturas, ideais e espaços sociais. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH, 27., 2013, Natal. **Anais [...]** Natal: Anpuh, 2013. p. 1-16. Disponível em: [http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364530560\\_ARQUIVO\\_manausdaBelleEpoque\\_tensoesentreculturas\\_ideaiseespacosociais.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364530560_ARQUIVO_manausdaBelleEpoque_tensoesentreculturas_ideaiseespacosociais.pdf). Acesso em: 18 maio 2023.

SANTOS, Luiz Eduardo Neves dos. **O urbano ludovicense**: produção e fragmentação do espaço, território, planejamento, cultura e outras reflexões. São Luís: Edufma / Editora Fi, 2021.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2017.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2014.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Edusp, 2014.

SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade - Ensaio**. Petrópolis: Editora Vozes, 1979.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. São Paulo: Edusp, 2014.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Milton. **O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo**. São Paulo: Edusp, 2013.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Edusp, 2012.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Edusp, 2012.

SÃO PAULO. Gilberto Maringoni. Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **História** - o destino dos negros após a Abolição. 2011. Disponível em: [http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2673:catid=28&](http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2673:catid=28&). Acesso em: 5 fev. 2023.

SAQUET, Marcos Aurelio; SILVA, Sueli Santos da. **Milton Santos**: concepções de geografia, espaço e território. *Geo Uerj*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 18, p. 24-42, 2008.

SARLO, Beatriz. **Una modernidad periférica**: Buenos Aires 1920-1930. 1. ed. Buenos Aires: Nueva Visión, 2003.

SCHMACHTENBERG, Ricardo. Códigos de Posturas e Regulamentos: Vigiar, Controlar e Punir. In: XI Encontro Estadual de História. Associação Nacional de História. Seção Rio Grande do Sul – ANPUH-RS, **Anais...** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008, v. 1, p. 1-13.

SCHWARCZ, Lilia M. **O espetáculo das raças**. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. **Dicionário da República**. 51 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 14-23.

SELBACH, J. F. (Org.). **Códigos de Postura de São Luís**. São Luís: EDUFMA, 2010.

SELBACH, J. F. O ir-e-vir nos Códigos de Postura de São Luis/MA: 1842, 1866, 1893, 1936 e 1968. In: XI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 2010, Vitória - ES. **Anais do XI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2010. v. 1. p. 1-12.

SERPA, Ângelo. Milton Santos e a paisagem: parâmetros para a construção de uma crítica da paisagem contemporânea. **Paisagem e Ambiente**: Ensaios, São Paulo, v. 1, n. 27, p. 131-138, jun. 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/77376>. Acesso em: 8 maio 2023.

SEVCENKO, Nicolau. **A revolta da vacina**: mentes insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Editora UNESP, 2018.

SILVA, Camila Ferreira Santos. Normas do bem viver em São Luís na virada do século XIX. In: ABRANTES, Elisabeth Sousa e SANTOS, Sandra Regina Rodrigues dos. **São Luís do Maranhão: novos olhares sobre a cidade**. São Luís: Editora UEMA, 2012.

SILVA, Joana Barbosa Vieira da. **Tudo isso era maré: origens, consolidação e erradicação de uma favela de palafitas em São Luís do Maranhão**. 2016. 146 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

SOARES, Karol Gillet. **As formas de morar na Belém da Belle Époque: (1870-1910)**. 2008. 247 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em História, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008. Disponível em: <https://pphist.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/Ms%202006%20KAROL%20GILLET%20SOARES.pdf>.

SORRE, Max. A geografia humana (Introdução). **Geographia**, [S.L.], v. 5, n. 10, p. 137-143, 2 dez. 2009. Pro Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação - UFF. <http://dx.doi.org/10.22409/geographia2003.v5i10.a13461>.

SOUSA, Carmem de Jesus Rabelo. A cidade em foco: saneamento e higienização em São Luís na Primeira República. In: ABRANTES, Elisabeth Sousa e SANTOS, Sandra Regina Rodrigues dos. **São Luís do Maranhão: novos olhares sobre a cidade**. São Luís: Editora UEMA, 2012.

SOUZA, Angelita Matos. **Estado e dependência no Brasil (1889-1930)**. São Paulo: Annablume, 2001.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

STEIN, Stanley J. **Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil – 1850/1950**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SUMMIT MOBILIDADE 2022 ESTADÃO (Brasil) (ed.). **Segregação social: o que é e quais são os impactos?** 2022. Disponível em: <https://summitmobilidade.estadao.com.br/ir-e-vir-no-mundo/segregacao-socioespacial-o-que-e-e-quais-sao-os-impactos>. Acesso em: 11 jan. 2023.

SUZANO JÚNIOR, Barthom Favatto. **Milton Santos, o espaço e as rugosidades: contribuições da Geografia Renovada à História**. 2022. 240 f. Tese (Doutorado) - Curso de História e Sociedade, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Assis, 2022. Disponível em: [https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/215654/suzano\\_junior\\_bf\\_assis\\_dr.pdf?sequence=3&isAllowed=y](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/215654/suzano_junior_bf_assis_dr.pdf?sequence=3&isAllowed=y). Acesso em: 9 abr. 2023.

TRIBUZZI, Bandeira. **Formação econômica do Maranhão**: uma proposta de desenvolvimento. 2. ed. São Luís: Conselho Regional de Economia do Maranhão, 2011.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. As metamorfoses do conceito de cidade. **Mercator**, Fortaleza, v. 14, n. 4, p. 17-23, dez. 2015.

VIEIRA FILHO, Domingos. **Breve história das ruas e praças de São Luís**. 2. ed. São Luís: [S. Ed.], 1971.

VIOLA, Assunta. **A formação da paisagem na periferia da cidade de São Paulo**. 2007. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.088/207>. Acesso em: 17 jan. 2023.

VIVEIROS FILHO, Francisco Fuzzetti de. **Urbanidade do sobrado**: Um estudo sobre a arquitetura do sobrado de São Luís. São Paulo: Hucitec, 2006.

VIVEIROS, Jerônimo de. **História do Comércio no Maranhão**. 1896-1934. V. 2. São Luís: Edição da Associação Comercial do Maranhão, 1964, p. 7.

WEHMANN, Hulda Erna. **Cidade, paisagem e democracia**: sobre a arte de habitar. Sobre a arte de habitar. 2021. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/22.259/8474>. Acesso em: 15 jan. 2023.

YUNES, João. A dinâmica populacional dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos. **Rev. Saúde Publ.**, v. 5, São Paulo, p. 129-150, 1971.

ZENKNER, Thaís Trovão dos Santos. **São Luís 1840 a 1912**: a construção de uma capital. São Luís: EDUEMA, 2021.